

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

**POLLYANNA PAGANOTO MOURA**

**TRABALHO IMATERIAL E A TEORIA DO VALOR: UMA ANÁLISE DA  
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

VITÓRIA  
2015

**POLLYANNA PAGANOTO MOURA**

**TRABALHO IMATERIAL E A TEORIA DO VALOR: UMA ANÁLISE DA  
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ednilson Silva Felipe  
Co-orientador: Prof. Dr. Mauricio de Souza Sabadini

VITÓRIA  
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M929t Moura, Pollyanna Paganoto, 1981-  
Trabalho imaterial e a teoria do valor : uma análise da  
produção de conhecimento na sociedade capitalista / Pollyanna  
Paganoto Moura. – 2015.  
122 f.

Orientador: Ednilson Silva Felipe.  
Coorientador: Mauricio de Souza Sabadini.  
Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e  
Econômicas.

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Valor (Economia). 3.  
Conhecimento e aprendizagem. 4. Teoria do trabalho imaterial. I.  
Felipe, Ednilson Silva, 1973-. II. Sabadini, Mauricio de Souza,  
1970-. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de  
Ciências Jurídicas e Econômicas. IV. Título.

CDU: 330

---

**POLLYANNA PAGANOTO MOURA**

**TRABALHO IMATERIAL E A TEORIA DO VALOR: UMA ANÁLISE DA  
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da  
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do  
título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ednilson Silva Felipe.

Co-orientador: Prof. Dr. Mauricio de Souza Sabadini

Aprovada em: \_\_\_\_\_.

---

Prof. Dr. Ednilson Silva Felipe – Orientador  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

---

Prof. Dr. Mauricio de Souza Sabadini – Co-orientador  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

---

Prof. Dr. Arlindo Villaschi Filho  
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

---

Prof. Dr. Marcelo Milan  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Realizar um trabalho de tal porte sem dúvidas não é possível sem o apoio e ajuda de muitos que nos cercam. Agradeço primeiramente a meus pais Claudir e Izabel, pelo eterno suporte e incentivo aos meus projetos não só profissionais quanto aos de vida. Eu jamais conseguirei compensar todo o apoio que recebo de vocês. Sou eternamente grata. Agradeço à minha filha Lisa, pelo carinho e amor dedicados, independente de minha forte ausência ao longo dessa jornada. É você Lisa quem me impulsiona a seguir em frente e a encarar novos desafios. Por fim, jamais poderia deixar de agradecer ao meu eterno companheiro Rodrigo por todo apoio, força e motivação. Meu ingresso no mestrado jamais poderia ter se realizado sem seu incentivo. E também não teria se finalizado sem todas nossas conversas diárias e seu interesse e dedicação aos meus projetos. Saiba que você sempre me lembra o quanto eu posso acreditar em mim. Obrigada!

Devo informar que o presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo – FAPES.

“A desalienação hegeliana desemboca portanto no delírio de um sujeito onisciente, no delírio de uma consciência total. Um delírio que não é tão raro assim, inclusive entre aqueles que, dizendo-se materialistas, fazem um risinho de escárnio quando ouvem falar de Hegel. “Hegel é um idealista” – retrucam, com desdém, nessas ocasiões. Mas o que dizem não importa. O que importa é que continuam dentro do sistema hegeliano, continuam achando que alienação é um problema de consciência...”

Laymert Garcia dos Santos, “Alienação e capitalismo”

## Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo discutir a problemática central existente entre a teoria do valor de Karl Marx e a chamada “teoria do trabalho imaterial”. Refere-se essa divergência à tese da superação da teoria do valor trabalho de Marx para compreensão da atual dinâmica do modo de produção capitalista, que para alguns, encontra-se hoje sob a égide da produção imaterial. Segundo os autores alinhados a essa corrente, como André Gorz, Antônio Negri e Mauricio Lazzarato, por ser essa produção repleta de caracteres subjetivos e, portanto irreprodutíveis, torna-se impossível estabelecer uma relação entre seu preço e o tempo de trabalho dispendido para sua reprodução. Logo, a teoria marxista do valor torna-se insuficiente para subsidiar as análises desse novo momento econômico. Nosso trabalho apresenta uma crítica a essa perspectiva, chegando à conclusão que a teoria do valor de Marx tem ainda enorme pertinência para análise das novas formas assumidas pelo capitalismo contemporâneo e que, principalmente, fornece as bases teóricas para a compreensão das temáticas referentes ao que se denomina imaterial. Para isso, avançamos em um aspecto central, que reside na constatação de que há uma incompreensão acerca da [verdadeira] natureza do imaterial, que podemos entender como toda ideia e elaboração intelectual humana. A não apreensão desse sentido faz com que aqueles autores vinculados à teoria do trabalho imaterial, incorram em dois equívocos essenciais: em primeiro lugar, essa confusão leva-os a classificar os setores produtores de serviços – muitos deles produtivos e materiais para Marx – como parte da produção imaterial. Revelamos dessa forma, como a determinação dos preços desses serviços ainda se assenta sobre a magnitude de seus valores. Em segundo, há um desconhecimento da verdadeira forma de produção desse imaterial – a produção do conhecimento – e de como se determina seu preço. Assim, à luz da teoria de Marx, é possível perceber que o conhecimento em si não é criador de riqueza e que sua remuneração ocorre por meio da apropriação de parcela do valor gerado na produção material, de forma semelhante ao que ocorre à renda da terra, de modo que a compreensão de sua dinâmica só é possível a partir da categoria marxista do valor.

**Palavras chaves:** Trabalho imaterial. Karl Marx. Valor. Conhecimento.

## **Abstract**

This research aims to discuss the existing problems between the central theory of value of Karl Marx and the so-called "theory of immaterial labor". It refers to the thesis of this divergence overcoming Marx's labor theory of value to understand the current dynamics of the capitalist mode of production, which for some, is today under the aegis of immaterial production. According to the authors aligned to this current, as André Gorz, Antonio Negri and Maurizio Lazzarato, being this production full of subjective characters and thus irreproducible, it is impossible to establish a relationship between its price and the time spent in its production. Hence, the Marxist theory of value becomes insufficient to support the analysis of the "new" economic times. Our work presents a critique of this perspective and concludes that Marx's labor theory of value is still relevant to the analysis of the new forms taken by contemporary capitalism, and that it mainly provides the theoretical basis for understanding the issues related to it is called "immaterial". In order to carry it out, we move forward in an central aspect, which lies at the realization that there is a misunderstanding about the true nature of the immaterial, understood as every idea and human intellectual development. The failure to grasp this meaning makes those authors linked to the theory of immaterial labor, incur in two basic misconceptions: first, this confusion leads them to classify the sectors producing services - many of them productive and materials for Marx - as part of immaterial production. We show that the pricing of these services is still based on the magnitude of their values. Second, there is a lack of understanding the form of production of immaterial - the production of knowledge - and how to determine its price. Thus, in the light of Marx's theory, one can see that knowledge itself is not wealth creator, and that its revenue is obtained through the appropriation of the share of the value generated in the material production, similarly to what happens to the ground rent so that understanding of its dynamics is only possible from the marxist value category.

**Key words:** Immaterial labor. Karl Marx. Value. Knowledge.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 A TEORIA DO TRABALHO IMATERIAL .....</b>	<b>12</b>
2.1 TRABALHO IMATERIAL .....	14
2.2 O PROBLEMA DA MENSURAÇÃO .....	21
2.3 O CARÁTER REVOLUCIONÁRIO DO TRABALHO IMATERIAL .....	28
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	35
<b>3 CRÍTICA À CENTRALIDADE DO TRABALHO IMATERIAL .....</b>	<b>39</b>
3.1 A CRÍTICA .....	40
3.2 PARA ALÉM DA CRÍTICA .....	50
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
<b>4 A PRODUÇÃO IMATERIAL E A COMERCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTO ...</b>	<b>76</b>
4.1 O QUE É IMATERIAL ? .....	77
4.2 A PROPRIEDADE IMATERIAL .....	80
4.3 O CARÁTER FETICHISTA DA PROPRIEDADE IMATERIAL .....	87
4.4 O IMATERIAL NO CICLO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA .....	89
4.5 O CAPITAL DA PRODUÇÃO IMATERIAL .....	105
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	109
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o capitalismo mundial tem sido caracterizado pelo crescimento do chamado “setor de serviços”, assim como do desenvolvimento massivo da microeletrônica e da tecnologia da informação. Como consequência, a comunicação entre os indivíduos tem se acelerado fortemente e os conhecimentos e informações gerados são anunciados como os grandes protagonistas de uma nova era, uma era em que a sociedade humana encontra-se amplamente conectada.

Esse conjunto de transformações propiciou a intensificação de um debate, que se iniciou em meados da década de 1970, sobre o que ficou conhecido como “o fim da centralidade do trabalho”. Tal discussão passa pela interpretação de que o trabalho nas sociedades contemporâneas teria perdido sua função como fonte de sociabilidade humana e criação de valor<sup>1</sup>. Dentre essas formulações uma em especial tem ganhado corpo e destaque: a tese sobre a imaterialidade do trabalho.

Essa temática, que relaciona-se especialmente ao período de reestruturação produtiva do capital e crise do fordismo<sup>2</sup>, tem origem no movimento neomarxista italiano conhecido como *operaísmo*<sup>3</sup>, e proclama a superação do trabalho degradado, típico do modelo taylorista e fordista, pela autonomia e criatividade de um novo tipo de trabalhador, aquele que não produz nada tangível, em suma, aquele que realiza um serviço. A ampliação do “setor de serviços” e o consequente aumento dos postos de trabalho cuja principal atividade é a produção de resultados intangíveis têm fortalecido a argumentação que fundamenta essa visão. Podemos constatar a relevância no capitalismo contemporâneo desta produção realizada por atividades de serviços ao verificar, por exemplo, segundo relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que, entre 2005 e 2007, as chamadas

---

<sup>1</sup> De acordo com Nakatani (2001, p. 128) essa interpretação refere-se principalmente: 1) àqueles que creem que a produção de riqueza no capitalismo não depende mais do trabalho humano; 2) outros que sugerem o fim da luta de classes; 3) uns que transferiram “o centro de suas subjetividades do trabalho para outras esferas” e 4) àqueles que entendem que chegamos a era do fim dos empregos. Para uma maior aproximação ao tema, cf., por exemplo, Kurz (1999), Gorz (1982), Offe (1989), Habermas (1990), dentre outros.

<sup>2</sup> Como salienta Giuseppe Cocco, na introdução do livro de Negri & Lazzarato, grande parte dos textos desenvolvidos sobre o trabalho imaterial foram escritos “no âmbito do debate francês sobre reestruturação produtiva, crise do fordismo e transformações do trabalho” (2013, p. 32).

<sup>3</sup> O *operaísmo* foi uma vertente teórica italiana com intensa produção e ativo envolvimento político entre as décadas de 1950 e 1970, cujo principal membro era o filósofo italiano Antônio Negri. Posteriormente o conceito de “trabalho imaterial” foi desenvolvido por outros autores como Maurício Lazzarato e André Goz.

“indústrias de serviços” foram receptoras de cerca de 60 por cento dos fluxos de investimentos globais (UNITED NATIONS, 2012)<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo, verificamos, de acordo com as estimativas da Organização Internacional do Trabalho (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2015), que em 2013 mais de 45 por cento da força de trabalho mundial estava alocada nesse “setor”, enquanto que em 1991 esse percentual era de aproximadamente 34 por cento.

O cerne da argumentação a respeito do trabalho imaterial funda-se em torno dos aspectos intangíveis manuseados pelos trabalhadores que desempenham tais atividades. Segundo os autores vinculados a essa corrente, como André Gorz, Antônio Negri e Maurício Lazzarato, o trabalhador imaterial é aquele que não produz mercadorias, mas informações e conhecimento, de modo que o vigoroso crescimento dos serviços é interpretado por eles como sinônimo da ampliação dessa nova forma de trabalho. A “imaterialidade”, em vista disso, é anunciada como uma tendência intransponível da sociedade contemporânea, tendência essa que supostamente implica um futuro sombrio para a teoria marxista do valor.

Sumariamente, as teses sobre o trabalho imaterial apresentam o argumento de que o conjunto de mudanças sofridas no capitalismo, sobretudo no que se refere à redução da produção fabril e à ampliação da produção intangível, tornou o trabalho um elemento residual na composição do valor em nossa sociedade. As capacidades subjetivas dos trabalhadores – componentes centrais da produção imaterial –, teriam deslocado a produção de valor para o conhecimento, que por ser algo imensurável e irreduzível a uma quantidade de trabalho abstrato, faz do valor uma medida impraticável. Por isso, a teoria de Marx é considerada ultrapassada e novas propostas teóricas são sugeridas nessas teses para interpretar a dinâmica econômica atual.

Diante desse contexto, é necessário pontuar duas questões centrais. A despeito de Marx ter abordado de forma apenas incipiente a produção de caráter intangível, seria possível encontrar nesse autor elementos que nos possibilitem uma análise do quadro econômico que atualmente se desenha? Ou seria sua teoria

---

<sup>4</sup> Segundo a ONU (2012, p. 8), os serviços referem-se a uma gama diversa de bens e atividades intangíveis que são transacionados, mas que não cabem em uma simples definição. A dificuldade em conceituar essas atividades foi enfrentada pela revista *The Economist* de forma criativa: um serviço "é qualquer coisa vendida no mercado que não pode cair sobre seus pés" (apud RIFKIN, 2001, p. 69).

realmente incapaz de interpretar as transformações econômicas que hoje se impõem?

O presente trabalho tem o objetivo de constatar a pertinência da teoria do valor de Marx no debate sobre o trabalho imaterial. Procuraremos especialmente encontrar nesse autor subsídios teóricos que nos possibilitem entender o papel do conhecimento na dinâmica capitalista contemporânea. Como hipótese geral, sugerimos ser possível encontrar na teoria de Marx uma base analítica para a compreensão do capitalismo atual, sobretudo no que se refere à produção de conhecimento.

Para alcançar tal objetivo, nossa pesquisa está dividida em cinco capítulos, além dessa introdução. No segundo capítulo realizamos um estudo sobre o que denominamos “teoria do trabalho imaterial”, a fim de analisar o corpo teórico que a fundamenta. Nessa parte da pesquisa foi feita uma investigação bibliográfica que aponta os principais argumentos defendidos nas obras dos autores que desenvolvem essa abordagem

No terceiro capítulo analisamos a consistência da leitura teórica que os autores do trabalho imaterial realizam da teoria marxista. Para tanto, apresentamos a análise de importantes críticos a essa proposição teórica, como Ricardo Antunes, Henrique Amorim e Eleutério Prado. Também realizamos um exame crítico/metodológico dos argumentos centrais defendidos nas elaborações a respeito do trabalho imaterial. Nessa parte, também indicamos os elementos relevantes apontados nas teses sobre o trabalho imaterial que merecem investigação aprofundada.

No quarto capítulo apresentamos uma proposta para uma leitura do que se refere à produção de conhecimento no capitalismo, elemento que, segundo a teoria do trabalho imaterial, decreta o fim da teoria do valor de Marx. Portanto, como a presente proposta insere-se no campo teórico do marxismo, ela encontra suas prescrições metodológicas no materialismo histórico e dialético utilizado por Marx. Para esse autor, a pesquisa científica percorre seu caminho em duas etapas: primeiro, o pesquisador parte do mundo concreto com o qual se depara e cria determinações abstratas que evidenciam sua lógica; segundo, parte dessas mesmas abstrações de volta para o mundo concreto, reproduzindo-o no pensamento como o “concreto pensado” e preenchendo-o de sentido.

Desse modo, partindo de determinações concretas, primeiramente vislumbramos a categoria mais simples, o conhecimento enquanto mercadoria, e a desenvolvemos enquanto abstração. Posteriormente, devolvemo-la à realidade concreta para entender sua função no todo, no real, e novamente a reproduziremos enquanto categoria, mas enquanto algo compreensível dentro da totalidade. Assim, partindo do método construído por Marx, mostramos como a teoria marxista pode ler os fenômenos atuais relacionados com a inserção da produção do conhecimento dentro da lógica do modo de produção capitalista.

Por último, sintetizamos os principais elementos de nossa análise e apresentaremos uma conclusão sobre o que pudemos depreender do assunto exposto, assim como indicaremos os caminhos que ainda necessitarão serem seguidos no âmbito dessa temática.

## 2 A TEORIA DO TRABALHO IMATERIAL

Tentativas de refutar a teoria marxista do valor não são recentes. Elas se originam das mais diversas fontes, resultando em implicações que atravessam o campo teórico. Surgem, por um lado, em virtude de fortes interesses políticos, enquanto que por outro, surgem devido a uma incompreensão quase que generalizada dessa teoria<sup>5</sup>. A Revolução Marginalista<sup>6</sup>, datada do final do século XIX, corresponde a uma dessas tentativas, assim como a polêmica questão envolvendo a transformação dos valores em preços, elaboração essa conhecida como os preços de produção de Marx<sup>7</sup>.

De todo modo, assaltos à teoria marxista não cessaram, e seguidas releituras se intensificaram após as mudanças engendradas no âmbito do processo de reestruturação produtiva iniciado na década de 70. Essas modificações foram marcadas, sobretudo, por uma redução dos postos de trabalho nas fábricas e incorreram não apenas em uma reorganização do processo produtivo do capital, mas também de seu sistema político e ideológico que perduram até hoje (ANTUNES, 2009). Tais transformações do capital foram movidas pela busca da recomposição das taxas de lucro – que se apresentavam em queda – e procuraram realizar uma espécie de integração do trabalhador às atividades por ele desempenhadas, de modo a se contrapor à parcelização imanente ao modelo taylorista/fordista em estagnação. Segundo Antunes (2005), as principais consequências desse processo, além da redução dos postos de trabalho fabris, foram a intensificação da jornada e a expansão de atividades dotadas de uma maior dimensão intelectual. Essas modificações geraram impactos não só à classe

---

<sup>5</sup> Sobre esse ponto, cf. Carcanholo (2005).

<sup>6</sup> Nesse movimento, três economistas, Jevons, Menger e Walras, publicaram quase que simultaneamente obras que representam até hoje o cerne da ortodoxia neoclássica. Suas teorias consistiam no avanço do utilitarismo e a consequente elaboração da teoria do valor utilidade, fazendo do valor uma relação direta com a utilidade marginal. É desse modo que a suposta refutação da teoria do valor trabalho está dada. Como é a utilidade que atribui o valor aos produtos a relação com a exploração não pode mais ser sustentada, pois depende da analogia com o trabalho.

<sup>7</sup> “A grande maioria dos ruídos teóricos produzidos por essas tentativas multifárias de resolver aspectos não solucionados na teoria surge naquelas que procuram encontrar solução para a aparente dificuldade apresentada pela problemática da transformação do valor em preço de produção. A teoria dos preços de produção, na sua aparente dificuldade de explicar por que o lucro total não é igual à mais-valia total (problema explicitado também de outras maneiras) constitui o objeto privilegiado de análise por parte dessas multifárias interpretações.” (CARCANHOLO, 2005, p. 2).

trabalhadora, como também a muitos pensadores que passaram a ver nessas transformações o surgimento de um novo modo de produção. Dentre eles encontramos os autores do trabalho imaterial.

Esses autores, que aqui representaremos principalmente por André Gorz, Antônio Negri e Maurício Lazzarato<sup>8</sup>, apesar das distintas ramificações que percorrem suas abordagens teóricas, têm em comum três pontos centrais que convergem para um aspecto fundamental: a presumível invalidade da teoria marxista do valor como ferramenta capaz de explicar as modificações contemporâneas do capitalismo. E, de forma diversa às tentativas anteriores de refutação da teoria do valor de Marx, esses teóricos atribuem uma data de validade para essa teoria, ou seja, entendem que até um dado momento ela possuía sua relevância, mas agora, dada as modificações verificadas no capitalismo, estaria defasada. Suas teses então se concentram: (1) na ideia de imaterialidade de um novo tipo de trabalho que se torna hegemônico no capitalismo contemporâneo, o trabalho imaterial; (2) o caráter imensurável do mesmo, assim como de seus resultados; e (3) a crença num potencial revolucionário presente nesse trabalho “uma vez que ele escaparia, a priori, da lógica do capital” (SILVA; FERREIRA, 2009, p. 2). Será pertinente seguir nossa análise através da discussão dos três pontos acima citados e seus desdobramentos, na medida em que procuramos verificar o potencial analítico das elaborações acerca do trabalho imaterial para compreender as recentes transformações no capitalismo global.

---

<sup>8</sup> A escolha dos três autores foi tomada tendo em vista a contemporaneidade e originalidade do debate. No entanto, é preciso admitir a limitação que se impõe ao fazer tal recorte, uma vez que reconhecemos a amplitude e riqueza do debate em torno do trabalho imaterial. Entre os autores que deixamos de citar destacam-se: Giuseppe Cocco (2001, 2002; 2003), Robert Kurz (1999), Claus Offe (1989), Michael Hardt (2005, 2006), dentre outros. Também não podemos deixar de salientar que a teoria de André Gorz possui importantes diferenças das formulações de Antônio Negri e Maurício Lazzarato, principalmente no que se refere às noções sobre trabalho e emancipação humana. Enquanto para Gorz a emancipação só poderá ser realizada através de uma libertação do trabalho, para Negri e Lazzarato o trabalho continua a ter um forte componente ontológico, isto é, a centralidade do trabalho imaterial não desqualifica a esfera do trabalho como espaço possível de emancipação. Entretanto, o conjunto teórico desenvolvido por esses autores não será prejudicado se analisado conjuntamente e nem mesmo imporá prejuízos para nossa argumentação, uma vez que as semelhanças de suas teses permitem tal associação. Nesse sentido, toda vez que nos referirmos à teoria do trabalho imaterial, estaremos fazendo menção principalmente à Gorz, Negri e Lazzarato.

## 2.1 TRABALHO IMATERIAL

As mudanças empregadas no processo produtivo, em virtude da reestruturação produtiva do capital, impuseram profundas transformações no mundo do trabalho e esses acontecimentos instigaram uma série de debatedores a pensar sobre esse fenômeno: estaria o trabalho, no sentido capitalista do termo, fadado a seu fim? Gorz (1982), em sua obra “Adeus ao Proletariado”, abre caminho a essa interpretação, que surge, sobretudo, devido a uma crescente constatação: o trabalhador fabril, aquele que desenvolve uma atividade repetitiva, parcelada e alienada, estava sendo cada vez mais posto para fora do processo de produção, cedendo seu lugar para uma nova força de trabalho de caráter mais complexo e intelectualizado e, o proletariado, até então sinônimo do trabalhador no capitalismo, estaria extinguindo-se. É assim que anuncia o grande problema que a teoria marxista do valor teria que enfrentar nas próximas décadas: “O marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário”(GORZ, 1982, p. 25).

A crescente automação das indústrias, assim como a inserção da microeletrônica nos processos de produção deslocavam a mão de obra fabril ao mesmo tempo em que demandavam trabalhadores mais qualificados. Assim, à medida que os operários eram substituídos por máquinas, novos tipos de trabalhadores conquistavam espaço nessa recente configuração produtiva, que à primeira vista distanciava-se enormemente daquela anterior. Impunha-se segundo Gorz, “uma revisão, em vários planos, que visava ressuscitar, por meio da identificação do trabalhador ao trabalho, uma nova ética do trabalho” (GORZ, 2003, p. 65). As formas de trabalho tipicamente fordistas, que eram fundamentadas em um trabalho manual e mais ou menos homogêneo, cujos resultados encerravam-se em mercadorias padronizadas e palpáveis, eram substituídos por trabalhadores intelectualmente qualificados carregados de conhecimento e informação<sup>9</sup>.

Essa nova força de trabalho, que então alçava sua hegemonia<sup>10</sup>, diferenciava-se principalmente daquela fabril pela intangibilidade de seus resultados. Enquanto o trabalhador fordista produzia determinada quantia de mercadorias em dado tempo de trabalho, o trabalhador pós-fordista gera resultados intangíveis num tempo de

---

<sup>9</sup>“Hoje a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental nos processos de produção”(HARDT; NEGRI, 2006, p. 310)

<sup>10</sup> “O trabalho imaterial tende a se tornar hegemônico, de forma totalmente explícita” (LAZZARATO; NEGRI, 2013a, p. 51).



trabalho incerto que, por isso, seria denominado imaterial. O trabalho imaterial estaria, desse modo, intimamente relacionado às atividades de serviços que, nesse momento, estariam dominando as relações de produção em todas as suas esferas. Em outras palavras, para esse grupo de teóricos, o próprio trabalho fabril estaria sendo desempenhado na forma de prestação de serviços. É nesse sentido que Hardt e Negri (2006, p. 302) afirmam que estaríamos vivenciando hoje um paradigma econômico no qual “a oferta de serviços e o manuseio de informações estão no coração da produção econômica”<sup>11</sup>, enquanto que para Gorz (2005, p. 9) toda a produção, de forma cada vez mais evidente, tende a se assemelhar a uma prestação de serviços.

Na execução das atividades terciárias há uma estreita relação entre o prestador de serviços e aquele que usufrui do serviço prestado. A informação e a comunicação desempenham um papel fundamental para essas atividades, que têm como cerne o estreitamento dos canais de interlocução entre produção e consumo, do qual a indústria toyotista é a referência central. Por isso, de forma diversa à produção fordista, a decisão de produção é tomada aqui tendo em vista os desejos da demanda, de modo que o mercado consumidor é, em tese, quem decide a produção. É assim que Lazzarato (2013a, p. 65) é levado a afirmar que “(...) a mercadoria pós-industrial é o resultado de um processo de criação que envolve tanto o produtor quanto o consumidor”. Os trabalhadores imateriais - derivado desse novo processo de produção - portanto, ao estabelecer uma maior aproximação com os consumidores, são capazes de captar os desejos da demanda e traduzi-los na forma de prestação de serviços, que podem ser desempenhados a partir de uma vasta gama de possibilidades, como por exemplo, serviços de saúde, educação, finanças, transporte, entretenimento, marketing, etc. A versatilidade de aptidões - fundamentada na capacidade de trocas e transmissão de conhecimentos no interior do processo de produção - caracterizam, portanto a força de trabalho imaterial. É nesse sentido que a atual fase é também designada por muitos desses autores

---

<sup>11</sup> Na obra “Império”, Hardt e Negri explicam que esse seria o terceiro paradigma econômico vivenciado desde a Idade Média. O primeiro seria aquele no qual a agricultura e a extração de matérias-primas dominavam a economia. No segundo, a produção industrial comandava as relações econômicas e o terceiro seria este em que o trabalho imaterial, entendido como atividades de prestação de serviços, assume uma posição central. A produção econômica dominante teria, portanto, migrado do setor primário para o secundário e desse para o terciário.

como era da informação ou era do conhecimento. Sobre essas mudanças, assinala Gorz:

Nós atravessamos um período em que coexistem muitos modos de produção. O capitalismo moderno, centrado sobre a valorização de grandes massas de capital fixo material, é cada vez mais rapidamente substituído por um capitalismo pós-moderno centrado na valorização de um capital dito imaterial, qualificado também de “capital humano”, “capital conhecimento” ou “capital inteligência”. Essa mutação se faz acompanhar de novas metamorfoses do trabalho. O trabalho abstrato simples, que desde Adam Smith, era considerado como fonte de valor, é agora substituído por trabalho complexo [...] por trabalho dito imaterial [...] (GORZ, 2005, p. 15).

Negri e Lazzarato, de forma análoga, ao exprimirem as características centrais que diferenciam a nova lógica de produção, daquela anterior, fundamentam seus argumentos na centralidade de uma força de trabalho de caráter imaterial:

Vinte anos de reestruturação produtiva das grandes fábricas levaram a um estranho paradoxo. Com efeito, foi contemporaneamente sobre a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade de um “trabalho vivo” sempre mais intelectualizado, que se constituíram as variantes do modelo pós-fordista. Na grande empresa reestruturada, o trabalho do operário é um trabalho que implica sempre mais, em diversos níveis de capacidade de escolher entre diversas alternativas e, portanto, a responsabilidade de certas decisões [...]. Qualidade e quantidade de trabalho são organizadas em torno de sua imaterialidade. Embora a transformação do trabalho operário em trabalho de controle, de gestão da informação, de capacidades de decisão que pedem o investimento da subjetividade, toque os operários de maneiras diferentes, segundo sua funções na hierarquia da fábrica, ela apresenta-se atualmente como um processo irreversível (LAZZARATO; NEGRI, 2013a, p. 49).

A hegemonia de um trabalho imaterial põe em cheque a teoria do valor de Marx, já que esta não estaria preparada para enfrentar os problemas analíticos impostos pela economia do conhecimento. Os resultados dessa produção, ao contrário do fordismo, não são materiais e duráveis, mas imateriais, como um bem cultural, uma informação ou um conhecimento, e essa intangibilidade não pode ser alcançada pela teoria desenvolvida por Marx. Esta tornou-se ultrapassada. O operário fordista, nos termos de Lazzarato e Negri (2013b, p. 49), foi derrotado e substituído por uma força de trabalho intelectualizada que assume uma posição central. Essa centralidade, no entanto, não se dá pelo simples dispêndio de trabalho, mas pela transmissão de informações, pela geração de conhecimento: “O conhecimento (knowledge) é considerado como a força produtiva principal” (GORZ,

2005, p. 15). É desse modo que a sociedade que tem no seu âmago o valor centrado no trabalho dissolve-se para irromper em outra na qual o valor é determinado pelo conhecimento. É a centralidade do conhecimento que caracteriza o capitalismo pós-moderno, resultado do conjunto de atividades desempenhadas pelo trabalho imaterial.

Ao argumentarem sobre o que julgam ser essas formas de trabalho, os teóricos do trabalho imaterial sempre direcionam suas teses para os elementos que tornam intangíveis seus resultados. Negri e Hardt apontam duas faces do trabalho imaterial: uma delas estaria relacionada ao manuseio da informática, dos computadores e símbolos digitais. Segundo eles, um amplo leque de atividades são hoje realizadas através de computadores, que funcionam como espécies de ferramentas universais<sup>12</sup>, e contribuem para que a dimensão concreta das mais diversas formas de trabalho desapareça. Isso porque na medida em que essas atividades são desempenhadas por meio da manipulação de símbolos digitais, através de uma mesma ferramenta (o computador), elas perderiam, pois, os seus aspectos que as diferenciariam entre si. “(...) Mediante a informatização da produção, portanto, o trabalho tende à posição de abstrato” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 313).

A outra face do trabalho imaterial seria a afetiva. Essa se expressa através do contato e interação humanos que é evidenciado no interior de uma relação de trocas, como num serviço de saúde, educação e entretenimento. São serviços que têm como base o cuidado e a atenção, e que no pilar de sua realização está a manipulação dos sentimentos pessoais. Essa relação de trabalho afetiva pode também ocorrer de forma real ou virtual, não importa. O que a determina é o resultado emocional por ela proporcionado (conforto, bem-estar, etc.). Ou seja, resultados intangíveis e, portanto, imaterial, mesmo havendo contato físico em sua realização.

---

<sup>12</sup> “(...) O computador aparece como o instrumento universal, universalmente acessível, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser partilhados” (GORZ, 2005, p. 21).

Essas seriam as duas dimensões do trabalho imaterial: uma informacionalizada e a outra afetiva<sup>13</sup>. O lado instrumentalizado da produção econômica foi unido às relações sentimentais humanas, enriquecendo-a. Haveria desse modo, segundo Negri e Hardt, três formas principais de trabalho imaterial, sendo todas identificadas como serviços. A primeira está associada à informática e comunicação. Seria a produção industrial que incorporou as tecnologias de informação e os modelos comunicacionais transformando todo o processo de produção (do qual o modelo da indústria toyotista seria o referencial), possibilitados pela criação e utilização de softwares; o segundo tipo relaciona-se às tarefas analíticas e simbólicas que tem de um lado atividades criativas e de outros trabalhos rotineiros de manipulação de símbolos. Aqui entram as atividades de pesquisa por exemplo. A terceira forma de trabalho imaterial é aquela vinculada à “produção e manipulação de afetos” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 314), que requer contato e interação humanos, como é o caso já mencionado dos serviços de saúde.

Na mesma linha de raciocínio, ao analisar as habilidades dos trabalhadores nas grandes indústrias pós-fordistas, através do caso da indústria automobilística Daimler-Chrysler, Gorz percebe que as aptidões que são levadas em conta, que são valorizadas pela diretoria da empresa em seus funcionários não são simples qualificações profissionais. Observa esse autor:

“(...) O que conta, para esses “colaboradores” de um dos maiores grupos industriais do mundo, são as qualidades de comportamento, as qualidades expressivas e imaginativas, o envolvimento pessoal na tarefa a desenvolver e completar. Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos fornecedores de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar” (GORZ, 2005, p. 17).

Portanto, as aptidões e características esperadas da força de trabalho imaterial vão, segundo Gorz, muito além de uma conduta preestabelecida. Elas estão relacionadas ao desempenho atingido pelo trabalhador diante de situações imprevistas e que não é possível ser prescrito. É a sua forma de se relacionar, de descobrir soluções para os problemas encontrados e principalmente sua capacidade de cooperar e interagir no interior e exterior da produção. Esse aspecto cooperativo

---

<sup>13</sup> É interessante observar que assim como Marx encontra a dupla natureza do trabalho, abstrato e concreto, esses autores desenvolvem a dupla dimensão do trabalho imaterial, informacional e afetivo.

do trabalho imaterial é um elemento determinante para o desenvolvimento de suas atividades. É através da cooperação e sinergia com os demais agentes que o trabalhador pode colocar em evidência sua capacidade criativa, distribuir e captar informações para que sejam disseminadas numa espécie de rede de contatos que acelera os canais de distribuição e dinamiza a produção como um todo. O caráter informacional e afetivo se fundem através do sistema de cooperação entre os agentes imateriais da produção. A informação é dinamizada pelos sistemas digitais integrados e preenchidos pelas trocas de conhecimento que se tornam possíveis principalmente devido ao sistema cooperativo intrínseco a esse trabalho de caráter imaterial (GORZ, 2005; LAZZARATO; NEGRI, 2013b).

O trabalhador não é mais visto, portanto, como um simples apêndice da máquina, ele deve doar-se e se entregar por inteiro no processo de produção. Ao contrário da produção fordista, a produção comandada pelo trabalho imaterial exige aptidões dos trabalhadores que são impossíveis de serem objetivadas. É a sua subjetividade que integra a produção. “(...) o trabalho imaterial não se reproduz (e não reproduz a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade” (LAZZARATO; NEGRI, 2013a, p. 54), reproduz assim o próprio trabalhador e não uma relação de exploração. Como a sua personalidade importa no âmbito do processo produtivo, o trabalhador que desempenha o trabalho imaterial, ao mesmo tempo que se doa e se entrega no emprego de suas atividades, se reproduz, já que transmite e adquire os conhecimentos inerentes em todos os detentores dessa força de trabalho intangível.

O operário da indústria pós-fordista não seria assim intercambiável e indistinguível de qualquer outro, já que é a sua subjetividade o principal elemento que comporá a produção imaterial. Suas características subjetivas são externadas por eles durante o processo produtivo e isso faz de cada trabalhador uma força única e distinguível de todas as demais. Esses trabalhadores revelam no ato da produção todo o seu conhecimento, todo seu saber vernacular que adquiriram fora do ambiente corporativo e, à medida que executam suas atividades, reproduzem uma relação social alicerçada na troca dos conhecimentos particulares dos agentes inseridos nesse processo<sup>14</sup>. “(...) O trabalho imaterial produz acima de tudo uma

---

<sup>14</sup> É interessante observar que Gorz diferencia os conhecimentos dos saberes. Os primeiros seriam formalizados e absorvidos através de escolas, cursos técnicos, etc. Os segundos não podem ser

relação social (uma relação de inovação, de produção, de consumo), e somente na presença dessa reprodução a sua atividade tem um valor econômico” (LAZZARATO, 2013a, p. 67). O trabalhador que realiza a produção imaterial não seria aquele que somente produz mercadorias, mas também o que produz o consumidor. E à medida que cria e realiza o ambiente de consumo, desenvolve a si mesmo, pois ele é o produtor e consumidor de sua própria capacidade de trabalho. Ele seria, assim como observou Gorz (2005), um auto-empendedor, ou um empendedor de si mesmo, fazendo da reprodução de sua própria vida a reprodução de sua capacidade de trabalho. São as suas escolhas que formam o seu potencial produtivo e não capacidades que seriam predeterminadas pelo capital. À medida que o trabalho imaterial valoriza a versatilidade de aptidões não cognitivas, cada um torna-se o responsável pela formação de suas próprias habilidades.

É nesse sentido que os teóricos do trabalho imaterial entendem que não mais o trabalho, mas o conhecimento é hoje a fonte de riqueza da sociedade, já que ele é o componente central da força de trabalho imaterial. A produção de cunho material tende a ocupar um espaço periférico dentro dessa nova lógica econômica, sobretudo porque são as características imateriais presentes nos resultados de toda a produção, até mesmo da material, que constituem o principal valor dos produtos<sup>15</sup>.

Na medida em que o trabalho imaterial tende a se tornar hegemônico, suas características impõem problemas para a teoria do valor de Marx, pois esta não forneceria, segundo os teóricos do trabalho imaterial, elementos suficientes para analisar a lógica de produção comandada por esse tipo de trabalho. Como estabelecer valor para produtos elaborados a partir do comando do conhecimento transmitido pela força de trabalho? Como mensurar o conhecimento contido em cada produto desenvolvido pela força de trabalho imaterial? Como quantificar coisas que não são palpáveis? Uma teoria do valor que supõe a mensuração dos elementos do trabalho como pressuposto de sua existência não tem lugar na atual configuração econômica. É o que afirma a teoria do trabalho imaterial. Esse será o aspecto que abordaremos na próxima seção.

---

objetivados, pois se trata das experiências individuais incorporadas nos indivíduos. Já para Lazzarato e Negri, não existe tal distinção.

<sup>15</sup> É o que afirma Gorz (2005, p. 39), por exemplo, ao nos advertir que o preço de um tênis Nike está muito mais relacionado ao seu conteúdo informacional do que a suas características materiais.

## 2.2 O PROBLEMA DA MENSURAÇÃO

A chegada da acumulação flexível, ou toyotismo, anuncia o fim da hegemonia da produção fundamentada no tempo de trabalho e na fabricação de produtos. A produção não estaria mais vinculada ao tempo gasto para a criação das mercadorias, mas ao conhecimento inerente a cada trabalhador e por ele dispendido durante o processo de produção. Sobre esse fenômeno assinala Gorz: “O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não podem se aplicar” (GORZ, 2005, p. 15).

Um problema é colocado pela teoria do trabalho imaterial à economia política clássica (aquela fundamentada no valor-trabalho): não é possível medir o trabalho da produção imaterial. Não é possível quantificá-lo, determiná-lo, mensurá-lo. E se assim o é, igualmente desmedidos se tornam os resultados desse trabalho<sup>16</sup>. Como definir o valor nessas condições em que a medida das horas da produção é impossível de ser estabelecida? Para esses autores, isso não seria mais possível, e é por isso que o valor na atual sociedade não seria mais determinado pelo trabalho – mensurado pela quantidade de horas trabalhadas socialmente necessárias à produção – mas pelo conteúdo subjetivo que há no mesmo, impassível de mensuração: o conhecimento, a inteligência, as informações.

De caráter oposto ao operário fordista, o trabalho da produção imaterial, não se reduz ao tempo que o trabalhador permanece na fábrica. Sua atividade não consiste apenas no desempenho repetitivo e simples de um mesmo processo que resultará na criação de certo número de mercadorias, determinando por sua vez o valor de sua força de trabalho. As atividades desempenhadas pelo trabalho imaterial extrapolam os limites impostos pela fábrica fordista – o tempo, o método, etc. – e, portanto as tornam sempre indistinguíveis umas das outras, requerendo para isso, nesses trabalhadores, uma gama de capacidades heterogêneas e imprevisíveis. Assim sendo, o que se leva em conta não é simplesmente o tempo dispendido no processo produtivo, mas os aspectos qualitativos externados pelo trabalhador

---

<sup>16</sup> “A heterogeneidade das atividades de trabalho ditas “cognitivas” (...), torna imensuráveis tanto o valor das forças de trabalho quanto o dos seus produtos (...)” (GORZ, 2005, p. 29).

durante esse percurso. A quantidade de horas deixa de ser relevante uma vez que se torna impossível mensurar os aspectos subjetivos valorizados no decorrer do processo de produção. É nesse sentido que “(...) os produtos da atividade social não são mais, principalmente, produtos do trabalho cristalizado, mas sim do conhecimento cristalizado (...)” (GORZ, 2005, p. 29).

Se as mercadorias são resultados de conhecimentos cristalizados, conforme explicita Gorz, isso indica que as trocas mercantis não podem mais ser determinadas pela quantidade de trabalho contida em cada um dos produtos, isto é, o trabalho deixa de ser o mediador do intercâmbio de mercadorias. O conhecimento torna-se o novo regulador desse processo, uma vez que atividade social hoje é centrada na produção e distribuição de subjetividade, transmitida pelo trabalho imaterial no desenvolvimento de suas funções. Isso implica que as mercadorias sejam agora identificadas umas com as outras por seu conteúdo qualitativo, ou seja, pelos elementos informativos presentes nesses resultados. São esses elementos que determinam a troca, pois são eles que igualam os resultados do trabalho uns com os outros, que permitem a equivalência entre esses produtos. O intercâmbio social é então orquestrado pelo conhecimento produzido, transmitido e consumido pela população. É através dele que hoje a sociedade estabelece e mantém suas relações sociais, caracterizadas pela troca de informações e saberes, conduzidas pela realização do trabalho imaterial. O trabalho tido como um simples dispêndio de horas em um determinado local é substituído por uma relação de produção em que o tempo não é mais determinante, uma vez que as horas dispendidas durante o processo produtivo são incertas e impossíveis de serem determinadas. Desmorona-se, portanto, toda a compreensão do valor constituída como algo mensurado e mensurável no interior do processo produtivo, para dar lugar a um novo padrão de valor, ao qual a medida não é mais possível. Nos termos empregados por Gorz (2005, p. 29):

(...) O valor de troca das mercadorias, sejam ou não materiais, não é mais determinado em última análise pela quantidade de trabalho social geral que elas contêm, mas, principalmente, pelo seu conteúdo de conhecimentos, informações, de inteligências gerais. É esta última, e não mais o trabalho social abstrato mensurável segundo um único padrão, que se torna a principal substância social comum a todas as mercadorias. É ela que se torna a principal fonte de valor e de lucro, e assim, segundo vários autores, a principal forma de trabalho e do capital.



Ao reconhecer um novo padrão de valor na atual sociedade, a teoria do trabalho imaterial tece uma ampla crítica às teorias clássicas fundamentadas no valor-trabalho e, principalmente, aquela desenvolvida por Marx. Segundo eles, sendo o valor hoje determinado pelo conhecimento, é o comando desse elemento que se constitui como a nova forma de riqueza. O que se extrai do trabalho não é somente o tempo que o trabalhador dedica à produção, porque em primeiro lugar esse tempo é indefinido e em segundo porque são suas capacidades subjetivas que agora são externadas. Como se determinaria então esse novo padrão de valor centrado no conhecimento? Segundo Lazzarato e Negri (2013b, p. 53) é através de uma relação que “se põe em termos de independência frente ao tempo de trabalho imposto pelo capital”. Isto é, o valor fundamenta-se numa relação que extrapola os muros da fábrica fordista e alcança as práticas cotidianas desenvolvidas em sociedade.

Nesses termos, o conhecimento é entendido como resultado do conjunto de relações que a sociedade mantém entre ela. São as experiências individuais, as vivências e saberes que os indivíduos transmitem uns aos outros que compõem o conteúdo subjetivo, o composto de conhecimento, peculiar à força de trabalho imaterial. No ato de produção serão suas lembranças, sua bagagem cultural que o trabalhador irá externar e transmitir aos resultados que serão por ele elaborados. Desse modo, quanto mais versáteis e distintas forem as habilidades dos trabalhadores, mais valorizados eles serão, visto que maiores serão as interações e conexões que poderão despender durante a produção. Como o conhecimento é formado pelas práticas e interações dos indivíduos, estas não se limitam ao tempo de trabalho. Ao contrário, são conquistadas principalmente durante as atividades de lazer, o que faz das suas práticas individuais, um modo pelo qual enriquece a sociedade, pois é produzindo a si mesmo que o trabalhador pós-fordista gera valor<sup>17</sup>.

E é também por isso, que o valor da força de trabalho imaterial é imensurável, pois não é possível verificar a quantia de horas necessárias para sua reprodução,

---

<sup>17</sup> “Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação e cooperação (...)” (GORZ, 2005, p. 19).

uma vez que seus elementos determinantes são resultados das relações sociais do trabalhador, de suas trocas de experiências e saberes com a sociedade que o cerca. Sendo assim, o tempo que necessita para se reproduzir é interminável, visto que a todo instante de sua vida mantêm relações sociais<sup>18</sup>. Ou seja, é reproduzindo a si mesmo que põe a sua força de trabalho em movimento. Acrescentam Lazzarato e Negri sobre esse ponto:

(...) A categoria clássica do trabalho se demonstra absolutamente insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial. Dentro dessa atividade, é sempre mais difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo de produção ou do tempo livre. Encontramo-nos num tempo de vida global, na qual é quase impossível distinguir entre tempo produtivo e o tempo de lazer (...) (LAZZARATO; NEGRI, 2013a, p. 54).

Se é no tempo de lazer que a sociedade constrói os elementos subjetivos determinantes para serem empregados no processo produtivo, esse momento também pode ser considerado tempo de trabalho, de modo que os limites entre a vida privada e produção tornam-se incertos<sup>19</sup>. Esse aspecto torna-se ainda mais indefinido, de acordo com a visão de Hardt e Negri (2006, p. 315), quando se leva em conta o caráter descentralizado da produção pós fordista. Segundo eles, a informatização da indústria e a predominância do setor de serviços tornaram desnecessárias a concentração que existia no modelo fordista. O uso de tecnologias da informação e o avanço dos sistemas de comunicação tem tornado dispensáveis, para alguns setores, a própria existência da fábrica. Os operários podem se comunicar por intermédio de sistemas de telecomunicação e muitos processos laborais dessa forma podem ser realizados em qualquer localidade, de modo que a distância geográfica perde sua importância. “[...] Operários podem até ficar em casa e acessarem a rede. O trabalho de produção informacional (tanto de serviços como bens duráveis) baseia-se no que pode ser chamado de cooperação abstrata (...)”(HARDT; NEGRI, 2006, p. 317). O advento das novas tecnologias destruíram os muros que separavam os operários de seu trabalho assim como o tempo livre do momento de produção. Hoje é possível trabalhar desempenhando uma atividade de

---

<sup>18</sup> A remuneração do trabalhador estaria agora relacionada mais aos objetivos que devem alcançar que o tempo dispendido na produção.

<sup>19</sup> “(...) A fronteira entre o que se passa fora do trabalho, e o que ocorre na esfera do trabalho, apaga-se, não porque as atividades do trabalho e as de fora mobilizem as mesmas competências, mas porque o tempo da vida se reduz inteiramente sob a influência do cálculo econômico e do valor” (GORZ, 2005, p. 25).

lazer, através do uso dos computadores, internet e telefones celulares, sobretudo quanto se tem em vista uma produção, cujos resultados intangíveis podem ser transportados a custos mínimos sem necessidade de qualquer aparato físico.

A aproximação do tempo livre com o tempo de produção estaria desse modo intimamente relacionado ao caráter informativo do trabalho imaterial, assim como ao estreitamento dessa relação possibilitado pelos avanços tecnológicos hoje alcançados. Isto é, se em si o próprio trabalho imaterial é constituído de inteligências, informações e saberes – propiciadas por meio de uma construção coletiva – que não cessam de ser produzidas, – fazendo da própria vida pessoal dos trabalhadores um momento de trabalho – estas são dinamizadas quando se torna possível transmitir durante o tempo livre parte da produção social para a empresa. Assim o tempo livre pode também ser considerado tempo de trabalho (e vice-versa) não só porque é nele que a sociedade cria sua cultura e saberes, mas também porque nesse tempo é agora possível estabelecer uma comunicação direta com a produção econômica. Nesse sentido, por não cessar o tempo de labor, já que é a cultura comum o principal componente do trabalho imaterial, Gorz (2005, p. 17) afirma: “trabalhar é produzir-se”. O tempo livre tem desse modo se tornado o momento em que o trabalhador abastece sua capacidade laborativa, pois é incrementando sua vida social que enriquece sua capacidade de trabalho. No momento da produção é também quando externa esses elementos e os absorve dos demais trabalhadores, através do fluxo de informações e comunicações, agora amplamente irrigados.

Por outro lado, o estreitamento dos canais de comunicação não só aproximaram o tempo livre do tempo de trabalho como também os produtores dos consumidores. Estes passam a interferir na produção e participar do processo de criação dos elementos imateriais e simbólicos de todo esse processo. Lazzarato (2013b, p. 81), ao analisar as “estratégias do empreendedor político” no caso da empresa Benetton, afirma que “[...] O consumidor não é mais o consumidor-massa passivo de uma mercadoria padronizada, mas o indivíduo ativo envolvido com a totalidade de sua pessoa” e que nesse sentido a empresa (o setor de marketing da mesma) deve “conhecer e solicitar sua ideologia, seu estilo de vida, sua concepção de mundo”. A elaboração do produto tem hoje ampla participação dos consumidores, já que é necessário extrair deles seus anseios e valores. A construção de um canal

de comunicação direto com os consumidores é, portanto crucial, para que a empresa conduza de forma eficiente e estratégica a sua produção.

Os resultados da produção imaterial são, portanto, construídos tanto pelos trabalhadores quanto pelos consumidores. Como a elaboração desses produtos depende da existência de uma rede de comunicação envolvendo esses dois atores, a concepção dos mesmos não é realizada somente no interior das empresas, mas também fora delas, através do conjunto de informações que a sociedade produz e é canalizada para a produção econômica. Portanto, se na fabricação de um produto há também o envolvimento do consumidor, este se torna um sujeito ativo e corresponsável pela transmissão dos conhecimentos e informações que serão incorporados aos resultados da produção e, sendo esses elementos frutos das relações sociais e afetivas que a sociedade mantém, deriva-se daí que os resultados imateriais – ou até mesmo aqueles materiais – tem em seu componente algo que é impossível de ser objetivado. Na descrição de Lazzarato (2013a, p. 66):

(...) A mudança da relação entre consumo e produção tem consequências diretas sobre a organização do trabalho taylorista de produção dos serviços porque coloca em discussão seja o conteúdo, seja a divisão do trabalho (a relação concepção/execução perde o seu caráter unilateral). Se o produto é definido com a intervenção do consumidor e está, portanto, em permanente evolução, torna-se, então, sempre mais difícil definir as normas de produção dos serviços e estabelecer uma medida “objetiva” da produtividade.

À medida que os produtos das atividades imateriais são constituídos por elementos subjetivos que estão em constante construção pela sociedade, sendo transmitidos não só através do trabalho como também pelo mercado consumidor, torna-se impossível distinguir o tempo em que se inicia e que finda todo esse processo. Esses resultados, assim como o trabalho que os desenvolve, são compostos por fatores simbólicos e informativos impossíveis de serem traduzidos. Assim, além de intangíveis – são principalmente serviços – esses produtos também são imensuráveis, uma vez que sua produção envolve uma combinação de elementos que não podem ser objetivados, que são fruto de uma construção coletiva.

Esses resultados são assim, representantes da interação social dos indivíduos, da relação “produção x consumo” que se estreitou, tornando-se cada vez mais indistinguível o lugar dos atores envolvidos nessa dinâmica. Onde termina o

trabalho do produtor e começa o do consumidor quando ambos participam dos processos de criação e consumo? Uma relação que antes era realizada de forma unilateral, com limites precisos, transformou-se num modo de interação onde a cooperação é o principal combustível. Nesses termos, destaca Lazzarato (2013a, p. 66):

(...) A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (pois seu valor de uso consiste essencialmente no seu conteúdo informativo e cultural) está no fato de que ela não se destrói no ato do consumo, mas alarga, transforma, cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor. Ela não reproduz a capacidade física da força de trabalho, mas transforma o seu utilizador.

Ao perceberem a aproximação entre produção e consumo na pós-indústria, a teoria do trabalho imaterial não se refere à simples transformação do trabalhador em consumidor, mas vê no próprio consumo um ato capaz de produzir as interações sociais que servirão como matéria prima do processo de produção. Ou seja, o consumo da produção imaterial cria o combustível da própria produção, que se forma através das relações entre os indivíduos<sup>20</sup>. É desse modo que, ao propiciar uma relação econômica baseada na aproximação entre as pessoas, a produção imaterial fomenta a geração de valor da qual se apropriará através da canalização dos conhecimentos coletivos para o interior de seu processo produtivo. E assim, “(...) As escalas de avaliação do trabalho se tornam um tecido de contradições” (GORZ, 2005, p. 29), visto que o trabalho imaterial assim como seus resultados não podem mais ser identificados a partir de uma substância comum. A heterogeneidade dos elementos que envolvem todo esse processo – da fabricação ao consumo – fazem com que os parâmetros de avaliação dessa dinâmica se traduzam “em vãs tentativas para quantificar sua dimensão qualitativa [...], que não dão conta da qualidade ‘comunicacional’ ”(GORZ, 2005, p. 30) desses serviços.

É nesses termos, de acordo com a teoria do trabalho imaterial, que a mensuração das principais categorias econômicas clássicas – mercadoria, trabalho e valor – são impossíveis de serem estabelecidas segundo um critério e padrão comum. À medida que as relações econômicas são realizadas de forma cada vez mais subjetiva, seus resultados revelam-se menos intercambiáveis segundo critérios

---

<sup>20</sup> É assim que Giuseppe Cocco conclui: “(...) portanto, ao mesmo tempo, a produção é o consumo”(COCCO, 2001, p. 105).

de medida. O intercâmbio mercantil ocorre agora de forma cada vez mais abstrata, segundo métodos que jamais podem ser objetivados ou prescritos. Quando o centro da criação de valor torna-se o conhecimento, faz dele o condutor das relações sociais e isto abala toda a estrutura do capital que até então o sustentava: trabalho e valor seriam velhas noções da economia política clássica. O trabalho imaterial se torna o novo protagonista das transformações econômicas de nosso tempo. Nesse sentido veremos na próxima seção como a teoria do trabalho imaterial encontra neste novo sujeito uma possibilidade revolucionária.

### 2.3 O CARÁTER REVOLUCIONÁRIO DO TRABALHO IMATERIAL

Ao reconhecer que a força produtiva central da sociedade é derivada do conhecimento coletivo, ou seja, ao assumir que a riqueza da sociedade atual advém das informações construídas e partilhadas por seus agentes, a teoria do trabalho imaterial percebe que o capitalismo se encontra em um momento de redefinição e ruptura de suas categorias centrais, colocando em cheque sua própria estrutura. O trabalho imaterial, segundo esses teóricos, seria o principal responsável por ativar essa série de transformações, uma vez que ele é determinado por uma substância que não pode ser completamente apropriada pelo capital: os conhecimentos e saberes gerais<sup>21</sup>.

O caráter intrinsecamente revolucionário do trabalhador imaterial deriva desse modo, do fato de que a principal força produtiva não é passível de apropriação pelo capital. Como são os saberes frutos de uma construção coletiva, e como não podem ser completamente dissociados dos indivíduos, a todos pertence. É nesse sentido que surge a noção de “capital humano”, desenvolvida por Gorz (2005), que seria o conjunto de saberes e inteligências gerais materializados nos indivíduos para serem transmitidos durante a produção. Nessa concepção, cada pessoa funciona como uma empresa, devendo ela ser “sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora” (GORZ, 2005, p. 23), representando uma espécie de capital para as firmas, um capital fixo humano. Assim, como não é possível extrair das

---

<sup>21</sup> “(...) a principal força produtiva, e principal fonte de valor, é pela primeira vez suscetível de ser subtraída à apropriação privada” (GORZ, 2005, p. 37).

peças o conjunto de informações por elas absorvidas no campo do convívio social, e como o próprio capital não pode ele mesmo produzir esses valores, ele cria mecanismos para fomentar esse processo ao mesmo tempo em que estimula a liberação dos mesmos durante o tempo de trabalho. É nesse sentido que o tempo livre assume-se como central para a produção desse conhecimento, pois é nesse momento que o conjunto da sociedade o constrói. Isto é, se o principal componente presente no trabalho imaterial, se a substância que o define advém do tempo de não trabalho, o tempo livre torna-se determinante para a formação da riqueza das sociedades em que o mesmo prevalece.

Nesses termos argumenta-se que, assim como algumas categorias centrais da economia política clássica encontram-se insuficientes, também estão algumas das principais oposições que constituíam a base para a compreensão do sistema capitalista, como a luta de classes. A oposição capital versus trabalho tende a se apagar na medida em que a classe operária vai sendo substituída por trabalhadores imateriais, já que estes não se veem opostos ao capital. Esses trabalhadores não se encontram posicionados enquanto classe social do modo como se encontrava a classe operária. A heterogeneidade de suas aptidões e qualificações impede que eles se enxerguem enquanto uma classe homogênea com semelhantes aspirações, o que os contrapõe, portanto, à velha noção de classes como a homogeneidade profissional e social de seus integrantes. Percebendo que há uma tendência à redução da classe operária ao mesmo tempo que se amplia a quantidade de trabalhadores imateriais, os teóricos do imaterial entendem que as sociedades atuais não podem mais ser explicadas enquanto a velha noção marxista baseada na relação de classes sociais e suas oposições dialéticas.

Portanto, a relação social que se desenvolve nesse contexto não se dá, segundo Negri e Lazzarato (2013a, p. 59), de forma dialética e sim alternativa, o que significa que ela é “constitutiva de uma realidade social diferente” ao invés de aprofundar a lógica antagonista existente no interior do capitalismo, como faz o trabalho da produção fabril. A dissociação dessas relações oponentes é assim possível visto que o trabalhador que realiza o trabalho imaterial não é separado por completo dos meios de produção e nem mesmo do produto de seu trabalho, de modo que ele não se encontra numa posição contrária ao seu empregador. Isto é, diferente do trabalho de cunho material que é definido como a única mercadoria

vendável de um indivíduo expropriado dos meios de produção, o trabalho imaterial se define pela propriedade de cada trabalhador de conhecimentos e habilidades em diferentes níveis, que são compartilhados e externados durante a produção. Sendo assim, a principal característica que distingue essas duas formas de trabalho reside no fato de que o trabalhador imaterial não é separado dos meios de produção uma vez que estes são constituídos pelos conhecimentos encontrados nos próprios indivíduos. Como sugere Gorz (2005, p. 21): “[...] A separação entre trabalhadores e seu trabalho reificado, e entre este último e seu produto, está pois virtualmente abolida; os meios de produção se tornam apropriáveis e suscetíveis de serem partilhados”. Sendo assim, tem-se que:

[...] A força produtiva principal, o conhecimento, é um produto que em grande parte resulta de uma atividade coletiva não remunerada, de “uma produção de si” ou de “uma produção de subjetividade”. O conhecimento é em grande parte “inteligência geral”, cultura comum, saber vivo e vivido. Ele não tem valor de troca, o que significa que ele pode, em princípio, ser partilhado à vontade, segundo a vontade de cada um e de todos, gratuitamente, especialmente na Internet (GORZ, 2005, p. 36).

No entanto, Gorz alerta para o fato de que o capital não cederá tão facilmente esses meios de produção assim como seus resultados imateriais e tentará de todas as formas se apropriar deles. Ou seja, trata-se de tentar impedir que eles se tornem bens coletivos e procura-se desse modo possui-los, fazendo-os funcionarem como “capital imaterial”. Isso ocorrerá na medida em que for possível estabelecer um monopólio dos conhecimentos criados e gerados pela sociedade, erguendo barreiras que impeçam que os mesmos sejam acessados de forma coletiva. Entram aqui as marcas, patentes e *franchising*, que de acordo com Gorz, nada mais são que conhecimentos funcionando como capital. Isto é, são conhecimentos que se tornam privados, propriedades das empresas, possibilitando-as extrair lucros e economizar trabalho. Assim o valor desse conhecimento monopolizado será estabelecido em proporção direta à capacidade de monopolizá-lo de modo que quanto mais escasso ele se tornar, maior será o preço que se poderá exigir para que o acessem. O capital imaterial se torna, portanto, uma arma poderosa para as empresas uma vez que ele será incorporado às mercadorias produzidas conferindo-as um aspecto de exclusividade e prestígio comercial para a firma que o detém.



Ocorre que, se por um lado o capital consegue fazer do conhecimento um bem privado, por outro ele é incapaz de fazê-lo por completo visto que é impossível extrair integralmente dos indivíduos suas inteligências e saberes. Ao mesmo tempo torna-se impossível restringir as conexões sociais nas quais os indivíduos partilham, dividem e multiplicam suas experiências, de modo que o conhecimento ainda consegue escapar das garras do capital. A internet, principalmente devido as comunidades de software livre<sup>22</sup>, é um veículo que a sociedade detém e utiliza para transmitir e partilhar os conhecimentos comunitários e aqueles que se tornaram privados. É por isso que, segundo Gorz, essa é uma sociedade em crise.

Assim, à medida que as forças produtivas tendem a liberar o trabalhador da produção tangível – devido à mecanização e automação industrial – maior o tempo que se torna disponível para a construção das inteligências e saberes gerais – substrato do trabalho imaterial. Desse modo, o tempo livre destinado aos trabalhadores tende a ser cada vez maior dentro dessa dinâmica ao passo que cada vez mais escassa tende a ser a força de trabalho que necessita desenvolver a produção material. Surgem dessa forma noções como “economia do conhecimento”, “capitalismo cognitivo” e “economia do saber”<sup>23</sup>, apresentando a relação entre tempo de trabalho e tempo livre como chave para descrever o esgotamento da produção industrial. O trabalho imaterial representa, nessa visão, a superação do capitalismo clássico em caminho a outro modo de produção. Encontramo-nos, pois, num momento de ruptura, “o capitalismo cognitivo é a crise do capitalismo” (GORZ, 2005, p. 39), nos diz a teoria do trabalho imaterial.

A aspiração revolucionária das forças produtivas ocorre, portanto, desde a própria constituição do trabalho imaterial, no processo de formação de sua subjetividade. Como os elementos que integram essa força de trabalho se desenvolvem fora da relação de capital, nos processos constitutivos dos saberes gerais, ela não cria relações antagônicas dentro da própria lógica capitalista, mas fora dela. Ou seja, “(...) A constituição antagonista, portanto, não se determina mais

---

<sup>22</sup> Gorz confere uma grande importância aos desenvolvedores de softwares livres, por entendê-los como uma espécie de sujeitos-revolucionários desse processo, visto que lutam pela socialização dos programas e softwares.

<sup>23</sup> Por isso, toda vez que, ao longo desse trabalho, fizermos menção aos termos "Era da Informação" ou "Economia da Informação"; "Era do Conhecimento" ou "Economia do Conhecimento"; "Capitalismo Cognitivo" e "Economia do Saber", estes serão tratados como sinônimos, em específica alusão à denominação apresentada pelos teóricos do trabalho imaterial. Ou seja, para designar o conjunto de mudanças engendradas pela hegemonia do trabalho imaterial.

a partir dos dados da relação capitalista, mas da ruptura com ela; não a partir do trabalho assalariado, mas da sua dissolução; não sob a base das figuras do trabalho, mas daquelas do não-trabalho” (LAZZARATO; NEGRI, 2013a, p. 59). Isto é, acompanhando o raciocínio de Lazzarato e Negri, os elementos que integram a economia do conhecimento não formam relações de oposição entre eles, mas com toda a estrutura do capital, o que faz dessa economia a própria negação do capitalismo.

Nesse contexto, quanto mais o sistema capitalista se desenvolve, maior é a tendência ao desenvolvimento das forças produtivas em prol da hegemonia do trabalho imaterial, fato que leva ao desmoronamento desse próprio modo de produção. Gorz (2005, p. 43) observando essa tendência do capital em promover sua destruição ao mesmo tempo em que se expande questiona: “[...] Como a sociedade da mercadoria pode perdurar, se a produção de mercadorias utiliza cada vez menos trabalho e põe em circulação cada vez menos moedas?” Percebendo que o trabalho da produção fabril tem se tornado cada vez mais escasso e que isso tem liberado os trabalhadores de suas ocupações, Gorz conclui que essa sociedade não pode sobreviver. Assim, ao mesmo tempo em que invalidam a teoria marxista do valor, a teoria do trabalho imaterial põe em cheque a própria continuidade do modo de produção capitalista.

Como fundamento de suas análises, esses autores se apoiam nos escritos do próprio Marx, em seus rascunhos. Nele Marx parece desenvolver, de acordo com esses autores, uma compreensão que se encaixa perfeitamente ao período atual, no qual o domínio das forças produtivas não se daria mais pelo comando do trabalho alheio, mas sim pela multiplicação de informações e liberação dos trabalhadores da jornada de trabalho e do chão fabril. São principalmente as seguintes passagens de Marx encontradas nos Grundrisse que dão sustentação e robustez à teoria do trabalho imaterial:

A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, i.e., o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção baseada no valor [...]. No entanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do quantum de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que

depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção (...). Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. **O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia**, aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser a [medida] do valor de uso. **O trabalho excedente da massa** deixa de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza geral, assim como o **não trabalho dos poucos** deixa de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição. [Dá-se] o livre desenvolvimento das individualidades e, em consequência, a redução do tempo de trabalho necessário não para pôr trabalho excedente, mas para a redução do trabalho necessário da sociedade como um todo a um mínimo, que corresponde então à formação artística, científica etc. dos indivíduos por meio do tempo liberado e dos meios criados para todos eles. O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza [...] (MARX, 2011, p. 588 grifo do autor).

Esse trecho e outros dos “Grundrisse” foram trazidos abundantemente à discussão para demonstrar como o próprio Marx já havia previsto que o desenvolvimento das formas do trabalho imaterial se apresentaria como uma tendência social fruto do desenvolvimento automático das forças produtivas da própria indústria capitalista. Marx aponta a clássica contradição entre forças produtivas e relações de produção inerente ao capitalismo: as forças produtivas imateriais são aqui apresentadas como a inclinação central do capitalismo em virtude de seu desenvolvimento. Assim se por um lado esse sistema tende a dispensar cada vez mais trabalho vivo à medida que se desenvolve, por outro, sendo a exploração desse trabalho a única fonte real de valorização do capital, o trabalho liberado é sempre transformado no mais-trabalho daqueles ainda empregados, num sucessivo processo de exclusão e exploração que tende levar à falência desse próprio modo de produção.

Marx indica que a diferença entre a produção da riqueza propriamente dita – valor-de-uso – e seu correspondente econômico – valor-de-troca – se distancia de tal forma que este último tende a deixar de ser uma medida adequada para aquela. Ou seja, a crescente automação da produção faz gerar tamanha dissociação entre

os valores-de-uso e valores-de-troca de forma que se torna cada vez mais iminente uma transformação/superação das relações de produção capitalista. Segundo Marx, nessas passagens, essas mudanças engendrariam em um novo critério que não vincularia mais a geração de valores de troca pelo tempo de trabalho necessário à produção de um valor-de-uso, mas sim à produção de valores-de-uso pelo tempo de trabalho liberado. Haveria desse modo uma eliminação do princípio base da teoria do valor alicerçado no tempo de trabalho e produção de valores-de-troca, mediadores da valorização do capital, em prol de um outro princípio fundamentado na produção de valores-de-uso e tempo livre, regulando as vontades e necessidades que a coletividade, gerenciadoras dessa produção, demandaria. Isso fica ainda mais claro na seguinte passagem dos rascunhos de Marx:

[...] Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar de seu trabalho excedente. Tendo-o feito – e com isso o tempo disponível deixa de ter uma existência contraditória –, então, por um lado, o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social, por outro o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, cresce o tempo disponível de todos [...] Nesse caso, o tempo de trabalho não é mais de forma alguma a medida da riqueza, mas o tempo disponível (MARX, 2011, p. 591).

Assim, por outro lado, Marx destaca que o desenvolvimento capitalista faz o ser humano passar de um tipo de trabalho no qual ele é diretamente ligado à produção para outro no qual ele se envolveria com uma certa distância do processo produtivo, atuando na coordenação da produção e não mais manuseando ferramentas ou sendo colocado como um apêndice da maquinaria. Liberado, portanto da produção material, isto é, da produção de valores-de-uso, devido ao desenvolvimento científico e tecnológico que autonomiza a maquinaria, os indivíduos passariam a participar da evolução e desenvolvimento coletivo de suas próprias capacidades, se relacionando de forma plena com o ambiente que os cerca, num processo que não se destina mais à valorização do valor, mas sim à auto realização das virtuosidades do próprio ser humano. Ele estaria liberto, portanto, para trabalhar em consonância com sua própria instintividade humana, relacionando-se com a natureza e encontrando nela uma forma útil para sua própria vida ao mesmo tempo em que a transforma e modifica a si próprio, como previa a ontologia marxista. O

trabalho alienado impulsionador da riqueza do capital desapareceria para dar lugar ao desenvolvimento coletivo das individualidades humanas, naquilo que Marx chamou de *General Intellect*<sup>24</sup>.

Na medida em que as forças produtivas se desenvolvem maior o tempo disponível para os trabalhadores se dedicarem às atividades culturais, esportivas e intelectuais, fazendo com que todos, desse modo, contribuam para a geração de um saber coletivo que é livremente compartilhado entre as pessoas. Haveria dessa forma uma passagem e não uma revolução do capitalismo à outro sistema. Isso aconteceria de forma natural, através do esgotamento do próprio capital que invalidaria a luta de classes e forneceria as bases para um arranjo e uma conciliação entre grupos heterogêneos formados pelos trabalhadores imateriais. Assim, se por um lado o trabalho imaterial surge devido ao próprio desenvolvimento das forças produtivas do capital, por outro, ele foge da própria lógica do sistema combatendo as formas de fazer dele um simples trabalho que vise a valorização do valor.

É desse modo que o conhecimento se evidencia como o meio pelo qual se supera o capitalismo. Estaríamos, então, numa era em que o trabalho não é o condutor da força produtiva, mas o saber social geral – “*General Intellect*”– que pertence a toda humanidade. Ele é a fronteira rumo a uma nova sociedade, segundo os teóricos do trabalho imaterial.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos nesse capítulo os principais argumentos em torno das teses que proclamam a predominância de uma nova força de trabalho na dinâmica econômica atual: o trabalho imaterial. Levantamos aqui os principais pontos abordados por essas teses e vimos que elas estão alicerçadas em resultados que levam em conta implicações tanto para o modo de produção capitalista quanto para a teoria marxista do valor. Referimo-nos a essas teses como a “teoria do trabalho

---

<sup>24</sup> “[...] O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, o conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as condições do processo vital da sociedade ficaram sobre o controle do *intelecto geral* e foram reorganizadas em conformidade com ele. Até que ponto as forças produtivas da sociedade são produzidas, não só na forma de saber, mas como órgãos imediatos da práxis social; do processo real da vida” (MARX, 2011, p. 589 grifo nosso).

imaterial” e apresentamos três principais elementos defendidos pelos teóricos das mesmas, que põem em xeque a clássica interpretação da economia capitalista ao mesmo tempo em que defendem a sua derrocada. A teoria do valor trabalho teria se tornado ultrapassada na visão desses autores e para tanto sugerem uma nova forma de interpretar as relações de produção dos tempos atuais.

Em primeiro lugar, apresentamos as alegações que traduzem, para esses autores, o caminho rumo à hegemonia do trabalho imaterial e as características que definem essa nova força de trabalho. Assim, vimos que as transformações econômicas datadas de meados da década de 1960 impuseram mudanças na produção econômica que determinaram a proliferação do trabalho imaterial ao mesmo tempo em que se extinguiu o trabalho da produção fabril. A noção de trabalho imaterial é, portanto, sempre relacionada em caráter oposto ao trabalho executado na indústria, às atividades operárias. Desse modo, se o trabalho fabril é visto como a execução repetitiva de tarefas no interior de uma indústria, o trabalho imaterial é marcado pela criatividade e intuição; se o trabalho fabril produz uma mercadoria em determinada quantidade de horas, o trabalho imaterial é realizado de forma a ultrapassar o tempo imposto pela fábrica fordista; e ainda se o trabalho do operário exige que ele desfaça de sua individualidade ao adentrar na produção, reivindica-se do trabalhador imaterial a sua personalidade como base para realização de suas atividades. Nesse sentido, encontramos duas noções de trabalho para esses autores: o trabalho material, que seria definido basicamente como o operário fordista, e o trabalho imaterial, que seria uma força de trabalho de cunho mais intelectual. O ponto central que caracteriza o trabalho da produção imaterial reside, no entanto, na imaterialidade dos resultados que ela gera. São produtos intangíveis que não possuem uma realidade corpórea, daí que se estabelece seu caráter imaterial. São no geral serviços e atividades ligadas à cultura, pesquisas científicas, marketing, etc.

Em segundo lugar, debruçamo-nos sobre um outro importante elemento das teses do trabalho imaterial, que refere-se ao caráter imensurável desse tipo de trabalho. Vimos assim que de forma distinta ao trabalho da produção material as atividades imateriais não podem ser determinadas pela quantidade de horas que são despendidas para a concretização de seus resultados. Isso porque esse trabalhador participa da produção externando toda a sua personalidade e transmitindo as

informações que detém para seu produto. Conhecimento e informação foram entendidas como propriedades que dão sustentação às atividades de cunho imaterial. Desse modo torna-se impossível estabelecer um cálculo que possibilite auferir o tempo no qual esse trabalhador executa suas atividades, visto que o desenvolvimento de sua personalidade representa o todo da vida desse indivíduo. O tempo de trabalho e o tempo de lazer confundem-se e tornam-se conceitos de um momento anterior. Para o trabalho da produção imaterial a relação com o tempo não existe. É dessa forma que se demonstra a inviabilidade da teoria marxista do valor trabalho. Ela não teria elementos suficientes para dar conta da complexidade do trabalho imaterial, visto que o valor não seria mais determinado pelo tempo de trabalho, mas pela gama de informações e conhecimentos incutidos nesses trabalhadores. A teoria do valor de Marx é colocada, portanto, como uma teoria voltada apenas para a fase da produção fabril e mecanizada do capitalismo.

Em terceiro lugar, visualizamos como a teoria do trabalho imaterial encontra nessa força de trabalho um potencial revolucionário. Ao se estabelecerem como possuidores de conhecimentos e informações, substâncias necessárias para a realização das atividades imateriais, esses trabalhadores não estão postos em posição antagônica a seus empregadores, visto que são possuidores de seus próprios meios de produção. Desse modo a relação de classes é dissolvida e as oposições centrais que sustentavam o modo de produção capitalista são rompidas. O tempo livre se torna cada vez mais direcionado aos trabalhadores uma vez que é nesse momento que são transmitidas e construídas as experiências e saberes que darão origem à inteligência geral da sociedade – *General Intellect* – ao mesmo tempo em que o desenvolvimento das forças produtivas libera o trabalhador da produção material. A riqueza das sociedades seria agora determinada pelo conhecimento que ela é capaz de criar e transmitir, durante o tempo de não trabalho. O capitalismo estaria vivenciando uma crise para alcançar uma outra etapa na qual o valor não seria mais determinado pelo comando do trabalho alheio, mas pelo tempo de trabalho dispensado que permite os indivíduos promoverem suas virtualidades humanas. Ou como preconizam Hardt e Negri (2006, p. 431): “O valor não será determinado senão pela inovação e produção contínua da humanidade”.

A teoria do trabalho imaterial elabora assim um conjunto de teses que visam investigar e interpretar as transformações do capitalismo contemporâneo. Suas

pesquisas propõem mudanças fundamentais nas análises críticas que até então predominavam nos circuitos acadêmicos, propondo com isso um rompimento não só com a teoria marxista como com a própria estrutura econômica que se fazia dominante. A atual sociedade, segundo esses teóricos, estaria diante de um processo de mutação das formas centrais analisadas pela economia clássica: trabalho, valor e capital. Este tripé econômico estaria ruindo para dar lugar a uma nova relação de produção em que consagra o tempo livre como o grande dinamizador da nova estrutura social. A dimensão dessa mudança engendra na necessidade de uma importante compreensão: a criação de valor centrada no trabalho humano é transportada para o conhecimento, fazendo deste o condutor das relações sociais. O valor trabalho desaparece e dá lugar a um valor centrado na produção do conhecimento que conduz e direciona a produção econômica nos tempos atuais. Essa é a principal conclusão a que se apoiam os escritos da teoria do trabalho imaterial.

Ao anunciar o conjunto de mudanças estruturais que tem ocorrido em nossa sociedade, as teses do trabalho imaterial nos impõem a análise de uma pertinente questão: seria o fim da centralidade do trabalho enquanto gerador da riqueza tal como sustenta a teoria marxista do valor? E se assim o é, como preveem esses teóricos, estaríamos de fato vivendo uma era de crises na qual o sistema capitalista dá sinais de seu declínio? Em busca de responder a essas questões, discutimos no próximo capítulo como os críticos às teses do trabalho imaterial interpretam suas teorias, assim como as modificações econômicas de nossos tempos. No mesmo sentido apresentamos nossa interpretação às teses aqui expostas ao mesmo tempo em que desenvolvemos elementos que visam incrementar a crítica estudada.



### 3 CRÍTICA À CENTRALIDADE DO TRABALHO IMATERIAL

Ainda que os teóricos do trabalho imaterial venham anunciando o fim da teoria do valor trabalho desde fins da década de 1960 em virtude das transformações engendradas nos processos de produção capitalista, que também representaria o curso em direção ao colapso desse próprio modo de produção, esta temática aparece dentro dos mais variados círculos de discussão, sob aspectos cada vez mais atuais. Seja para reforçar sua argumentação, seja para uma construção crítica de seus elementos, o trabalho imaterial é um tema cada vez mais presente dentro do debate contemporâneo a respeito do mundo do trabalho. E esse fato nos leva a uma evidente constatação: alguma importância deve residir nas teses que fundamentam essa recente polêmica.

É nesse sentido que a própria crítica marxista entende a urgência em se elaborar uma discussão que leve em conta o debate a respeito do trabalho imaterial e os componentes que o englobam. Dal Rosso (2008), por exemplo, evidencia essa necessidade ao analisar as formas de intensificação do trabalho no capitalismo contemporâneo, no momento em que se depara com as atividades de cunho intelectual. Daí argumenta:

Os problemas que se levantam para a teoria do valor não são pequenos nem simples. Como pensar a dimensão do valor perante a imaterialidade, perante a cooperação da inteligência, do sentimento, do relacionamento interpessoal, os aspectos herdados pela socialização ou aprendidos culturalmente? Como medir o valor nesses casos? Ainda que inexistam respostas satisfatórias para tais questões, deve ser mantido o sentido de incorporar essas dimensões imateriais do trabalho que não se submetem ao crivo de medidas talhadas para medir quantidades no coração da teoria do valor trabalho (DAL-ROSSO, 2008, p. 34).

Vê-se, portanto, que esse tema, apesar de fortemente debatido, ainda contém elementos obscuros no âmbito de uma construção teórica crítica. Ou seja, sendo a teoria marxista o principal alvo ao qual se dirige a teoria do trabalho imaterial, estaria aquela pronta para se deparar com as categorias desenvolvidas nesta? Autores marxistas, como o próprio Dal Rosso (2008, p. 34), sugerem a ineficácia da teoria do valor de Marx para tratar dos componentes que englobam a estrutura erigida pelo trabalho imaterial, sobretudo tendo em vista os termos empregados por aquela teoria, para a determinação do valor. Eles não se aplicam, segundo o autor, a essa

nova forma de trabalho: “[...] O trabalho imaterial escapa desse esquema de medida de tempo [...]”.

As objeções realizadas pela teoria do trabalho imaterial à teoria marxista pairam principalmente em torno desse elemento: o da quantificação. Há uma forte necessidade em realizar uma verificação empírica dos resultados do trabalho imaterial e não encontrando respostas, julgam insuficiente a teoria do valor de Marx. Para alguns autores como Henrique Amorim (2009) e Vinícius Oliveira dos Santos (2013), todo esse imbróglio surge devido a uma leitura matematizada, quantitativa, da teoria do valor, que não seria condizente com o desenvolvimento realizado pelo próprio Karl Marx. Já nossa questão se dá justamente a partir dos seguintes termos: mesmo considerando apenas a dimensão quantitativa do valor, esses teóricos estariam quantificando-a adequadamente?

No sentido de aprofundar nosso debate, é preciso compreender de que forma a crítica marxista vem incorporando em suas análises a discussão acerca do trabalho imaterial e, se ao fazê-la, reconhecem a insuficiência da teoria marxista (como prescrevem aqueles teóricos) ou se conseguem incorporar os elementos do trabalho imaterial na própria teoria de Marx.

Mediante esse contexto, este capítulo tem dois objetivos centrais: em primeiro lugar, expor a análise dos principais críticos aos teóricos do trabalho imaterial. Essa questão será colocada da seguinte forma: é possível para a teoria marxista explicar as modificações no mundo do trabalho engendradas pelo trabalho imaterial? Delinearemos assim as principais questões debatidas pela crítica. Nosso segundo objetivo é o de apresentar alguns elementos que ultrapassam aqueles já abordados pelos críticos, o que faremos seguindo os três principais pontos tratados no capítulo anterior.

### 3.1 A CRÍTICA

Muitos teóricos se lançam à tarefa de refutar as teses do trabalho imaterial, seja na totalidade de seus argumentos, seja em parte deles, procurando principalmente demonstrar a impossibilidade de vislumbrar os sinais decadentes do capitalismo que a teoria do trabalho imaterial insiste em observar. Ao contrário,

essas análises parecem identificar um capitalismo cada vez mais forte, que estaria ainda muito longe de seu declínio. Dentre esse grupo crítico de pensadores podemos citar Ricardo Antunes, Henrique Amorim, Eleutério Prado, Paulo Nakatani, Vinícius Oliveira Santos, Sérgio Prieb, Steve Wright, Ursula Huws, dentre outros. Seus argumentos convergem para a defesa da centralidade do trabalho e para atualidade da teoria do valor de Marx para tratar das transformações no capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, buscando compreender ainda mais os processos que circundam as teses que proclamam o fim do valor-trabalho e a hegemonia de uma atividade livre das amarras do capital, recorreremos, principalmente, às contribuições apontadas por Ricardo Antunes, Henrique Amorim e Eleutério Prado.

Não são poucas as obras que Ricardo Antunes se dedica a argumentar sobre a impossibilidade de considerar válidas as teorias que sinalizam que conhecimento (ou a informação e a comunicação) se tornou a principal força produtiva da sociedade. Em sua obra “Adeus ao Trabalho?”, por exemplo, Antunes (2008) apresenta cinco teses que refutam essas noções, respondendo principalmente às exposições de Gorz em “Adeus ao Proletariado” (1982) com suas nove teses que defendem o fim da sociedade do trabalho. Nessa publicação, Antunes assinala que a despeito das visíveis mudanças no perfil da classe trabalhadora, verificada principalmente por uma ampliação explosiva dos serviços e redução significativa dos postos de trabalho nas indústrias, estas não permitem concluir pela perda da centralidade do trabalho numa sociedade produtora de mercadorias (ANTUNES, 2008, p. 79), mesmo havendo o predomínio de uma força de trabalho dotada de maior capacidade intelectual. A razão da produção em seu âmbito global continua, segundo ele, destinada à produção de valores-de-troca, o que mantém intocada a lei do valor trabalho. O autor também chama a atenção para o fato de que essas teorias, ao anunciarem o fim do trabalho, não distinguem se consideram a extinção deste em sua dimensão abstrata ou igualmente da concreta, salientando o cuidado necessário que é preciso ter ao se tratar dessas categorias, uma vez que o trabalho enquanto expressão da generalidade humana jamais poderá ser extinto em qualquer forma de sociedade. Ele conclui desse modo que essa “desconsideração acerca do duplo caráter do trabalho” (ANTUNES, 2008, p. 86) revela por sua vez o insuficiente alcance da teoria de Marx nessas elaborações teóricas.

A questão do tempo livre também é destacada em Antunes como um elemento dotado de certa incongruência teórica nas análises acerca do fim do valor trabalho. O tempo liberado para o trabalhador jamais pode ser considerado momento de libertação do capital se este é usufruído dentro da lógica da mercadoria, ou seja, se esse momento se realiza em consumo da produção desenvolvida de forma capitalista. O tempo livre nessa proposição será sempre tempo livre alienado. O salto para além do capital só será alcançado, de acordo com Antunes, quando houver a eliminação do trabalho abstrato e a destinação dos indivíduos à produção de coisas verdadeiramente úteis, proporcionando a identificação deles com seu trabalho criativo, fundante do ser social. É desse modo que ele enxerga que, somente por meio da organização da classe-que-vive-do-trabalho, ou seja, daqueles que necessitam vender sua mão-de-obra para garantir suas necessidades materiais, será possível a emancipação dos indivíduos dessa condição alienada de reprodução. A luta de classes, para o autor, é ainda determinante para que os trabalhadores alcancem essa condição libertadora.

Assim, concordando que há profundas modificações no mundo do trabalho, embora não em forma de uma tendência uníssona, mas com ampla diversificação de suas formas, Antunes entende que ao invés de uma minimização há na verdade uma reafirmação da centralidade do labor na sociedade, constatando-se que houve

[...] de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc. (ANTUNES, 2008, p. 59).

É desse modo que a ampliação do trabalho morto nas indústrias em detrimento do trabalho vivo, não pode ser interpretada, conforme ressalta o autor, como uma tendência à extinção deste segundo, uma vez que é próprio da lógica da produção de mercadorias o movimento que de um lado, reduz o trabalho abstrato e de outro acresce sua intensificação, propiciando ao mesmo tempo a expansão de formas de trabalho precárias e desregulamentadas<sup>25</sup>. Nesse sentido, ele afirma que

---

<sup>25</sup> Nakatani (2001, p. 140) adverte que “[...] A forma assalariada do trabalho é fundamental para a produção da riqueza capitalista, mas não é exclusiva nem determinada pelo número de trabalhadores assalariados. Mesmo que ocorra uma redução absoluta do número de trabalhadores assalariados, determinados pelas contradições entre produção e apropriação do valor, não significa o fim do valor e da riqueza capitalista como expressão do trabalho abstrato”. E conclui: “Esta concepção da riqueza capitalista implica que ela é o resultado de determinada relação social, o

as teses da eliminação do trabalho abstrato numa sociedade produtora de mercadorias “[...] não encontra respaldo teórico e empírico para sua sustentação [...]” (ANTUNES, 2009, p. 120).

No entanto, Antunes salienta em diversas elaborações a importância que a ciência vem conquistando nos processos produtivos e que, portanto não se trata de dizer que a teoria do valor-trabalho não reconhece seu papel, mas o apreende de forma generalizada. Dessa forma, vê que a produção científica não é realizada de forma autônoma e independente, mas “[...] encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual ela não pode superar [...]” (ANTUNES, 2009, p. 122). Ou seja, o conhecimento social produzido pelo progresso científico tem seu objetivo restringido pela lógica de produção do capital. Portanto conclui que o que verdadeiramente diferencia a fase atual do capitalismo não é a transformação da ciência na principal força produtiva, que substitui e elimina o trabalho no processo de criação de valores, mas a interação entre trabalho e ciência, entre trabalho material e imaterial.

Sendo assim, o reconhecimento da ampliação de uma força de trabalho imaterial é interpretado por ele em intersecção com o trabalho material, visto que ambos estão interligados à dinâmica de produção do capital, ou seja, subordinados à lógica de produção de mercadorias. O trabalho imaterial acresce à medida que a produção científica evolui no interior dos processos, pois se torna necessário um trabalhador mais qualificado para interagir com as novas máquinas tecnológicas ao mesmo tempo em que se exige dele uma maior capacidade de decisão e autonomia dentro da produção. Todavia não se trata de um trabalho dotado de autodeterminação e sentido, ele é apenas um “trabalho intelectual abstrato” (ANTUNES, 2009, p. 129) e, portanto ainda mais estranhado com o processo produtivo como um todo. Nesse sentido, a subjetividade do trabalhador é constituída de forma subjugada ao capital, da produção ao consumo, aprisionando-o ainda mais à estrutura dessas relações cada vez mais complexificadas: “[...] Mais complexificada, a aparência de maior liberdade no espaço produtivo tem como contrapartida o fato de que as personificações do trabalho devem se converter ainda mais em personificações do capital [...]” (ANTUNES, 2009, p. 130).

---

capital. Portanto, ela não depende da quantidade de trabalho empregada, mas da relação social sob a qual ela é produzida [...]”.

Desse modo Antunes ressalta que as mutações no mundo do trabalho, ocasionadas por uma sublevação da ciência na produção, de forma alguma ainda permitem libertar o trabalho e o trabalhador de sua condição, mas amplia a complexidade das relações entranhadas em todo esse processo. Há hoje uma maior interação entre as atividades produtivas e improdutivas, formais e informais, fabris e de serviços, materiais e imateriais, que só fazem afirmar a centralidade do trabalho na sociedade atual. Ou seja, o modo de produção capitalista permanece ampliando suas contradições ao longo de seu desenvolvimento histórico e o trabalho continua a ser o eixo da criação de riqueza na sociedade atual, conforme afirma o sociólogo brasileiro:

O que nos permite concluir afirmando que, em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal da era da acumulação digital, estamos presenciando a época da informalização do trabalho, caracterizada pela ampliação do terceirizados, pela expansão dos assalariados do *call center*, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, pelo *ciberproletariado*, o proletariado que trabalha com a informática e vivencia outra pragmática, moldada pela desrealização, pela vivência da precarização [...] (ANTUNES, 2006, p. 25).

Henrique Amorim (2009) é outro autor que traz importantes contribuições a esse debate, sendo sua principal crítica direcionada ao conceito de classes sociais, que segundo ele, padecem de consideração nas teses que indicam que o conhecimento, por meio do trabalho imaterial, se tornou a principal força produtiva. Em sua análise ele ressalta que as formulações realizadas por Gorz, Negri e Lazzarato, se resumem a uma compreensão voltada para os aspectos técnicos das transformações resultantes do desenvolvimento das forças produtivas e que, portanto, desprezam os movimentos políticos e sociais da história.

Haveria desse modo, uma autonomia do desenvolvimento econômico frente às lutas políticas, que seriam determinadas economicamente. Isto é, o próprio avanço das forças produtivas gerariam “as possibilidades de transformação estrutural da sociedade capitalista” e as lutas de classe seriam então observadas “sob o espectro de determinações exclusivamente econômicas e devem, por conseguinte, adaptar-se a essa realidade” (AMORIM, 2009, p. 73). Amorim então ressalta que, seguindo o raciocínio contido naquelas teses, o sistema capitalista teria desencadeado, ele próprio, o surgimento de um grupo de trabalhadores que dominariam os processos produtivos – ancorados nos conhecimentos e saberes

resultantes das interações sociais entre os indivíduos – e, portanto se encontrariam em uma posição política independente, autônoma frente o capital. As qualificações técnicas desses trabalhadores seriam a condição de sua consciência política: na medida em que seu trabalho exige um maior grau de utilização de suas capacidades intelectuais, eles rompem com a lógica da produção mecanizada e passam de dominados a dominadores do processo de produção.

Amorim então evidencia o principal problema inferido dessas análises: elas estariam subordinadas a dois pressupostos, equivocados, provenientes de antigas formulações daqueles autores. São eles : 1) a idealização de um trabalhador isolado (fundamentado no tipo ideal weberiano) e, 2) o primado das forças produtivas como elemento central da transformação histórico-social. Tratam-se assim do amadurecimento de antigas concepções de Gorz e Negri, que atribuíam ao trabalhador técnico-científico, na década de 1960, e hoje ao trabalhador imaterial a incumbência histórica da superação do capitalismo. Descartam desse modo a noção de “classes sociais” e seu papel transformador político ao longo do tempo e atribuem essa tarefa, que já estaria de algum modo pré-determinada, a um sujeito dotado de capacidade revolucionária, resultante de suas próprias qualificações profissionais, conforme evidencia na passagem a seguir:

[..] Em síntese, nosso argumento geral para discutir as teorias do imaterial, passando pela não centralidade do trabalho, é de que a problemática das forças produtivas nas análises das transformações na produção são eminentemente economicistas, isto é, são pensadas com base na incorporação de elementos técnicos à produção, resultado do desenvolvimento das forças produtivas, o que acaba por consagrar uma leitura presa às categorias profissionais como sendo portadoras de um “conteúdo” revolucionário: ora o operário técnico-científico, ora aos “operadores da informação”. Portanto, as possibilidades da organização política da classe trabalhadora são fundamentadas com base no horizonte da assimilação/formação/qualificação técnica dado pelo desenvolvimento das forças produtivas (AMORIM, 2009, p. 76).

Essa leitura economicista, apontada por Amorim, é proveniente de um “reducionismo analítico<sup>26</sup>” da teoria de Marx realizado pelos teóricos do trabalho imaterial. Suas críticas, apesar de dirigidas à teoria marxiana, partem de interpretações equivocadas desse autor (AMORIM, 2014, p. 34). A definição de classes sociais, por exemplo, estaria presa à colocação profissional dos indivíduos:

---

<sup>26</sup> “Teoria Social e Reduccionismo Analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho” é o título da obra que Henrique Amorim publicou em 2006.

trabalhadores exercendo funções semelhantes numa fábrica taylorista eram definidos como a classe operária. Hoje, segundo essa lógica, tal descrição seria inviável, dada a multiplicidade de funções, qualificações e saberes existentes na economia, “transformando a classe social e, em especial, a classe trabalhadora ou proletariado, em um conceito positivista que manifesta apenas um conjunto enumerável de indivíduos dispostos em funções semelhantes” (AMORIM, 2014, p. 41), quando, na verdade em Marx, “[...] as dimensões política, ideológica e econômica estão imbricadas para qualificar a disposição das classes sociais”(AMORIM, 2014, p. 42). Essas interpretações estreitas da teoria de Marx, reforça Amorim, também os levam a reconhecer o valor apenas como um cálculo aritmético, utilizado para contabilizar a quantidade de horas despendidas por um trabalhador no processo produtivo, desmantelando dessa forma todo o caráter social intrínseco à essa categoria<sup>27</sup>.

Amorim também ressalta a importância dos *Grundrisse* na fundamentação teórica das teses sobre o trabalho imaterial, indicando a dicotomia analítica dos teóricos vinculados a essa vertente: ao mesmo tempo em que dirigem suas críticas à Marx, valem de seus textos para entender as mutações do capitalismo. Assim, a leitura dos *Grundrisse* realizada por eles, também estaria contaminada por uma análise redutora, marcada por uma compreensão necessariamente ligada ao aspecto técnico das transformações determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas. Com a automação e o avanço da ciência, o caminho para a construção de uma nova sociedade está, segundo a teoria do trabalho imaterial, vinculado ao próprio desenvolvimento da produção, fazendo com que o indivíduo social de Marx fosse sempre associado ao trabalhador polivalente do capitalismo. Esses argumentos são então desconstruídos na análise de Amorim, que se baseia na leitura de que a libertação do trabalho só poderá ser alcançada de forma coletiva, por meio da organização política e social dos trabalhadores, permitindo-os alcançar um modo de sociedade comunista em que os indivíduos estariam libertos para a construção de um saber coletivo (*General Intellect*) através de seu tempo livre. Ele

---

<sup>27</sup> Vinícius Oliveira dos Santos (2013, p. 41) também compartilha de posição crítica semelhante: “[...] Essas interpretações são pautadas nas pressuposições de que haveria em Marx um viés quantitativista segundo o qual os valores das mercadorias só podem ser deduzidos pela mensuração da magnitude de seu resultado final [...]”. E ainda acrescenta que as críticas realizadas à teoria do valor de Marx pelos teóricos do trabalho imaterial são na verdade “aplicáveis a Smith e Ricardo”, visto que neles, o valor é tido apenas como unidade de medida.



demonstra desse modo que somente por meio da transformação total dos interesses das classes, e não apenas através do avanço tecnológico, seria possível vislumbrar a libertação dos trabalhadores e a superação do sistema capitalista de produção. Assim ele conclui:

A pressuposição das classes sociais e da luta de classes nos impõe uma análise pautada por elementos históricos que não se limitem a uma leitura do movimento histórico como um movimento automático, isto é, que caracterize um devir inexorável, um movimento imanente ao desenvolvimento das forças produtivas que implodirá a sociedade vigente. Essa facilidade – infelizmente – não está no horizonte dos trabalhadores (AMORIM, 2009, p. 156).

Eleutério Prado incrementa a crítica à teoria do trabalho imaterial evidenciando principalmente o caráter fetichista presente nessas concepções. Segundo ele, tanto Gorz quanto Hardt e Negri realizam interpretações vulgares dos fenômenos econômicos, o que significa que descrevem em suas análises apenas a aparência das transformações capitalistas, confundindo a forma da relação social com aquilo que lhe dá suporte (PRADO, 2005, p. 77). Essas concepções ficam evidentes, na visão de Prado, na própria noção desenvolvida sobre o trabalho imaterial. Este ao ser descrito somente sob o âmbito concreto – são as especificidades particulares dessas atividades que as caracterizam – proporcionam consequências para a teoria do valor como um todo, fazendo com que esses teóricos caiam “[...] na chamada ilusão convencionalista, que consiste em identificar o valor com o valor de troca [...]” (PRADO, 2005, p. 76).

Assim Prado descreve as concepções fetichistas das relações econômicas observadas em três períodos históricos: manufatura, grande indústria e pós-grande indústria. Na primeira, essas percepções se manifestavam ao tomar a força produtiva do trabalho, conquistada pela cooperação, como força produtiva do próprio capital. Na grande indústria ocorre ao considerarem a maquinaria, forma por excelência do capital nesse período, como criadora de valor por conta própria, fonte de lucro para o capital. Já no terceiro período, que corresponde ao momento atual, o fetiche está em considerar o intelecto geral, produtivo por si só, “[...] independente da forma social que assume a força de trabalho” (PRADO, 2005, p. 69). Logo, “[...] O fetiche se configura quando o que apenas tem valor porque recebeu a forma valor no interior do modo de produção capitalista é imediatamente tomado como sendo valor em si mesmo [...]” (PRADO; PINTO, 2014, p. 62).

Desse modo, Prado e Pinto (2014) aproximam a construção teórica de trabalho imaterial à teoria neoclássica: na medida em que seus autores supõem ser a capacidade de trabalho específica do trabalhador imaterial geradora de valor, independente das relações de produção a que esta se insere, ela é então tomada como um mero fator de produção. Isto é, atribui-se valor ao valor de uso da força de trabalho e esta passa a contribuir com a produção na medida de sua utilidade. O erro está principalmente, adverte Prado, ao conceituar esse trabalho somente sob seu ponto de vista concreto, ocultando desse modo o contexto social de produção ao qual ele se insere.

A noção de “capital humano” advém igualmente da concepção vulgar dos fenômenos econômicos, ressalta Prado. Quando a força de trabalho intelectualizada é retratada como um capital, apagam-se as distinções entre trabalhadores e capitalistas, entre a empresa e os trabalhadores, uma vez que cada pessoa é considerada um empreendimento humano. E assim, encobre-se “[...] uma forma de subordinação, seja dos trabalhadores contratados de forma permanente, seja dos trabalhadores temporários [...]” (PRADO, 2005, p. 78), pois a despeito de expressar uma relação de igualdade, essa noção – de capital humano – permite a ampliação da desregulação do mercado de trabalho com consequências que somente indicam pela precarização das condições laborais da classe que vive do próprio trabalho.

Assim, essa expressão, com toda carga de engano que carrega, é considerada adequada do ponto de vista dos interesses capitalistas, antes de tudo porque ela transforma o trabalhador em figurante de capitalista. Assim, como o capitalista verdadeiro tem meios de produção tangíveis e intangíveis que recebem a forma de capital, o ser vivo trabalhador aparece como alguém dotado de forças produtivas tangíveis (seu corpo) e intangíveis (suas capacitações intelectuais), as quais, sob essa metástase expressiva, podem aparecer agora, igualmente, como detentora de capital. É claro que a empresa capitalista típica, então, poderá ser encarada como um empreendimento coletivo no qual cooperam tipos diferentes de capitalistas: os trabalhadores que são proprietários de capital humano, e os capitalistas que são proprietários dos capitais materiais (ferramentas, máquinas, equipamentos, instalações, etc.) e dos capitais imateriais da empresa (fórmulas de produtos, tecnologias de processos, etc) (PRADO, 2005, p. 81).

Nesses termos, a aproximação com a concepção neoclássica de trabalho é ainda maior, conforme sugere Prado (2005, p. 79; 2014, p. 62): o capitalista ao contratar o trabalhador na forma de prestação de serviços, entende que a capacidade de trabalho do indivíduo é geradora de valor, assim como uma máquina,

pagando por ela o simples valor de mercado – e não que ela é alugada visando a valorização de seu próprio capital. E há ainda os investimentos realizados pelos empregadores na capacitação de seu pessoal, que ocultam ainda mais a subordinação existente, pois faz esse gasto parecer um benefício voluntário em favor do trabalhador, enquanto na verdade o capitalista prolonga o uso da força de trabalho em seu proveito: faz em seu próprio nome um investimento na força de trabalho que aluga. Nesse sentido, o capital variável toma a forma de capital constante e o acréscimo de valor aparece então para o capitalista como um mero adiantamento de capital e não como mais-valia gerada pelo trabalhador.

Não obstante, Prado adverte que, a despeito das concepções fetichistas da teoria do trabalho imaterial, houve de fato uma transformação significativa no modo de produção capitalista a partir da década de 1970, que não pode ser negado. Esse período, chamado por ele de pós-industrial<sup>28</sup>, é caracterizado por uma ampliação da intervenção de conhecimentos durante o tempo de trabalho e desse modo, do trabalhador é exigido mais habilidades intelectuais. O trabalho se tornou mais criativo, com grande mobilização de informações e conhecimentos adquiridos na sociedade. Assim, Prado (2005, p. 89) destaca que “[...] o tempo de trabalho direto empregado na produção perde importância na produção de riqueza [...]” e que ele “[...] resiste a ser medido e avaliado pelo tempo mecânico, pelo tempo do relógio [...]” (PRADO; PINTO, 2014, p. 63). No entanto, essa constatação não admite que o trabalho deixe de participar da criação de riqueza: esta é ainda fruto do trabalho humano. O fato é que agora não é somente o tempo de trabalho que conta para a produção, mas a qualidade com que esse tempo é dispendido. Novas formas de medir o valor, que não puramente quantitativas, são desse modo impostas, pois no processo de produção do capital a necessidade de medi-lo é imperativa.

Portanto, a aproximação de Prado à teoria do trabalho imaterial – quando ele reconhece a imprecisão quantitativa do valor trabalho na atualidade – é desfeita quando ele adverte que o conhecimento não é fonte de valor. O que ocorre, ele afirma, é que agora a ciência e a tecnologia, por meio de trabalho, geram valor, e esta dimensão subjetiva da produção torna o trabalho não mais produtivo pelo simples dispêndio de horas, mas também pelo gasto qualitativo da capacidade

---

<sup>28</sup> Segundo Huws (1999, p. 32), este termo foi primeiramente cunhado por Daniel Bell no início dos anos 1970.

intelectual do trabalhador. Assim, a pós grande indústria, com suas máquinas informacionais, não libertam o trabalho do homem, mas modificam as formas de se trabalhar : agora há uma coerção interna do trabalhador de modo a dominar seu psicológico em favor do capital<sup>29</sup>. Modificam-se com isso as formas de subsunção do trabalho ao capital, havendo hoje uma espécie de subsunção intelectual do trabalho na qual faz do trabalhador uma espécie de colaborador voluntário, garantindo com isso que ele atue dentro de condições determinadas, sempre de modo a ampliar a lucratividade da empresa. A nova gerência científica, apesar de possuir uma visão acrítica do existente, destacam Prado e Pinto (2014, p. 71), não esconde seu objetivo máximo de dominação do trabalho, fato que não consegue ser captado pelos teóricos do trabalho imaterial, uma vez que constroem suas análises tendo em vista apenas a aparência dessas novas relações.

### 3.2 PARA ALÉM DA CRÍTICA

As críticas até aqui apresentadas à teoria do trabalho imaterial demonstraram, de forma concisa, como importantes elementos que balizam essas teorias podem ser refutados do ponto de vista do próprio paradigma marxista. No entanto, percebemos que ainda existem algumas incongruências metodológicas naquela teoria que necessitam de uma abordagem crítica. Para demonstrá-las, retomaremos cada um dos três pontos expostos acerca da teoria do trabalho imaterial no primeiro capítulo.

O primeiro deles refere-se à pressuposta hegemonia de um trabalho imaterial hoje no capitalismo. Tal perspectiva nos exige considerar a existência de dois tipos de trabalho: um material e outro imaterial. Como vimos o primeiro seria reconhecido como àquele predominante da época da revolução industrial inglesa até aproximadamente a década de 1960. Ele seria um trabalho puramente manual, executado pela classe operária de forma repetitiva e parcelada. Já o segundo, que

---

<sup>29</sup> Nakatani (2001, p. 135) também expõe essa questão de forma semelhante: “[...] Os novos processos de gestão e de produção não reintroduzem o processo de trabalho como componente do processo de produção, mas modificam os mecanismos de controle do processo de valorização do capital que os internaliza em sua consciência”.

hoje prevalece, surge próximo à década de 1960 através do processo de reestruturação produtiva, sobretudo com a introdução massiva da microeletrônica e da automação. Esse, aparentemente, seria um trabalho intelectualizado, flexível e com profundas diferenças daquele fabril. O primeiro é tido como trabalho material ao passo que o segundo, trabalho imaterial.

Essa cisão, onde parece haver de um lado o trabalhador material e de outro, o imaterial, surge juntamente com um corte a respeito da funcionalidade da teoria marxista do valor. Nesse aspecto, seria a teoria de Marx uma teoria do industrialismo ou do operariado? Estaria ela presa ao chão fabril assim como os operários da indústria fordista/taylorista? E além de tudo, seria conivente com a interpretação desse autor a existência de um trabalho dito, imaterial? Para compreendermos essas questões é preciso primeiramente buscar na teoria marxista o significado da dualidade “material x imaterial” e depois o conteúdo do próprio conceito de “trabalho”. Só assim verificaremos a possibilidade de que um novo trabalho de tipo imaterial possa se inserir hoje no capitalismo.

Por constituir-se uma filosofia materialista, a questão material é um componente central da construção teórica de Marx, caracterizada principalmente no desenvolvimento de sua crítica à Hegel. Apesar da influência da filosofia hegeliana ter sido muito marcante para a estruturação do seu pensamento, é através da crítica a esse pensador e aos seus predecessores (conhecidos como jovens hegelianos) que Marx funda seu próprio método materialista, em elaborações que se encontram predominantemente em “A Ideologia Alemã” (MARX; ENGELS, 2007). Nessa obra, Marx e Engels iniciam a construção de seu método partindo da análise das formas de produção e reprodução das condições de existência humanas, ou seja, das atividades que decorrem de relações entre os homens e a natureza – dos sujeitos com a objetividade que lhes aparece – que visam suprir suas necessidades de sobrevivência e que resultam em suas formas de organização social. Assim, na medida em que lançam o significado entre os meios de reprodução da vida e a existência humana, os dois filósofos criam as bases para a elaboração do que seria o método materialista dialético. Nele, a análise histórica do desenvolvimento das sociedades é o ponto de partida para o papel central encontrado na ação humana – uma vez que identificam nela o fundamento de toda a construção social alcançada. São as necessidades ditadas pela sobrevivência que impulsionam o homem a agir e

trilhar o caminho de sua história, transmitindo às gerações futuras as condições de vida por ele criadas. É nesse ponto que, segundo esses pensadores, é possível compreender a consciência humana como algo determinado pelas condições materiais sob as quais o homem se depara. Formas específicas de apropriação da natureza pelos indivíduos determinarão os modos de organização social e a consciência. Assim, os dois pensadores negam, incorporam e superam o sistema ideal hegeliano ao conceberem que as representações mentais são dadas a partir da relação do homem com o mundo material que o cerca. Dizem:

Essa concepção de história [...] não tem necessidade, como na concepção idealista da história, de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis material [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Para Hegel, seria o oposto: as ideias seriam capazes de transformar a matéria, e a partir delas que se dariam as alterações da vida material. Resultados que somente seriam alcançados, segundo Marx e Engels, através da ação humana, da ação consciente. O ser humano, portanto, primeiro se depara com as condições materiais que o cercam para depois formarem sua consciência. Suas elaborações mentais seriam desse modo reflexos da realidade concreta por ele vivenciada<sup>30</sup>, por ele apreendida, derivando em ações transformadoras da objetividade que os cerca. Portanto, todos esses atos, esse constante agir e transformar, tratam-se da consciência em prática, logo perceptível e sensível ao homem, sendo assim, materiais. Essa percepção da natureza material de toda ação humana, fica clara, por exemplo, quando Marx e Engels (2007, p. 40 grifo nosso) afirmam que:

[...]essa transformação da história em história mundial não é um mero ato abstrato da “autoconsciência”, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico qualquer, mas sim uma **ação plenamente material**, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e para, come, bebe e se veste.

Contudo, o objetivo principal dessa obra firma-se num longo debate que Marx e Engels realizam contra os jovens hegelianos, evidenciando mais uma vez a estrutura do pensamento materialista desses filósofos. Demonstram como aqueles

---

<sup>30</sup> “[...] Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35).

autores, numa proposta de ruptura à Hegel, caem nas armadilhas filosóficas do próprio pensador. Foi o que Marx centralmente discorreu nas “Teses sobre Feuerbach”(MARX; ENGELS, 2007, p. 537). Nelas, o cerne da crítica de Marx, ocorre pela verificação da incapacidade de Feuerbach em captar o sentido da atividade prática humana. Ou seja, embora Feuerbach entendesse que as elaborações mentais do homem fossem reflexos de sua experiência terrena – que suas ideias não passam de representações acerca de sua percepção material –, como a religião, bastava para ele (o homem) eliminar de si essas ideias, para que o mundo material fosse afetado. O que tornaria possível transformar a realidade por meio do pensamento crítico, por meio da mera constatação de que fazia representações falsas de si mesmo. Ele não apreende assim, segundo Marx, que somente por meio da ação humana consciente que ocorrem as mudanças reais. Que somente através delas é possível alcançar as revoluções da vida terrena<sup>31</sup>. Sendo elas, portanto, materiais<sup>32</sup>. Percepção que não ocorre quando se parte da compreensão materialista histórica proposta por Marx e Engels. A partir dela chega-se ao resultado de que:

[...] todas as formas e [todos os] produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual, por sua dissolução na “autoconsciência” ou sua transformação em “fantasma”, “espectro”, “visões”etc., mas apenas pela demolição prática das relações sociais reais de onde provêm essas enganações idealistas; não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história e também da religião, da filosofia e de toda forma de teoria (MARX; ENGELS, 2007, p. 43).

Vemos assim que a concepção material de Marx, elemento fundante de seu pensamento, impede que se considere a existência de qualquer ação denominada imaterial, uma vez que todo ato humano situa-se no campo do sensível. As ideias e a consciência não passam de representações que o homem faz de sua realidade concreta. Porém, quando imbuído de pensamento o ser humano age, ele modifica o ambiente a sua volta alterando, igualmente, sua percepção sobre esse mundo, o que evidencia a percepção dialética entre as transformações no mundo material e no

---

<sup>31</sup> “[Feuerbach] não consegue nunca, portanto, conceber o mundo sensível como a atividade sensível, viva e conjunta dos indivíduos que o constituem, [...] e por isso é obrigado a recair no idealismo justamente lá onde o materialista comunista vê a necessidade e simultaneamente a condição de uma transformação, tanto da indústria como da estrutura social” (MARX; ENGELS, 2007, p. 32).

<sup>32</sup> “[...] Feuerbach quer objetos sensíveis, efetivamente diferenciados dos objetos dos pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 533).

mundo das representações. Encontra-se, portanto somente na ação humana a possibilidade dos indivíduos alterarem seu mundo objetivo conforme ditam suas necessidades. As ideias não são capazes de alterar a realidade se não forem postas em prática. É a ação humana, portanto, em todos os sentidos, material<sup>33</sup>.

Agora, vejamos o que Marx entende por trabalho. Ele inicia sua discussão sobre o tema em “O capital” dizendo: “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho” (MARX, 2003a, p. 211). Ou seja, o trabalho é a força de trabalho em atividade. E acrescenta: “[...] [o proprietário dessa capacidade], ao trabalhar, torna-se realmente **no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação**, trabalhador [...]” (MARX, 2003a, p. 211 grifo nosso). Direcionando desse modo sua noção de trabalho para a atividade humana, para a realização de uma ação. Isto é, o trabalho somente revela-se com o movimento, com o dispêndio de energia humana, já que enquanto possibilidade, enquanto pensamento é apenas trabalho ideal, trabalho em potencial. Assim Marx prossegue sua argumentação afirmando que a despeito de no capitalismo o trabalho estar relacionado, sobretudo, à produção de valores-de-uso, isso não altera a sua natureza, sendo, portanto necessário considerar o trabalho a parte de qualquer estrutura social<sup>34</sup>. Desse modo o autor descreve o trabalho como algo essencialmente humano<sup>35</sup>. Para ele, o trabalho é, acima de tudo, uma atividade prática, em que o homem interage com a natureza, com a objetividade do mundo que se lhe apresenta, em busca de satisfazer suas necessidades terrenas, num processo em que ele não só transforma o meio material em que vive como modifica a si próprio<sup>36</sup>. Essa interação do homem e natureza, como havia observado, independe do sistema econômico vigente, é algo que, segundo Marx, pertence à própria natureza humana. É uma atividade que

---

<sup>33</sup> “*The sort of humanism Marx proposes is thus grounded in the concept of human activity, which sets history in motion [...] Thus, **human activity is always material activity**, not only because the subject is essentially, at the bottom, material, but also because the object of activity is material, **even when this activity is purely theoretical**” (TABAK, 2012, p. 37 grifo nosso). Essa interpretação, sobre a materialidade da ação humana em Marx, também é reforçada por autores como Amorim (2014), Laymert Garcia dos Santos (1982) e Huws (1999).*

<sup>34</sup> “[...] A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada.”

<sup>35</sup> “[...] Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana [...]” (MARX, 2003a, p. 211)

<sup>36</sup> “[...] [Ao trabalhar, o homem] Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza [...]” (MARX, 2003a, p. 211).



imprime no mundo seu caráter enquanto gênero, sendo imprescindível para a garantia da satisfação de suas necessidades físicas e sociais. Assim, à medida que o homem age e busca produzir os meios que o satisfaçam, conduz a si mesmo à exigência de novas necessidades para lhe atender. E ao agir sobre o objeto, cunha sua passagem pela natureza, e esse aspecto, essa modificação contínua de uma sociedade à outra, leva consecutivamente um novo homem a uma nova sociedade, que por uma busca natural é induzido a sempre produzir novas necessidades uma vez que as condições materiais se alteram. Tem-se assim que:

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

O trabalho é, portanto uma atividade condicionada pelo homem à manutenção de sua existência, à sua perpetuação e, independente das formas que se realiza e dos resultados que gera, trata-se de um ato de interação entre o sujeito e o objeto, logo plenamente verificável e materialmente perceptível. Tratam-se sempre de ações, de formas de intercâmbio entre o homem e a objetividade do mundo e não apenas de sua consciência estática, da potência ao invés do real<sup>37</sup>. Trabalhar significa agir e interagir com a realidade, modificando-a de acordo as necessidades sentidas e impostas pela sociedade. O trabalho é movimento, é ação e, portanto sensível e observável aos indivíduos<sup>38</sup>. Assim se toda atividade do homem é um ato material, logo todo trabalho também o é, pois este sempre significa uma prática humana independente de sua especificidade concreta<sup>39</sup>. Nesse sentido é material o trabalho do designer, do produtor de teatro, do gerente de projetos, do analista de sistemas, do escritor, e tantos outros que à primeira vista são atividades puramente intelectuais, estabelecendo-se como ações concretas e, portanto perceptíveis na realidade. Basta, como observou Huws (1999, p. 44), nos atermos à simples constatação de que são pessoas reais com corpos reais contribuindo em

---

<sup>37</sup> “Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho; tampouco quem diz capacidade de digestão diz digestão [...]”(MARX, 2003a, p. 203).

<sup>38</sup> “[...] A força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. Através da sua ação, o trabalho, depende-se determinada quantidade de músculos, de nervos, de cérebro etc.[...]”(MARX, 2003a, p. 201).

<sup>39</sup> É importante estar atento para o fato de que todo trabalho consiste numa ação do homem, mas nem toda ação significa trabalhar.

tempo real para a produção, para percebermos que a existência de um “trabalho imaterial” foge completamente da visão materialista de Marx.

Nossas interpretações nesse sentido apontam para a impossibilidade da hegemonia de um trabalho imaterial<sup>40</sup> já que simplesmente inexitem formas de trabalho que sejam consideradas imateriais, invalidando desse modo o primeiro ponto das teses que aqui criticamos. Passemos agora para o segundo, que se refere à impossibilidade de mensuração daqueles trabalhos de tipo “imateriais” que englobam todas as atividades que não gerem nada “materialmente palpável”<sup>41</sup>.

De acordo com os teóricos do trabalho imaterial, essas atividades seriam imensuráveis por não ser possível calcular a duração de sua jornada, já que o tempo de trabalho não se limita ao momento que o trabalhador permanece na empresa. Portanto, de forma diversa ao operário fordista, ele não produz “x” unidades em “y” de tempo, o trabalho imaterial produz, acima de tudo, informações e conhecimento, resultados que não seriam verificáveis empiricamente.

Já demonstramos a argumentação de que essa perspectiva repousa em uma concepção unilateral da teoria marxista do valor, uma vez que é entendida como uma teoria de formação de preços, ao mesmo tempo em que é dirigida exclusivamente ao industrialismo. Devemos ressaltar agora o seguinte ponto: ao mesmo tempo em que teoria do trabalho imaterial realiza uma leitura da teoria marxista voltada apenas para sua dimensão quantitativa, esses teóricos não a fazem com a devida precisão. Vejamos a coisa mais de perto. Em primeiro lugar, no que tange à **força de trabalho** devemos observar que ela continua sendo comprada no mercado e paga, conforme prescreve Marx, com base na quantidade de horas socialmente necessárias à sua reprodução<sup>42</sup>. Ocorre que, além desse valor ser composto por elementos históricos e sociais, isto é, pelas necessidades peculiares médias das classes trabalhadoras em cada sociedade em diferentes épocas, ele também varia conforme o grau de complexidade exigido nos diferentes tipos de trabalho. Portanto, trabalhos que exijam maior qualificação necessariamente possuirão valores mais elevados que os trabalhos mais simples, tendo em vista que

---

<sup>40</sup> “O trabalho imaterial tende a ser tornar hegemônico, de forma totalmente explícita.” (LAZZARATO; NEGRI, 2013a, p. 51).

<sup>41</sup> “O trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável” (GORZ, 2005, p. 20).

<sup>42</sup> “O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução [...]” (MARX, 2003a, p. 200)

o custo de aprendizagem também está incluso no valor desse trabalho<sup>43</sup>. Essas variações do valor da força de trabalho – devido aos diferentes hábitos, costumes, localidades e complexidades de determinadas atividades – podem, num primeiro momento, fazer parecer desconexa a correspondência existente entre os salários e o tempo de trabalho dispendido na produção, sobretudo para aqueles que interpretam a teoria de Marx como exclusiva ao industrialismo. Isso porque, nessa visão, a classe trabalhadora é entendida como um grupo homogêneo, com as mesmas aspirações e necessidades e, portanto, mercadorias de mesmo valor. Trabalhadores com diferentes qualificações não são apreendidos com distintas necessidades de reprodução e assim valores de magnitude diversa. A ampliação da heterogeneidade dos trabalhadores é nesse sentido assimilada ao fim dessa classe coesa e uniforme, o que tornaria impraticável o cálculo de seu valor e da existência desta enquanto mercadoria. No entanto, há que considerarmos que não existem problemas ou dificuldades em estabelecer um preço para essa mercadoria especial (quando compreendida a verdadeira forma de se calcular seu valor) sendo a crítica mais contundente que se pode fazer é a simples verificação de que o preço do trabalho chamado de imaterial continua sendo realizado todos os dias no mercado.

Em segundo lugar, há o problema da quantificação dos **resultados** dessas atividades “imateriais”. Distinguimo-los, de acordo com Marx (s/d, p. 119) em duas possibilidades: 1) aquelas em que os resultados são separados do produtor, e 2) aquelas cujo produto não é separável do ato da produção. O primeiro caso está relacionado à produção audiovisual, desing, softwares, dentre outros, que encontra-se hoje sob a resguarda da propriedade intelectual<sup>44</sup>. Já o segundo caso, em que produto e produção fazem parte de um mesmo ato, refere-se aos trabalhos desfrutados como serviços<sup>45</sup>.

---

<sup>43</sup> “A fim de modificar a natureza humana, de modo que alcance habilidade e destreza em determinada espécie de trabalho e se torne força de trabalho desenvolvida e específica, é mister educação ou treino que custa uma soma maior ou menor de valores em mercadorias. Esta soma varia de acordo com o nível de qualificação da força de trabalho. Os custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, [mas (poderia ter completado Marx) significativos quando se trata da força de trabalho mais complexa] entram, portanto, no total dos valores despendidos para sua produção” (MARX, 2003a, p. 202).

<sup>44</sup> Trataremos desse ponto no próximo capítulo, pois a mensuração do preço dessas propriedades envolve elementos teóricos que não foram desenvolvidos até agora, uma vez que sua determinação relaciona-se com o modo de produção capitalista como um todo.

<sup>45</sup> “O fornecimento de serviços, esse trabalho imaterial, torna-se a forma hegemônica do trabalho; o trabalho material é remetido à periferia do processo de produção ou abertamente externalizado.” (GORZ, 2005, p. 19).

Antes de percebermos como a teoria marxista analisa sua lógica, é importante destacar dois pontos essenciais. Primeiro, essa produção não engloba a noção que hoje se utiliza para o “setor terciário” ou “setor de serviços”. Esta conceituação, determinada principalmente para análise das “Contas Nacionais”, embora inclua os ramos produtivos indicados por Marx como serviços, também engloba uma série de ramos de produção que não encaixam em sua conceituação, mas que são adequados ao que se considera por trabalho imaterial. Fazem parte do setor terciário, por exemplo, atividades das áreas de saúde, financeiras, entretenimento, transporte, comércio, serviços pessoais, limpeza, marketing, etc<sup>46</sup>. O crescimento da produção nesse setor, portanto, exprime vigorosamente a ampliação do chamado “trabalho imaterial”<sup>47</sup>.

Segundo, como a teoria marxista não pauta sua análise pelo estabelecimento de três diferentes setores na economia (primário, secundário e terciário), a produção executada na forma de serviços é considerada industrial, assim como toda a produção realizada de forma capitalista. Os serviços seriam assim uma parte da produção industrial, cujo resultado não se encontra separável do ato de produzir<sup>48</sup>. Os serviços a que Marx se refere são trabalhos que geram um efeito útil, um resultado útil, ou melhor, uma transformação útil da realidade<sup>49</sup>. Notemos como a teoria marxista analisa sua dinâmica.

São poucas as passagens que Marx contempla essa forma de produção como objeto próprio de sua análise, fato que ocorreu devido à pequena presença dessas atividades no capitalismo que ele via à sua frente<sup>50</sup>. Contudo, mesmo diante

---

<sup>46</sup> Segundo o Banco Mundial: “*Services correspond to ISIC divisions 50-99 and they include value added in wholesale and retail trade (including hotels and restaurants), transport, and government, financial, professional, and personal services such as education, health care, and real estate services. Also included are imputed bank service charges, import duties, and any statistical discrepancies noted by national compilers as well as discrepancies arising from rescaling*”(WORLD BANK, 2015a).

<sup>47</sup> O setor de serviços vem de 1996 a 2013 apresentando um crescimento no PIB mundial de aproximadamente 6% ao ano, contra 4% do setor industrial e, representaram em 2012, cerca de 70% do PIB mundial (WORLD BANK, 2015b).

<sup>48</sup> Há ramos industriais autônomos, observa Marx, em que o resultado do processo de produção, “[...] não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse depois de ser produzido, como artigo de comércio, que circulasse como mercadoria [...]” (MARX, 2003b, p. 65).

<sup>49</sup> Portanto, os chamados serviços financeiros e o comércio, por exemplo, não se encaixam na noção marxiana de serviços, pois os mesmos não resultam em utilidades.

<sup>50</sup> “Em suma, os trabalhos que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores [...] e, embora possam ser explorados de maneira diretamente *capitalista*, constituem grandezas insignificantes se os compararmos com a massa da produção capitalista [...]”(MARX, s/d, p. 116).

de um capitalismo com irrelevante produção na forma de serviços, Marx analisou esse segmento em algumas passagens, como no “Capítulo VI Inédito de O Capital” e quando analisa o setor de transportes no Livro II de “O Capital”. Demonstraremos, portanto a dinâmica da produção dos serviços, através da abordagem feita por Marx, do ramo industrial de transportes.

Nos poucos trechos em que trata desse setor, Marx esclarece que o produto que a indústria de transportes gera, é a própria mudança de lugar. Ou seja, tem como resultado algo que não é palpável<sup>51</sup>. Mas, adverte que, embora produza algo sem uma natureza física, não há impeditivo de verificação empírica do resultado dessa atividade. Afirma: “o valor de troca desse efeito útil é determinado, como os das demais mercadorias, pelo valor dos elementos de produção consumidos para obtê-lo (força de trabalho e meios de produção) mais a mais-valia gerada pelo trabalho excedente dos trabalhadores empregados na indústria de transportes” (MARX, 2003b, p. 65). Sendo assim, não há barreiras à quantificação dos resultados dos serviços, sendo, portanto passíveis de mensuração como qualquer outra mercadoria.

Há, contudo um elemento diferencial na natureza dos serviços que pode nos ajudar a compreender a contínua ampliação desse ramo de produção: trata-se da coincidência entre produção e consumo do mesmo, o que faz com que seu efeito útil desapareça findada a produção. Isto é, o tempo em que essa mercadoria é consumida é semelhante ao momento em que é produzida<sup>52</sup>. Tal constatação permitiu que o autor avançasse num importante aspecto: já que produção e consumo são inseparáveis, o ciclo do capital apresenta-se mais curto para essas atividades, apresentando-se como,  $D-M < \frac{MP}{FT} \dots P - D'^{53}$ , divergente do ciclo de produção e reprodução das mercadorias cujo resultado é separável da produção,  $D - M < \frac{MP}{FT} \dots P \dots M' - D'$  por não haver  $M'$ , ou seja, o capital mercadoria concretizado pelo trabalho e meios de produção. E uma vez que pode fazer sua rotação num

<sup>51</sup> Existem inúmeras outras produções realizadas na forma de serviços, como por exemplo, o serviço de barbeiro. Observam Shaikh e Tonak (1996, p. 23): “[...] A barber uses scissors to transform the shape of someone’s hair, thus producing a material effect which is the object of the customer’s personal consumption, an effect whose useful objective properties are evident in the mirror, to the touch, and even in a photograph [...]”.

<sup>52</sup> “[...] O efeito útil produzido está inseparavelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transportes [...] O efeito útil só pode ser usufruído durante o processo de produção [...]” (MARX, 2003b, p. 65).

<sup>53</sup> Cf. Marx (2003b, p. 65)

tempo mais curto, mais rápido realiza a mais valia, permitindo que o capital acelere seu processo de acumulação, o que pode ser o motivo por trás de sua crescente participação na economia mundial. Afinal, segundo a análise de Marx (2003b, p. 137–143), um capital pequeno que faz muitas rotações pode gerar um volume maior de mais valia do que um capital grande que rota poucas vezes. O capitalismo, sendo um sistema que busca ininterruptamente ampliar sua valorização, encontra no setor de serviços uma realização em caráter antecipado, sem, contudo se ausentar da criação de mais-valia<sup>54</sup>.

Eis, que a forma valor, mesmo que abordada somente sob um viés empírico e quantificável, permite a medição do trabalho chamado de imaterial, assim como de seus resultados. O fato é que, embora Marx não tenha privilegiado em suas análises os aspectos matematizáveis de sua teoria, ele não descarta a necessidade de sua averiguação. Constatamos, portanto que a teoria marxista do valor é e continua sendo empiricamente mensurável e perfeitamente verificável. Todavia, uma leitura que leve em conta somente seus aspectos quantitativos, impede que aqueles teóricos considerem questões essenciais na teoria de Marx, preponderantes para a compreensão do funcionamento do capitalismo e suas modificações em curso. A análise das categorias de trabalho produtivo e improdutivo é uma delas, assim como a transformação dos valores em preços de produção, ambas que possibilitam a apropriação de mais valia entre os diversos setores da economia mundial.

Vejamos primeiro os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, que são ainda hoje objetos de grande polêmica dentre os marxistas (principalmente porque Marx não os desenvolveu de forma definitiva). O ponto central dessa temática relaciona-se ao fato de que há determinados trabalhadores no capitalismo que não acrescentam mais-valia ao processo produtivo, sendo consumidos, portanto, de forma improdutivo pelo capital ao longo desse percurso. A diferenciação entre esses dois tipos de trabalho surge exatamente nesse ponto: são considerados produtivos aqueles trabalhos capazes de gerar valor e criar mais-valia durante a produção e improdutivo aqueles que não a fazem. As principais divergências teóricas se concentram desse modo na identificação de qual seria o trabalho produtivo e qual seria o improdutivo, pois essa distinção parece solucionar importantes enigmas por

---

<sup>54</sup> Embora a noção tradicional do que se considera por serviços não seja completamente compatível com a abordagem proposta por Marx, toda a produção que este autor entende como serviços está incluída na conceituação usual.

trás das relações capitalistas cada vez mais complexas. Ela nos permite compreender principalmente que o trabalho improdutivo (quando subsumido formalmente ao capital<sup>55</sup>), por ser aquele que não produz mais valia, apropria-se de mais valia gerada pelo trabalho produtivo.

A não apreensão dessas categorias pela teoria do trabalho imaterial leva-os a incorrerem em dois grandes equívocos. Primeiro, o fato de não considerarem a possibilidade de que determinados tipos de trabalho possam se ausentar da criação de mais-valia, faz com que esses teóricos não compreendam a dinâmica capitalista em sua totalidade, pois a não geração de valor por parte de alguns trabalhadores, é por eles associada ao fim desse modo de produção. Em segundo lugar, fazem com que esses autores relacionem diretamente a criação de mais-valia a produtos do trabalho fisicamente palpáveis (principalmente porque para eles a materialidade das coisas tem uma relação direta com sua tangibilidade, o que verificamos ser incoerente com método de investigação marxista). Uma análise abrangente da teoria de Marx, que leve em conta o estudo dessas categorias, consegue captar que a relação entre a criação de mais valia e o trabalho, não é determinada pela tangibilidade de seus resultados, mas na capacidade deste adentrar no processo de produção capitalista, valorizando-o. Ou seja, é produtivo aquele trabalho que, ao mesmo tempo, gere um valor de uso (tangível ou não) e esteja inserido numa relação de produção estritamente capitalista<sup>56</sup>. É o que Marx evidencia na seguinte passagem:

---

<sup>55</sup> A subsunção formal do trabalho ao capital refere-se apenas à relação formal que se estabelece entre trabalhadores, proprietários da força de trabalho, e capitalistas, proprietários dos meios de produção. Esta noção é utilizada por Marx quando este analisa a transição das relações de trabalho tradicionais para as relações capitalistas. Ele percebe que inicialmente as antigas formas de trabalho eram mantidas em sua estrutura e dimensão, mas modificadas quanto a nova relação de propriedade que se estabeleceu. Assim, surgiu uma relação formal entre os trabalhadores que vendiam sua capacidade de trabalho para os capitalistas, que se tornaram os únicos proprietários dos meios de produção. Mais tarde, com o desenvolvimento das forças produtivas, essa subsunção formal converte-se numa subsunção real do trabalho ao capital que faz do trabalhador um sujeito ainda mais subjugado ao modo de produção capitalista. Cf. Marx (s/d, p. 87–108).

<sup>56</sup> “Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se-nos como produtivo aquele trabalho que se realizava num produto, mais concretamente numa mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para o executante – numa mais-valia representada por um sobproduto; isto é, (que se realiza) num incremento excedentário de mercadoria para o monopolista dos meios de trabalho, para o capitalista [...] Trata-se, portanto, de trabalho que serve diretamente ao capital como instrumento da sua autovalorização, como meio para a produção de mais-valia” (MARX, s/d, p. 109).

[...] Uma cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva. Na medida em que vende o seu canto é uma assalariada ou uma comerciante. Porém, a mesma cantora contratada por um empresário que põe a cantar para ganhar dinheiro, é uma trabalhadora produtiva, pois **produz** diretamente capital. Um mestre-escola que ensina outras pessoas não é um trabalhador produtivo. Porém, um mestre escola que é contratado com outros para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento é um trabalhador produtivo [...] (MARX, s/d, p. 115 grifo do autor).

Por isso não basta somente produzir valores de uso e nem só estar vinculado a uma ocupação capitalista: é preciso que na medida em que acrescente valor, o trabalhador o faça de modo a valorizar a produção de um determinado capitalista. Portanto, assim como a produção de valores de uso pode ser realizada de forma improdutiva – quando ela não está formalmente subsumida ao capital – há trabalhadores assalariados que não geram valor algum<sup>57</sup> - pois não produzem valores de uso e conseqüentemente não geram valor nem mais-valia. Eles estão desse modo, formalmente vinculados a uma relação de trabalho capitalista, mas são consumidos de forma improdutiva pelo capital, conforme Marx explica no seguinte trecho:

[...] Quando se compra trabalho para consumir como valor de uso [...], não para colocar como fator vivo no lugar do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo. O trabalho é consumido por causa de seu valor de uso e não como trabalho que gera valores de troca; é consumido improdutivamente. O capitalista, portanto, não o defronta como capitalista, como representante do capital; troca o seu dinheiro por esse trabalho, mas como rendimento, não como capital [...] (MARX, s/d, p. 111).

Estes são principalmente os trabalhadores alocados nas formas autonomizadas do capital sendo por sua vez remunerados pela mais-valia que seu capitalista consegue atrair de outros setores, uma vez que são atividades que carecem de produção de valor<sup>58</sup>. A autonomização das formas funcionais do capital

<sup>57</sup> “[...] Todo trabalhador produtivo é um assalariado, mas nem todo assalariado é um trabalhador produtivo [...]” (MARX, s/d, p. 111)

<sup>58</sup> “O trabalhador comercial não produz diretamente mais-valia. Mas o preço de seu trabalho é determinado pelo valor de sua força de trabalho, portanto por seus custos de produção, enquanto o exercício dessa força de trabalho enquanto tensão, dispêndio de força e desgaste, como no caso de qualquer outro trabalhador assalariado, não é de modo algum limitado pelo valor de sua força de trabalho. Seu salário não guarda portanto nenhuma relação necessária com a massa de lucro que ele ajuda o capitalista a realizar. O que custa ao capitalista e o que lhe rende são grandezas diferentes. Rende-lhe não por produzir diretamente mais-valia, mas ao ajuda-lo a diminuir os custos



é, portanto um acontecimento que provoca a transferência de mais-valia dentre os setores da economia. Ela se refere à desvinculação de determinadas cadeias do ciclo do capital industrial que, devido ao desenvolvimento do capitalismo, se tornam autônomas frente a esse. É o caso, por exemplo, do capital de comércio de dinheiro e do capital do comércio de mercadorias<sup>59</sup>. Com o aprimoramento das relações capitalistas de produção e o avanço das formas de divisão do trabalho, tornou-se possível para o capital se especializar em ramos que antes eram apenas secundários no interior da lógica de produção. Assim, funções que não participam da criação de valor tornam-se operações exclusivas de determinado grupo de capitalistas e aparecem com seus próprios ciclos de reprodução de forma autonomizada e independentes, à primeira vista, do capital industrial. Não obstante, escondem uma forte subordinação ainda existente com o capital produtivo, uma vez que sua remuneração é dependente do valor criado por outros capitais, visto que “A divisão do trabalho, ao tornar autônoma uma função, não faz dela criadora de produto e de valor, se já não o era antes de tornar-se independente” (MARX, 2003b, p. 152).

A segunda questão que carece de análise por parte dos teóricos do trabalho imaterial, e que também resulta na transferência de mais-valia dentre os setores da economia, é a transformação dos valores em preços de produção. Esse seria um desdobramento proveniente de alguns movimentos próprios do modo de produção capitalista realizado em virtude da tendência à equiparação das taxas de lucro setoriais na economia. Esse fenômeno resulta num movimento no qual os preços de mercado da economia tendem a se estabelecer de modo que as taxas de lucro de cada setor se equiparem umas com as outras, patamar conhecido como preços de produção<sup>60</sup>. A formação desses preços é resultado de uma dinâmica que transfere a mais-valia de certos setores para outros, fazendo com que eles dificilmente se estabeleçam por seus valores. Assim, setores com composição orgânica menor que a média social, transferem parte de seu excedente, via preços de produção, para aqueles cuja composição orgânica seja mais elevada. Daí resulta que os preços das

---

da realização da mais-valia, à medida que ele executa trabalho em parte não-pago [...] O aumento desse trabalho é sempre um efeito, nunca causa do aumento da mais-valia. (MARX, 1986, p. 225).

<sup>59</sup> Cf. Marx (1986 Seção IV).

<sup>60</sup> Cf. Marx(1986 seção II).

mercadorias dificilmente se igualem a seus valores em decorrência do movimento criado pela própria concorrência capitalista.

A desconsideração desses fenômenos pela teoria do trabalho imaterial impede-os de perceberem as relações capitalistas em sua essência, levando-os a desenvolverem suas conclusões pela aparência dos fatos. O movimento do capital em torno dos preços de produção é um ponto essencial para compreender que a relação entre valor e preço não pode ser observada sem levar em conta a ligação entre os diversos setores da economia. A forma preço é muitas vezes camuflada por uma série de fenômenos que precisam ser levados em consideração quando se quer analisá-lo na realidade. Portanto, quando esses teóricos anunciam que o valor das mercadorias assim como do trabalho são hoje imensuráveis, não conseguem perceber as relações escondidas por trás desses episódios. Assim como não conseguem considerar que determinados setores na economia, mesmo sem participar da criação de valor, aparecem de forma independente e autônoma, ocultando, no entanto, sua dependência com os setores produtivos.

Portanto, quando considerada essa série de relações que se desenvolvem no seio da sociedade capitalista, percebemos que não existem problemas de aferição da teoria do valor nem para as novas formas de trabalho que aparecem e nem mesmo para seus resultados. Em posse dessa compreensão é possível perceber elementos que, embora aparentemente contraditórios, são essencialmente conexos à realidade desse sistema. A existência de trabalhadores assalariados que não geram valor, assim como a distância – ou até mesmo a ausência – das relações entre preços e valores tornam-se apenas peças chaves à junção dos pontos de toda essa dinâmica.

Invalidando assim o segundo ponto nas teses do imaterial – já que verificamos ser possível mensurar as atividades e resultados da produção intangível, passemos agora para o terceiro ponto, que é o suposto potencial revolucionário desse trabalho. Vimos que diferentemente do trabalhador convencional expropriado dos meios de produção, o trabalhador considerado imaterial se define pela posse de estoques de conhecimentos e habilidades (“matéria-prima” de suas próprias atividades) criados e compartilhados pelos indivíduos. O que significa que esses trabalhadores são, em princípio, proprietários de seus meios de produção e passam a ser considerados uma espécie de “capital humano” para as empresas: daí seu

caráter revolucionário. Como a socialização entre eles é considerada um momento essencial para abastecer suas capacidades laborais, através da troca de experiências e saberes, o tempo livre torna-se então central para a perpetuação desses trabalhadores. É desse modo que o trabalho imaterial, na medida em que se torna hegemônico (e remete a produção fabril à periferia do processo produtivo), desmorona as bases e a existência do próprio capitalismo, conforme prescrevem aqueles teóricos.

Ocorre que o suposto caráter anticapitalista das teses do trabalho imaterial não se sustentam quando analisamos a totalidade da teoria do valor de Marx. Estabelecendo aqui outro ponto de distanciamento com esses teóricos, o chamado trabalho imaterial não se apresenta como forma de ruptura do modo de produção capitalista, outrossim, suas relações de trabalho encontram-se determinadas pelo caráter capitalista da produção. Para chegar a essas constatações, basta observar as três principais considerações naquelas teses que fazem desse trabalhador um revolucionário em potencial: a propriedade dos meios de produção, a redução da produção fabril e a ampliação do tempo livre.

Em primeiro lugar, tratemos da propriedade dos meios de produção. Entendemos que não é possível conceber trabalhadores em posse de seus próprios meios de produção quando se verifica a venda necessária da força de trabalho. Os meios de produção não se restringem desse modo, ao mero conhecimento existente na mente do trabalhador e sim à trabalho morto cristalizado, isto é, máquinas e equipamentos indispensáveis à realização de qualquer processo produtivo. Os recursos necessários à realização de pesquisas e desenvolvimento nos mais variados setores, por exemplo – onde se encontram trabalhadores intelectualmente capacitados – extrapolam a contratação de mão-de-obra qualificada: exige vultosos dispêndios em materiais indispensáveis à realização dessas atividades. Os meios de produção não se limitam, portanto à capacidade intelectual desenvolvida de cada trabalhador, mas a todo capital necessário para pôr essa potência em ação<sup>61</sup>. Por outro lado, também se verifica que esses “trabalhadores imateriais” são expropriados dos produtos de seu trabalho – por meio das patentes, direitos

---

<sup>61</sup> Aqui é possível estabelecer um paralelo entre o operário fordista e o “trabalhador imaterial”: na medida em que este possui sua capacidade intelectual, aquele possui sua capacidade de trabalho. No entanto ambos somente adentram na produção unicamente como vendedores de sua própria força de trabalho, se opondo aos capitalistas, proprietários dos meios de produção.

autorais, etc. –, confirmando o domínio das relações de produção capitalistas nessas atividades. O trabalhador vende a força de trabalho e não se apropria do produto que gera (pertencente ao capitalista), garantindo desse modo a persistência da oposição capital x trabalho.

Em segundo lugar, vejamos a redução dos trabalhadores envolvidos com a produção fabril. O que percebemos, sobretudo, é o movimento de um sistema que tem como força motriz a crescente e intermitente produção de valor, e que como contradição intrínseca, tem a necessidade de, à medida que se valoriza, expurgar o elemento criador do mesmo, a força de trabalho. São nessas condições que a crescente robotização, por expelir os trabalhadores das fábricas, não pode ser interpretada como uma possibilidade de término do modo capitalista de produção, por reduzir a produção de mais valia. É justamente o contrário. O que move o capital é a busca pela ampliação de sua taxa de lucro, o que requer aumento da produção de mais valia em tempo cada vez mais reduzido. As transformações ocasionadas pela reestruturação produtiva só fazem afirmar essa condição, pois ao passo que exigia-se maior qualificação da força de trabalho, constituída de informações e conhecimento, uma massa de trabalhadores era expulsa das fábricas, então automatizadas. Ademais, o crescimento do setor de serviços<sup>62</sup> não pode ser pensado como um caminho à ruptura do modo capitalista de produção. Como vimos essas atividades podem criar valor assim como qualquer outra produção fabril, realizando-a inclusive em caráter acelerado. Ao contrário, a ampliação desse setor parece agilizar ainda mais os esquemas de reprodução do capital.

Terceiro, observemos a questão do tempo de trabalho que estaria hoje sendo reduzida para esses trabalhadores. Há que se considerar que a redução da jornada de trabalho mundial é um fenômeno histórico que vem ocorrendo desde fins do século XIX (quando o patamar desta era em torno de 18 horas diárias) em virtude das lutas e conquistas da classe trabalhadora (LEE; MCCANN; MESSENGER, 2009, p. 24). Além disso, é preciso observar que a jornada de trabalho ainda continua bastante elevada em muitos países, principalmente no setor de serviços como nas áreas de comércio atacadista e varejista, hotéis e restaurantes; transporte,

---

<sup>62</sup> Segundo relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) (2009), cerca de 3/4 da população empregada nos países desenvolvidos se encontram alocadas nesse setor e aproximadamente 1/5 nos países em desenvolvimento.

armazenamento e comunicações<sup>63</sup>. Segundo relatório da OIT de 2009, cerca de 22% dos trabalhadores do mundo cumprem jornadas superiores a 48 horas semanais, sendo que grande parte que se encontra realizando jornadas mais curtas, o fazem por estarem subempregadas e não porque têm um tempo livre a seu dispor (LEE; MCCANN; MESSENGER, 2009).

A análise das novas relações de trabalho só demonstram o caráter social do valor que se utiliza de formas mais ágeis para ampliar e se valorizar com mais rapidez. Além disso, vimos que a produção de bens intangíveis não altera os processos que circundam as relações sociais no âmbito da produção capitalista, ao contrário, essa produção reforça ainda mais as contradições entranhadas nesse sistema. Força de trabalho e meios de produção continuam sendo comprados, subsidiando igualmente uma relação que ainda não se desfez no seio da atual sociedade, a oposição capital x trabalho. Assim, uma leitura em consonância com o método marxista permite-nos encontrar nesse autor elementos mais que atuais para desvendar as armadilhas próprias de um sistema que desenvolve relações cada vez mais mistificadas.

\*\*\*

A fim de compreendermos mais precisamente a natureza das relações vivenciadas pelos “trabalhadores imateriais”, observaremos, a título de exemplo, a dinâmica que envolve a produção de um dos setores mais emblemáticos na configuração industrial “pós-fordista”: o de tecnologia da informação. Nesse sentido, o caso da maior empresa de tecnologia do mundo, a bilionária norte americana “Apple Inc.”, é elucidativo (pois expressa a realidade das principais empresas desse ramo). Os funcionários dessa megacorporação se adequam exatamente ao novo conceito de trabalho que sustentam as teses do trabalho imaterial: aqueles que não produzem mercadorias, mas informações e relações sociais. Constatamos essa condição na forma como a própria empresa divulga sua ideologia:

As pessoas na Apple não criam apenas produtos, criam experiências surpreendentes, que têm revolucionado indústrias inteiras. É a diversidade dessas pessoas e suas ideias que inspiram a inovação em tudo o que fazemos, da tecnologia de ponta aos esforços ambientais

---

<sup>63</sup> Cf. (LEE; MCCANN; MESSENGER, 2009, p. 88).

líderes do setor. Faça parte da Apple e venha ajudar a deixar o mundo melhor do que encontramos (APPLE, 2015a).

Parece que a Apple tende a priorizar em seu corpo de funcionários, não a simples fabricação de um produto, mas as relações que se desenvolvem em seu ambiente corporativo, facilitado por uma atmosfera que propicia a criação e inovação. Tal postura é reforçada pelo discurso de seus trabalhadores, como Cory Quinn, funcionário do setor de Marketing: “A cultura colaborativa da Apple é, sem dúvida, a melhor parte de trabalhar aqui. Eles não só permitem o intercâmbio de ideias. Eles querem isso” (APPLE, 2015a). A aproximação com a produção “pós-fordista” é ainda mais evidente quando se verifica que sua produção é completamente voltada para concepção de bens intangíveis, uma vez que a Apple não realiza a fabricação dos aparelhos eletrônicos que levam sua marca. Seu corpo de funcionários está alocado principalmente nas áreas de engenharia de hardware, engenharia de *software*, *marketing*, *desing*, promoção de vendas, sistemas e tecnologias da informação, suporte, dentre outras funções cujos resultados não podem ser palpáveis. Eis que sua configuração se assemelha enormemente ao modelo de produção no qual as teses do trabalho imaterial declaram hoje hegemônico e, portanto, eminentemente revolucionários.

Entretanto, sua distância ao modelo estritamente fabril se torna frágil quando analisamos a dinâmica laboral operada no interior dessa megacorporação. São elevadas horas de trabalho que precisam ser cumpridas diariamente além do extremo rigor imposto aos funcionários na execução de suas atividades. Encontramos essas evidências em importantes relatos de seus ex e atuais funcionários, uma vez que a empresa não divulga o modo como opera suas atividades. Estas são descritas, sobretudo ressaltando a ocorrência de: trabalho nos finais de semana, frequentes e-mails durante a madrugada (que devem ser respondidos), controle excessivo das atividades, além de constantes humilhações sofridas pelos funcionários por seus superiores. Tudo provocado, sobretudo pela exigência do incessante aumento de produtividade (EDWARDS, 2015). Tal conduta é confirmada ao verificarmos, por exemplo, que a Apple nos anos 1990 elaborou uma campanha, com intuito de elevar sua margem de produção, constringendo seus funcionários a utilizarem camisetas com a seguinte mensagem: “Eu trabalho 90 horas por semana e amo isso”(ISAACSON, 2011).

É assim que a “flexibilidade”, o “tempo livre” e a “produção de si” se esvaem ao constatarmos que na principal referência industrial do “capitalismo cognitivo<sup>64</sup>”, onde o conhecimento e a informação estão no centro dinâmico da produção – e exatamente onde o tempo de labor não mais importaria –, imperam o rigor e a exigência de elevadas horas a serem trabalhadas. Logo, nos valendo da observação de Terranova (2000, p. 33), percebemos que trabalhar na indústria digital não é assim tão divertido quanto fazem parecer. E isso nos remete a seguinte questão: como ser livre diante de tal subjugação ao capital?

Não obstante, a fim de examinar essa questão ainda mais de perto, adentraremos em um importante aspecto da cadeia produtiva de empresas como a Apple. Trata-se da relação das empresas produtoras de tecnologia da informação com seus fornecedores finais: aqueles que produzem os aparelhos eletrônicos que serão o suporte da produção intangível realizada pelas contratantes<sup>65</sup>. No caso da Apple, são mais de 400 fornecedores espalhados pelo mundo (deles 334 situam-se na China), que produzem todos os equipamentos eletrônicos idealizados pela companhia norte americana, como: computadores, telefones celulares, relógios, *tablets* e diversos acessórios. A empresa taiwanesa “Hon Hai Precision Industry Co.”, mais conhecida como Foxconn, é uma de suas principais fornecedoras e possui mais de um milhão de trabalhadores voltados para a fabricação dos componentes eletrônicos de empresas como a Apple. No entanto, mesmo havendo uma forte relação entre as duas empresas, em razão de suas relações contratuais, as relações de trabalho operadas na Foxconn parecem ocorrer de forma extremamente independente àquelas requeridas no interior da Apple. A começar pelas jornadas de trabalho que chegam a 16 horas diárias (em virtude das horas extras), salários extremamente baixos (cerca de 2 dólares por hora) e condições altamente insalubres, como a exposição à componentes químicos fortemente nocivos à saúde como a cancerígena benzina e o N-hexano, que leva muitos empregados contraírem leucemia. Ademais, o trabalho é realizado de forma

---

<sup>64</sup> Referimo-nos aqui ao “capitalismo cognitivo” de modo similar à “era da informação”, “pós-fordismo”, dentre outras denominações que os teóricos do trabalho imaterial utilizam para se reportarem ao momento histórico atual no qual a produção estaria centrada na geração de conhecimento e informação através do trabalho imaterial.

<sup>65</sup> É importante ressaltar que esses não são simples fornecedores de matérias-primas, trata-se de um segmento da cadeia da produção de tecnologia que foi desvinculada da matriz e realizada de forma terceirizada, mas que mantém vínculos extremamente estabelecidos como a empresa “mãe”. Trata-se de uma atividade fim da empresa que foi repassada para uma terceira, que se torna sua fornecedora exclusiva.

extremamente controlada e rigorosamente repetitiva, havendo inclusive um número máximo de pausas permitidas. As condições de trabalho na gigante Foxconn chegam a ser tão degradantes que por vezes alguns funcionários chegam a cometer suicídio, saltando de seus próprios prédios, fato que levou a empresa a instalar redes de proteção em suas unidades<sup>66</sup> (WHITE, 2014).

Além disso, há outros importantes impactos gerados ao longo da cadeia de tecnologia da informação. A extração mineral, necessária em muitos dispositivos tecnológicos, por exemplo, gera profundos danos ao meio ambiente e aos trabalhadores envolvidos nessas atividades, como no caso da extração de estanho, cujo uso é indispensável soldagem dos *smartphones*. A sua extração, como na Ilha de Banka na Indonésia, ocorre em situações extremamente danosas a seus trabalhadores (onde também se utiliza de mão de obra infantil), envolvendo-os em constantes acidentes de trabalho.

A dinâmica por trás da produção de tecnologia da norte-americana “Apple Inc”, expressão da realidade de grande parte das empresas que operam nesse ramo, nos leva a duas principais conclusões: primeiro, mostra que há uma mistificação da quantidade de pessoas envolvidas na produção de tecnologia e, segundo, que a força de trabalho do operário fabril continua por trás da produção de mercadorias de elevado cunho tecnológico. Sendo assim, a “era da informação” anunciada pela teoria do trabalho imaterial parece estar, portanto, muito distante de alterar as bases do sistema capitalista. Ao contrário, a produção de conhecimento está estreitamente relacionada ao que há de mais fabril no processo de produção: trabalho repetitivo, parcelado, jornadas extensas e condições insalubres. A produção de tecnologia da informação nos dá exemplos claros de que, apesar de haver uma crescente produção intangível em todo o mundo, esta não coloca em cheque o modo de produção vigente. Sua produção além de estar arraigada em condições

---

<sup>66</sup> Apesar de todas essas evidências, que são fatos noticiados cotidianamente, a Apple afirma estar preocupada com as condições de trabalho executadas no interior de suas empresas fornecedoras, como ela demonstra em sua própria página institucional na Web: “Every supplier that does business with Apple must demonstrate the highest commitment to protecting workers’ rights. This includes abiding by a maximum 60-hour workweek. Last year, 92 percent of all our suppliers’ workweeks were compliant with our 60-hour maximum standard. It also means holding suppliers accountable to ethical hiring practices. In 2014, we helped over 4500 foreign contract workers recoup US\$3.96 million in excessive fees paid to labor brokers. Our dedication to human rights even extends to using more conflict-free minerals in our products” (APPLE, 2015b). É curioso notar o limite da jornada que a Apple estabelece para esses trabalhadores: 60 horas semanais. Este parece estar bem distante do tempo livre que a teoria do trabalho imaterial afirma estar sendo disponibilizado aos trabalhadores.



claramente capitalistas – não há, entre esses trabalhadores, do ponto de vista da criação ou do controle, nenhuma diferença entre o operário fordista – está necessariamente alinhada a uma produção tangível que se realiza num modelo tipicamente industrial <sup>67</sup>.

\*\*\*

Por fim, lançamos mão da interpretação de Marx para revelar a essência por trás das atuais modificações:

“Dadas a intensidade e a produtividade do trabalho, o tempo que a sociedade tem de empregar na produção material será tanto menor e, em consequência, tanto maior o tempo conquistado para a atividade livre, espiritual e social dos indivíduos, quanto mais equitativamente se distribua o trabalho entre todos os membros aptos da sociedade e quanto menos uma camada social possa furtar-se à necessidade natural do trabalho, transferindo-a para outra classe. Então, a redução da jornada de trabalho encontra seu último limite na generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho” (MARX, 2003b, p. 602)

### 3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos nesse capítulo como a crítica marxista vem se posicionando a respeito das teorizações sobre o trabalho imaterial. Para isso, analisamos importantes contribuições críticas a esse debate assim como o incrementamos com nossa análise. Percebemos que os principais argumentos levantados pela crítica revelam, sobretudo, como aquelas teses são construídas sobre frágeis interpretações da

---

<sup>67</sup> Huws (1999, p. 38) apresenta a contradição existente entre a produção de tênis Nike e o gasto com sua publicidade. Ela relata que em 1995, cerca de duas mil mulheres na Indonésia estavam empregadas fabricando caçados para a Nike e recebiam menos que o salário mínimo estipulado pelo governo local, cerca de 1,8 dólares por dia, trabalhando em média 60 horas por semana. Em contraste, ela explana que, Michael Jordan recebeu sozinho em 1993 mais que 20 milhões de dólares por permitir que sua imagem fosse associada aos produtos dessa empresa: o equivalente ao custo para produzir mais que 19 milhões de pares de tênis Nike na Indonésia. E assim conclui: “[...] *Traditional economics allow us to understand the very small proportion of the cost of the final shoe attributable to the labor involved in its manufacture as the super exploitation of a vulnerable group of workers; the ‘new’ economics simply renders them invisible*”.

teoria do valor e desse modo permite que própria teoria de Marx seja capaz de refutar seus apontamentos centrais.

Sumarizando as contribuições aqui expostas, vimos que Ricardo Antunes evidencia dois principais elementos que podem ser contestados nas teses do trabalho imaterial. Em primeiro lugar trata-se da desconsideração por parte de seus autores das categorias de trabalho abstrato e concreto, que segundo ele, obscurecem aquelas análises, visto que a extinção do trabalho em sua dimensão concreta põe em cheque inclusive a própria existência humana. O outro ponto seria a questão do tempo livre, que conquistado dentro da própria lógica do capital jamais pode ser interpretado como momento de libertação do trabalhador, mas como uma espécie de tempo livre negado, uma vez que ele é aproveitado pelo próprio capital. Assim, evidenciando as fragilidades teóricas presentes naquelas teses, Antunes constata que a despeito da evidente inserção tecnológica nos processos de produção, o trabalho continua no centro da criação de valor situando-se cada vez mais fragmentado e heterogêneo. Para ele, as verdadeiras transformações nas relações de trabalho se deram, não devido à ampliação de uma força de trabalho mais qualificada, mas a uma maior interseção entre as diversas formas de trabalho: produtivo e improdutivo, material e imaterial, formal e informal, que complexificou ainda mais a “classe daqueles que vivem do trabalho”.

Henrique Amorim centraliza sua crítica à concepção de classes sociais que, segundo ele, foram esquecidas nas teses do trabalho imaterial. A desconsideração da noção de classes, conforme ressalta, faz com que os fenômenos históricos sejam interpretados por aqueles autores somente do ponto de vista econômico. Ou seja, as transformações decorrentes do avanço das forças produtivas são analisadas somente tendo em vista o aspecto técnico dessas modificações. Desse modo, o fim do capitalismo é previsto pelos teóricos do trabalho imaterial apenas como uma passagem que já estaria pré-determinada historicamente. Desconstruindo essas noções, Amorim demonstra como a análise marxista é necessariamente vinculada à consideração do papel das classes sociais para a compreensão dos fenômenos históricos, evidenciando dessa forma a impossibilidade da libertação do trabalhador das amarras do capital sem uma transformação completa do interesse das classes. Ele então argumenta que o avanço tecnológico não é suficiente para vislumbrar a libertação dos trabalhadores e a superação do sistema capitalista de produção sem a necessária luta dos trabalhadores para obter essa liberdade.

Já as críticas realizadas por Eleutério Prado destacam o carácter fetichista presente nas teorizações sobre o trabalho imaterial. Nesse sentido Prado demonstra como essas teorias se valem de percepções que confundem a forma da relação social com aquilo que lhe dá suporte. O próprio conceito de trabalho imaterial é construído dentro dessa condição, uma vez que é a sua forma concreta que é capaz de desmoronar as bases da teoria marxista e do próprio modo de produção capitalista. Assim, a teoria do trabalho imaterial é associada à teoria neoclássica, pois a partir do momento que a capacidade de trabalho específica do trabalhador imaterial é geradora de valor, independente das relações de produção em que esta se insere, ela é então tomada como um mero fator de produção. A percepção fetichista das relações, segundo Prado, fazem com que os teóricos do trabalho imaterial atribuam valor ao valor de uso da força de trabalho. No entanto, Prado apresenta um ponto de convergência com a teoria que critica: ele admite que hoje, tendo em vista à elevação do uso das capacidades não cognitivas dos trabalhadores durante a produção, houve uma desmedida do valor, ocasionando a necessidade de se encontrar novas formas para medi-lo que não o simples cálculo das horas dispendidas, mas também dos aspectos qualitativos envolvidos na produção.

Além dos principais autores críticos apresentados, realizamos nossas observações à teoria do trabalho imaterial tendo em vista a refutação de seus três principais elementos apresentados no capítulo anterior. Demonstramos primeiramente que o próprio termo trabalho imaterial é inapropriado tendo em vista o método marxista de análise: o materialismo histórico. Dentro dessa abordagem, toda ação humana é considerada material, logo todo trabalho por constituir-se um ato humano é igualmente material<sup>68</sup>. Assim, a hegemonia de um trabalho imaterial perde seu sentido uma vez que inexistente qualquer ação humana que possa ser considerada imaterial. Em segundo lugar, a possibilidade de mensuração tanto do trabalho considerado imaterial como de seus resultados tornam-se factíveis quando valemos da própria teoria de Marx para subsidiar nossas análises. Assim uma apropriada compreensão do valor da força de trabalho nessa teoria, bem como a demonstração do caso da indústria dos transportes para mensurar as atividades de serviços, desconstruem a impossibilidade de mensuração proclamada pela teoria do trabalho

---

<sup>68</sup> “[...] Dessa forma, qualquer atividade humana, seja ela intelectual ou manual, fundamenta-se, desde Marx, como um processo no qual **subjetividades são objetivadas** em um modo de produzir, em um modo de vida [...]” (AMORIM, 2014, p. 35 grifo nosso).

imaterial a esses elementos. Portanto, independente das transformações do perfil da classe trabalhadora e dos resultados por ela gerados, atestamos a persistência aritmética contida nos cálculos necessários à análise do valor-trabalho. De todo modo, associamos a essas considerações as análises das categorias de trabalho produtivo e improdutivo, assim como dos preços de produção de Marx para evidenciar as dificuldades analíticas da teoria do trabalho imaterial ocasionadas pela falta de apreensão das categorias de análise marxistas. A relação entre tangibilidade e produtividade é, por exemplo, comprovada de forma completamente inequívoca – assim como materialidade e físcidade<sup>69</sup>. Por último, o caráter revolucionário do trabalho considerado imaterial foi contestado a partir de três pontos. Assim, o conhecimento próprio desse novo trabalhador não foi considerado elemento suficiente para entendê-lo como proprietário dos meios de produção, nem a redução do trabalho fabril foi aceito como argumento para vislumbrar o fim da sociedade capitalista e nem mesmo o tempo livre apresentou-se como uma realidade concreta para a maior parte dos trabalhadores do mundo. Logo, a força de trabalho de caráter intelectual apresentada naquelas teorias foram vistas apenas como trabalhadores subjugados à lógica capitalista de dominação.

Entretanto, há um ponto essencial, que merece o olhar crítico dos pensadores marxistas, levantado naquelas teorizações, que refere-se à comercialização de conhecimento no capitalismo. Aqui referimo-nos aos direitos de propriedade intelectual existentes nas formas de marcas, patentes, direitos autorais, etc. – questão evidenciada, sobretudo por Gorz<sup>70</sup>. Trata-se de um campo de pesquisa ainda pouco explorado pelo marxismo e que precisa de sua atenção, dado o crescente volume financeiro que vem sendo transacionado mundialmente nesta área. Quais seriam, assim, os impactos dessa produção para as relações de trabalho? Como entender a relação existente entre empresas detentoras de patentes e aquelas direcionadas exclusivamente para a produção do aparato físico desses direitos? Haveria no interior dessa lógica uma estrita produção de valor ou somente

---

<sup>69</sup> “[...] A materialidade passa a ser entendida, dessa forma, como sinônimo de físcidade. Com isso, a perspectiva histórica, fundamentada pela síntese de relações sociais antagônicas, reduz-se à materialidade das coisas físicas, como se essas coisas não fossem, elas também, expressão e síntese de relações sociais” (AMORIM, 2014, p. 39).

<sup>70</sup> “Nessa situação, um duplo problema se coloca para a economia capitalista: o da solvência da demanda para o que é produzido com cada vez menos trabalho; e o problema da “capitalização” e da valorização de um produto, o conhecimento, do qual, para o capital, trata-se de se apropriar para impedir que ele se torne um bem coletivo, e de fazê-lo funcionar como ‘capital imaterial’” (GORZ, 2005, p. 37).

apropriação, de forma semelhante ao que ocorre em outras formas autonomizadas do capital<sup>71</sup>? A fim de esclarecer essas questões, dirigiremos nossa análise para este ponto: o conhecimento enquanto mercadoria.

---

<sup>71</sup> Capital portador de juros e comercial, por exemplo.

## 4 A PRODUÇÃO IMATERIAL E A COMERCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTO

Vimos no capítulo anterior como as teses do trabalho imaterial podem ser refutadas sob o prisma do paradigma teórico marxista, afirmando por sua vez a persistente contemporaneidade desta teoria. No entanto, percebemos que apesar dos problemas teóricos contidos nas elaborações acerca do trabalho imaterial, essas teses levantam uma questão pertinente: a existência de uma produção imaterial no capitalismo contemporâneo, a produção de conhecimento.

Tal constatação, evidenciada sobretudo por Gorz, nos remete a uma análise fundamental: como o termo imaterial pode ser compreendido em consistência com o método materialista histórico de Marx? Percebemos que há uma incompreensão acerca de sua verdadeira natureza, fato que leva os teóricos do trabalho imaterial, a classificarem os setores produtores de serviços – produtivos e materiais para Marx – como parte da produção imaterial. Segundo eles, esses setores, por serem produtores de resultados intangíveis, deixam de pertencer à lógica da produção material e desse modo desvincula-se da produção de riqueza gerada pelo trabalho. Já revelamos aqui como a noção de materialidade de Marx não tem relação com a corporeidade física das coisas e, comprovamos assim, como a determinação dos preços dos serviços ainda se assentam sobre a magnitude de seus valores.

Nesse capítulo discutiremos em que consiste a verdadeira produção imaterial, desenvolvendo uma apropriada compreensão para esse termo e, por seguinte, veremos como esta se insere na lógica de produção capitalista. Vimos que essa produção, apesar de destacada pela teoria do trabalho imaterial, é confundida com uma produção plenamente material, levando a um desconhecimento, por parte daqueles teóricos, da forma como se determina seu preço. No intuito de desvendar as dúvidas que ainda permeiam as teses do trabalho imaterial, buscaremos resolver essa questão mediante os seguintes termos: a produção de conhecimento, considerada imaterial, pode ser explicada pela teoria marxista do valor? A resposta alcançada por Gorz para essa questão, por exemplo, é negativa, pois essa produção funcionaria dentro de uma dinâmica, em última instância, distinta daquela produção considerada como material, uma vez que em suas palavras, o conhecimento “[...] pode ser reproduzido em quantidades ilimitadas a um custo desprezível, e partilhada

sem ter de passar pela forma valor (pelo dinheiro) [...]” (GORZ, 2005, p. 36) e, portanto, inexplicável pela teoria de Marx.

Desse modo, para cumprir com nosso objetivo, primeiramente procuraremos entender o que é o imaterial e como esse se relaciona com a produção material no capitalismo. Entenderemos, assim, como ele pode ser apropriado e vir a se tornar uma mercadoria. Em seguida, será necessário verificar como o imaterial se insere no ciclo de acumulação capitalista, apreciando essa produção. Após, veremos como um capital da produção imaterial aparece com seu próprio ciclo de reprodução, autonomizando-se frente ao capital industrial. Por fim, realizaremos nossas considerações finais sobre esse tema, quando será possível responder a questão colocada acima.

#### 4.1 O QUE É IMATERIAL ?

Ao conceber o mundo como algo plenamente material, a filosofia materialista de Marx reconhece a existência concreta de tudo que se encontra fora da consciência humana. Os múltiplos e variados fenômenos do mundo são apreendidos como movimentos da própria matéria, que desenvolvem e modificam a realidade material. Percebendo, desse modo, que o mundo concreto é composto por tudo aquilo que se apresenta diferente do sujeito pensante, a imaterialidade somente pode ser compreendida como algo que não se objetivou do indivíduo, isto é, naquilo que lhe é subjetivo: sua consciência.

Portanto, imateriais são as ideias. É tudo aquilo que se encontra reservado na mente humana: os pensamentos e elaborações da psique. Ou seja, são as representações que os seres humanos elaboram de sua realidade, de seu contato com a objetividade do mundo e são reproduzidos por eles em sua consciência – uma vez que ela é, desde o início, um reflexo da experiência do homem com o mundo material<sup>72</sup>. Assim, enquanto de um lado há o mundo material, realidade concreta e viva perante os indivíduos, de outro há representações sobre ele, que correspondem a toda imaterialidade do mundo, viva em um só lugar: na mente humana – assim, fruto da interação do sujeito com a realidade concreta.

---

<sup>72</sup> “[...] [A consciência] não é desde o início, consciência ‘pura’. O ‘espírito’ sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Na medida em que os indivíduos produzem e reproduzem suas condições materiais, eles também produzem representações de si mesmos: sua consciência é desde sempre um produto social. Suas ideias e reflexões são, portanto, reproduções da realidade concreta no pensamento humano. Quer dizer, o mundo material é o espelho para a existência do imaterial<sup>73</sup>. Destaca Laymert Garcia dos Santos (1982, p. 47):

“Ocorre que os homens pensam e, como seres pensantes, representam para si mesmos e para os outros o que fazem. Essas representações, esse pensamento, são uma emanção direta de como se comportam. Então os homens produzem e pensam, produzem materialmente e produzem representações, ideias sobre a sua produção material. Representações e ideias que também são condicionadas pelas mesmas condições materiais de produção. Essas representações, essas ideias, formam a consciência; uma consciência que é determinada pela produção [...]”

Ao desenvolverem as bases da dialética materialista, Marx e Engels (2007, p. 35) apontam para a existência de dois níveis distintos de consciência. A primeira seria aquela imediata, resultante do primeiro contato do sujeito com o meio sensível: é puro reflexo. Já a segunda seria uma consciência racional, em que o homem domina sua interação com o objeto e, dessa forma, determina e conduz, a seu modo, suas relações com o mundo. A consciência de seu domínio sobre a natureza faz do homem um agente transformador, que se apropria da materialidade do mundo conferindo-lhe vida útil em vista de sua satisfação. São suas ideias, portanto, produto de suas interações com o meio objetivo, que os conduzem ao seu desenvolvimento enquanto ser social, levando-os a encontrar utilidades e criar necessidades – para si mesmos – à medida que trilham seu caminho sob o solo da história.

Há que ressaltarmos que as ideias sempre acompanharam o homem nas intervenções sobre seu meio e que a busca por suas satisfações sempre o levaram a produzir e encontrar valores-de-uso para atender suas incessantes necessidades, constituindo-se em “[...] fatos históricos a descoberta dos diferentes modos, das diversas maneiras de usar as coisas [...]” (MARX, 2003a, p. 57). No entanto, do mesmo modo que as ideias permitem aos seres humanos verem utilidade nas coisas

---

<sup>73</sup> “As representações que esses indivíduos produzem são representações, seja sobre sua relação com a natureza, seja sobre suas relações entre si ou sobre sua própria condição natural. É claro que em todos esses casos, essas representações são uma expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades, de sua produção, de seu intercâmbio, de sua organização social e política [...]” (Nota de Rodapé MARX; ENGELS, 2007, p. 93).



concretas, os valores de uso somente se lhe apresentam, mediante a materialização de seu pensamento, de sua ação. E ainda que esta ação constitua-se em uma realidade material, a ideia sobre ela permanece como uma representação mental da coisa material em uso e, portanto, imaterial. Vejamos a coisa mais de perto.

À medida que o homem altera suas condições materiais, também modifica seu pensamento<sup>74</sup> – uma vez que sua consciência é produto de sua interação com a realidade sensível –, diversificando com isso suas formas de enxergar utilidade nas coisas concretas. Eis que suas ideias se materializam em ações, em atividades úteis para a sociedade (i.e, trabalho), que produzem valores de uso. Entretanto, mesmo que suas ideias se concretizem por meio da ação humana, elas ainda permanecem subjetivadas na mente do indivíduo e, desse modo, não se constituem cristalização de trabalho – embora os valores de uso produzidos pelas ações imbuídas desses pensamentos, sejam, efetivamente, trabalho humano cristalizado<sup>75</sup>.

Voltemos nossa atenção para esse ponto: o valor de uso. Se, por um lado, a utilidade das coisas é revelada para o homem por meio de seu pensamento (determinado por seu contato com o mundo sensível), por outro, ela somente se concretiza através do consumo das propriedades materiais dessas coisas – que são destruídas quando completamente consumidas. Afirma Marx (2003a, p. 58): “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mercadoria, só existe através delas. [...] O valor de uso só se realiza com a utilização ou consumo [...]”.

Tal perspectiva engendra na seguinte percepção: as ideias executadas resultam em elementos materiais (objetos ou atividades) sem, contudo, serem consumidas. Ou seja, à medida que ideias são postas em prática, resultados materiais são obtidos e o mundo é seguidamente modificado, ao passo que as ideias continuam estáticas, invioladas. A execução de uma ideia materializa o que antes era somente imaginação. Ele pensou e a ideia foi executada: eis a matéria. Assim pondera Feuerbach: “Realizar-se para o pensamento significa negar-se, deixar de ser mero pensamento. Mas o que é então esse não pensar, esse diferenciar-se do

---

<sup>74</sup> “[...] pois o ser é determinado por sua existência concreta, real, é ela quem impõe limites ao pensamento [...]” (SANTOS, 1982, p. 26).

<sup>75</sup> “O que é a consciência senão esse ser irreduzível *que não pode tornar-se objeto de nenhum outro*, porque transforma todas as coisas em objetos, em predicados de si mesmo”? (grifo nosso SANTOS, 1982, p. 27)

pensamento? O sensível. Realizar-se para o pensamento significa pois tornar-se objeto dos sentidos <sup>76</sup>” (Feuerbach, 1975 apud SANTOS, 1982, p. 26).

Nesse âmbito percebemos que as ideias jamais podem ser úteis enquanto tão somente ideias, pois “[...] enquanto ato puro, o pensamento não chegaria a nada se ficasse em si mesmo, se não se deixasse invadir pelo sensível [...]” (SANTOS, 1982, p. 26). Por exemplo. A ideia de entrar no rio e refrescar-me, me leva a realizar essa ação, ela é concretizada, o ato consumido e a realidade transformada. Já não sou a mesma pessoa e nem o rio é o mesmo<sup>77</sup>. A representação, contudo está preservada: ainda posso me imaginar entrando pela primeira vez naquele rio. Embora a ação modifique a realidade, a ideia dela é algo estático, tudo se modifica, exceto a ideia<sup>78</sup>. A utilidade foi, portanto, extraída da **ação** – na medida em que seus elementos materiais foram consumidos durante esse processo – e não de sua **representação**, que se encontra imaterializada na consciência humana. Ao passo que é a sensibilidade que determina o pensamento, este se objetiva num produto de si próprio – da consciência – sem, contudo, cindir-se de seu próprio sujeito. Pois, o ser que pensa não é separado do ser real que vive e é condicionado pelos objetos de sua própria realidade. As ideias fazem do homem um ser consciente, mas somente por meio de suas ações, que se torna um ser histórico. Afinal, o imaterial não é nada sem o objeto (o material), pois é nele que a consciência se realiza e se revela – mas não se consome.

#### 4.2 A PROPRIEDADE IMATERIAL

Diante de tudo que foi exposto até agora, podemos compreender como imaterial todo pensamento humano. Ou melhor, as representações mentais elaboradas pelos indivíduos acerca de sua realidade. São imateriais as ideias, que –

---

<sup>76</sup> Com já indicamos, Marx é um grande crítico de Feuerbach. Mas, é preciso ressaltar que a filosofia marxista conserva os avanços realizados por este autor na transformação do idealismo hegeliano naquilo que corresponderia os primeiros passos rumo ao seu método materialista: da primazia do concreto perante a consciência. Nesse sentido, podemos dizer que o materialismo de Marx é a superação dialética da oposição entre o idealismo de Hegel e o materialismo de Feuerbach. Cf. Marx e Engels (2007).

<sup>77</sup> “Nós não podemos nunca entrar num mesmo rio, pois como as águas, nós mesmos já somos outros” (Heráclito apud OSBORNE, 2013, p. 107).

<sup>78</sup> “[...] E o que é a consciência senão o entendimento, esse ‘sujeito absoluto’, esse ser único que consome todas as coisas *sem ser consumido por elas* porque é o único que se satisfaz e se consome a si mesmo?” (SANTOS, 1982, p. 29 grifo nosso).

enquanto apenas idealizações mentais – não têm utilidade alguma, mas, revelam valores de uso nas coisas na medida em que praticadas, isto é, na medida em que realizadas e, transformam o mundo material sem, contudo serem destruídas.

Ocorre que ideias sempre existiram. A peculiaridade do momento atual reside no fato de que agora elas são alvo de apropriação privada, sob a forma do que conhecemos como propriedade intelectual. Mas, em que consiste a propriedade privada? Segundo Marx e Engels (2007, p. 89), ela é a expressão do estágio de desenvolvimento da sociedade:

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (MARX; ENGELS, 2007, p. 89)

Vivemos atualmente num momento histórico no qual há uma nova propriedade privada e também há um novo ramo de especialização do trabalho. Com o surgimento da propriedade intelectual, uma produção voltada exclusivamente para a geração de representações pôde existir. Surgem divisão do trabalho e a propriedade privada como duas faces de um mesmo elemento. Ou seja, a partir do momento que a divisão do trabalho se especializa de tal modo que a produção de ideias torna-se um ramo econômico específico, o resultado desse trabalho é passível de apropriação. Ao mesmo tempo, somente após o surgimento da propriedade privada de seu produto é que esse ramo pode realmente existir como parte autônoma dentro da divisão social do trabalho.

Não obstante, uma questão pertinente se coloca diante de nós nesse contexto: como pode existir propriedade de algo que não é material? Isto é, como estabelecer a propriedade de algo que existe apenas no pensamento humano? Isso é possível mediante um monopólio, ou seja, através de um poder coercitivo que impede outros de agirem com base em uma determinada ideia. Um poder que permite apenas aqueles que conquistaram certo direito a terem permissão para explorar, com suas ações, uma ideia em questão. Assim, estabelecido o monopólio legal das ideias, elas se tornam vendáveis e, então, aparecem para a sociedade como mercadorias. Afinal, para que algo seja comercializado, basta que seja monopolizável. Sobre esse ponto, afirma Marx:

“[...] cabe registrar que o preço das coisas que não têm por si nenhum valor, ou seja, que não são produtos do trabalho, como a terra, ou que ao menos não podem ser reproduzidas mediante trabalho, como antiguidades, obras de arte de determinados mestres etc., pode ser determinado por combinações casuais. **Para vender uma coisa é preciso apenas que seja monopolizável e alienável**” (MARX, 1983, p. 137 grifo nosso).

Uma vez monopolizada, as ideias podem tornar-se propriedades transacionadas no mercado. Elas aparecem como mercadorias, embora não sejam mercadorias de fato. Vejamos. Segundo Marx, a mercadoria é uma unidade composta por duas características: valor de uso e valor. O valor de uso, como já vimos, se expressa com a utilidade, com o consumo das propriedades materiais das coisas. Já o valor é uma propriedade social desses valores de uso, é uma relação social de produção em que produtos do trabalho humano tornam-se intercambiáveis por outros, determinando a forma como os diversos membros da sociedade se relacionam entre si. A forma de se manifestar do valor é o valor de troca: a proporção em que valores de uso são trocados por outros, ou melhor, a razão da quantidade de trabalho social cristalizada em cada valor de uso. O valor de troca é uma relação quantitativa, ele é a expressão numérica da magnitude do valor<sup>79</sup>. E o valor de uso é o seu suporte material: “[...] os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca” (MARX, 2003a, p. 58). As mercadorias são, portanto coisas, “objetos externos” que, ao mesmo tempo, devem ser frutos do trabalho humano, úteis para os indivíduos (independente da proveniência dessa utilidade) e, produzidas para o intercâmbio. Elas são resultados úteis do trabalho, realizado em uma determinada relação social de produção<sup>80</sup>.

Vejamos, agora, se a mercadoria imaterial possui as propriedades necessárias para se tornar de fato uma mercadoria. Em primeiro lugar, ela não possui valor de uso, visto que são as propriedades materiais das coisas que as permitem serem úteis: “[...] As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão as mercadorias, por fazerem destas valores-de-uso [...]” (MARX, 2003a, p. 59). Uma vez que não possuem valor de uso, elas não se mostram como suporte material adequado para o valor – dado que são imateriais. Entretanto, isso não se

---

<sup>79</sup> “O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço” (MARX, 2003a, p. 58).

<sup>80</sup> É importante ressaltar que nem todo valor de uso é um produto do trabalho, como por exemplo, o ar, a terra virgem, etc. E também nem todo produto do trabalho humano é uma mercadoria, como aqueles produzidos para satisfazer necessidades individuais. Cf. Marx (2003a, p. 63).

configura em um problema, uma vez que, em segundo lugar, igualmente ela não possui valor. Quer dizer, ela não é a cristalização do trabalho humano, pois se trata de uma ideia (e não de uma ação ou um objeto). No entanto, como pode ser monopolizada, ela possui “valor de troca”, visto que é passível de comercialização. Por isso, ela aparece como algo que tem valor. Contudo, sabemos que, para vender algo é apenas preciso que este seja uma propriedade, e é justamente essa possibilidade que faz com que coisas que não possuam valor de uso, e nem mesmo valor, sejam vendáveis e tenham, portanto, um preço. Notemos a interpretação de Marx :

“A forma preço não só admite a possibilidade de divergência quantitativa entre magnitude de valor e preço, isto é, entre magnitude de valor e sua própria expressão em dinheiro, mas também pode esconder uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de ser expressão do valor, embora o dinheiro seja apenas a forma do valor das mercadorias – por exemplo, honra, consciência, etc. -, podem seus donos considerar alienáveis por dinheiro, e, assim, receber, por meio de seu preço, a forma de mercadoria. Uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem ter valor. A expressão preço torna-se, aqui, imaginária, como certas grandezas da matemática [...]” (MARX, 2003a, p. 130).

É a própria existência da forma preço que permite que coisas tomem a forma de mercadoria, mesmo não possuindo as propriedades necessárias para tal. Há valores de uso que, embora não possuam valor (pois sua produção não é resultante do trabalho humano), tenham preço, como por exemplo, a terra virgem. A propriedade imaterial também guarda em si essa contradição inerente à forma preço, visto que é algo que mesmo sem possuir valor e valor-de-uso, tem um preço. Para melhor a entendermos, notemos como isso ocorre a partir da mais disseminada das propriedades intelectuais (imateriais): os softwares.

Softwares são programas de computadores largamente comercializados por todo o mundo, e por isso, extremamente difundidos na sociedade. Mas, como são constituídos? O software nada mais é que uma sequência de instruções escritas para serem interpretadas por uma máquina, com o objetivo de que esta execute tarefas específicas. Trata-se assim, de uma sequência numérica que, uma vez inserida em um computador, permite que o mesmo desempenhe uma função determinada. A própria legislação brasileira sobre direitos autorais é clara sobre sua descrição:

Programa de computador é a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados (BRASIL, 1998, grifo nosso)

Percebe-se desse modo que os softwares são apenas registros de informações sobre uma forma específica de utilização de uma máquina. Informações essas que, a despeito de não possuírem valor de uso, revelam valores de uso da própria máquina, isto é, valores de uso que já estavam presentes na mesma, mas que até então não haviam sido desvelados. A cada novo software descoberto, ou melhor, a cada nova forma de se organizar os dados dos computadores, seja por meio de editores de texto, jogos e planilhas, novas formas de utilizarmos essas máquinas nos são mostradas. E por mais que sejam utilizados, os softwares não se desgastam, permanecem intactos. Os computadores por sua vez são consumidos até não mais funcionarem. O valor-de-uso desgasta-se. O imaterial é coisa idêntica, não importando quantas vezes é empregado em uma máquina. Diferencia-se por não se destruir no ato do consumo, mas ao contrário, expandir-se (LAZZARATO; NEGRI, 2013b, p. 66). Ora, uma ideia, quanto mais tornada prática, mais se difunde sem, contudo, ser destruída. Um valor-de-uso quando utilizado é diminuído, é consumido, encontra seu fim.

Vejamos mais de perto esta questão observando o funcionamento de um software específico: um programa que permite os telefones celulares funcionarem como lanterna. Este programa permite que os telefones celulares obtenham a função de uma lanterna. Mas, um aparelho só pode ser utilizado desse modo pelo fato de já possuir em seu aparato físico (i.e, em sua materialidade concreta) os elementos necessários para desempenhar essa função. Seja por possuir um flash acoplado em sua câmera, ou por ter um visor com capacidade de iluminação adequada, são suas características físicas que lhe permitem funcionar como um valor de uso diverso daquele para o qual foi originalmente produzido: não será só mais um telefone, mas também uma lanterna. Uma nova instrução dos dados faz com que uma nova utilidade do aparelho seja revelada, utilidade essa que já era potencialmente presente no objeto material em questão. Assim, ao longo de sua vida útil, o telefone celular desempenhando a função de uma lanterna irá desgastar-se até o ponto que a sua luz não irá mais funcionar, pois será totalmente consumida.

Todavia, a instrução de seus dados que fazem dele uma lanterna, permanecerá intacta, podendo inclusive ser inserida em outro aparelho, quando o primeiro for completamente destruído<sup>81</sup>. Daí se conclui que um software não é um valor de uso, pois trata-se de um conjunto de informações, de organizações de dados, que irão revelar uma nova utilidade de uma máquina. São apenas formas diversas de instruir os dados de um processador para que o mesmo possa ser operacionalizado de forma determinada<sup>82</sup>.

Nesse sentido, a propriedade intelectual dos programas de computador não são mais que o monopólio sobre formas de organização dos dados das máquinas que se garante por meio da supressão do direito, daqueles que não pagarem a devida licença ao seu proprietário, de utilizarem seus computadores de um modo determinado. É a monopolização de uma ideia sobre uma possível utilidade de um processador de dados. Portanto, ao se comprar uma propriedade intelectual – ou, uma propriedade imaterial – não se compra um produto, mas um direito de agir com base em determinada informação. É tão nítida essa situação que, se de forma independente um indivíduo digitar em seu computador uma série de instruções que o possibilite utilizá-lo de um modo já garantido por direito autoral, ele será obrigado a pagar uma licença, mesmo que tenha descoberto sozinho tal informação. Por outro lado, se ele compra a licença de um software e, ao mesmo tempo, instalar em sua máquina a mesma versão obtida de forma ilegal (pirata), não será punido, pois já havia pago pelo direito de utilizá-lo dessa forma específica.

Quando se transaciona um software, o que o comprador adquire é o direito de usar sua própria máquina de determinada maneira. Não é de modo algum, portanto, um produto do trabalho humano (trabalho cristalizado), pois mesmo que o usuário reinvente e escreva, ele mesmo, os códigos do software em questão no seu aparelho, ou seja, mesmo que o software utilizado seja fruto de seu próprio trabalho, ainda precisará pagar licença ao seu legítimo proprietário. E mais, o emprego de um software sem o pagamento de devida licença não torna o proprietário desse direito mais pobre, pois dele não foi subtraído nada que tenha valor. Já o proprietário de qualquer mercadoria, quando esta lhe é furtada, tem sua riqueza subtraída, uma vez

---

<sup>81</sup> Um sujeito que adquirir um software dessa natureza pode instalá-lo novamente sem custo adicional quando troca de aparato. Embora tenha consumido seu primeiro telefone celular, seu software não foi consumido. Como uma ideia que é, continua existindo para ser posta em prática novamente.

<sup>82</sup> “Softwares: *nothing but pure knowledge in codified form*” (HOCH, 2000, p. 6).

que passa a ter menos trabalho cristalizado em valores de uso do que possuía antes.

Isso fica ainda mais claro quando analisamos a legislação sobre propriedades intelectuais. Nela, o poder coercitivo é explicitamente estabelecido: a propriedade, na verdade, é um direito de impedir terceiros de praticarem uma ação com base em uma informação<sup>83</sup>. Assim é estabelecida a propriedade de uma ideia, monopolizando o direito de torná-la prática através de um respaldo legal. Diferente do monopólio de terras, que é contraído naturalmente (uma vez que a utilização dos espaços ocorre de forma excludente), a monopolização do conhecimento é realizada artificialmente, visto que uma pessoa, ao praticar uma ideia, não impede outra de fazê-la. Portanto, não se trata de um produto do trabalho, pois mesmo que trabalhando de forma independente, uma pessoa alcance o resultado de algo que tem seu processo patenteado, ela não terá o direito de explorar a produção em questão<sup>84</sup>.

A descoberta do nylon no início dos anos 1960 é um episódio ilustrativo a esse respeito. Havia dois grandes grupos de pesquisadores, independentes, perseguindo esse produto, uma equipe nos Estados Unidos da América e outra no Japão. A equipe norte-americana chegou ao resultado do nylon vinte dias antes da equipe japonesa, e isso foi suficiente para que registrassem a patente nos dois países e impedissem os japoneses de se colocarem no mercado como fabricantes de nylon (INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2013). Ou seja, mesmo que as duas equipes tenham trabalhado separadamente para alcançar os mesmos resultados, a propriedade foi concedida **a quem primeiro fez o registro**, independente do trabalho que foi realizado para desenvolvê-lo

A propriedade em questão é o direito de monopólio sobre a exploração de um produto obtido através do trabalho. É claro: a propriedade da patente não é o trabalho cristalizado em um produto, mas o direito de realizá-lo. Assim, mesmo que para inventar determinado método, determinada ideia, seja imprescindível dispêndio de trabalho, a propriedade intelectual nesse caso específico é o direito

---

<sup>83</sup> “A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar, com os seguintes propósitos: I – produto objeto de patente; II- processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado” (art. 42 BRASIL, 1996).

<sup>84</sup> “Se dois ou mais autores tiverem realizado a mesma invenção ou modelo de utilidade, de forma independente, o direito de obter patente será assegurado àquele que provar o depósito mais antigo, independentemente das datas de invenção da criação” (art.7 BRASIL, 1996)



sobre o procedimento para produzir um valor de uso, e não o direito sobre o valor de uso em si<sup>85</sup>.

Por fim, sabemos que ideias sempre existiram, mas hoje, por se tornarem apropriáveis, são comercializadas como se fossem mercadorias. E assim, tomam forma de coisas, de utilidades advindas do trabalho humano de modo que, à primeira vista, aparecem como algo banal, coisas corriqueiras, mas que no fundo guardam uma verdade um tanto complexa.

#### 4.3 O CARÁTER FETICHISTA DA PROPRIEDADE IMATERIAL<sup>86</sup>

Visivelmente, a propriedade imaterial aparece como algo familiar, como uma simples mercadoria. Entretanto, na medida em que nos aproximamos dela, percebemos que há algo de misterioso em sua natureza, algo que precisa ser desvendado. Esforcemo-nos em conhecê-la um pouco mais.

Estabelecido os primeiros laços com a propriedade imaterial, nos deparamos com uma aparência útil, com uma feição de coisa utilizável. Logo em seguida, descobrimos que, na verdade, tal utilidade é apenas o reflexo de algo que a desvendará. Notemos. Compreender como se pode extrair utilidade das coisas é uma capacidade das pessoas. Por outro lado, ser útil é uma propriedade das coisas<sup>87</sup>. Contudo, com a propriedade imaterial, o conhecimento sobre o uso útil das coisas aparece como algo estranho ao indivíduo, como uma propriedade objetivamente externa a ele, como uma coisa. Situação que se verifica devido à própria condição de existência do imaterial enquanto propriedade: como ele necessariamente precisa de um suporte material para se expressar, assume para si a materialidade desse corpo. Assim, ao revelar a utilidade de seu suporte, faz

---

<sup>85</sup> Ademais, como vimos anteriormente, as ideias enquanto tão somente ideias nada são se não praticadas, se não realizadas através da atividade humana. Ideias não criam valores, e sim as atividades práticas sensíveis dos indivíduos. É desse modo que a propriedade de uma ideia – a propriedade intelectual – não representa posse de valor, mas apenas de um direito sobre algo que não é real (imaterial).

<sup>86</sup> “Fetichismo: 1. Objeto, natural ou artificial, ao qual são atribuídas propriedades mágicas ou o qual se venera como sobrenatural” (LAROUSSE CULTURAL, 1999).

<sup>87</sup> Propriedades que, lógico, são limitadas pelas características físicas dessas coisas. A madeira, por exemplo, pode ser útil para fazer mesas, cadeiras ou camas. Porém, não pode ser utilizada como matéria prima para confecção de vestuário, visto que não possui as propriedades físicas necessárias para tal.

parecer que é a sua própria utilidade que se torna visível. Procuremos entender melhor esse fato.

Essas propriedades não existiriam sem o aparato material que tem por elas seu valor de uso revelado. De que vale um software sem um computador para processar suas informações? E a patente de um medicamento sem as substâncias químicas necessárias para produzi-lo? Os bens intelectuais não podem ser utilizados enquanto apenas formas ideais de propriedades<sup>88</sup>. Não podem ser úteis se não possuídas as mercadorias nas quais se empregam. Desse modo, roubam para si o próprio valor de uso do objeto material em questão, já que devido à força jurídica da propriedade, só obterá específica utilidade se adquirido, igualmente, o bem imaterial que a revela. Por isso, a utilidade do suporte material aparece como utilidade da coisa imaterial em si. Mas não nos deixemos enganar. A propriedade imaterial não é útil.

Seu caráter misterioso consiste justamente no fato de que as pessoas as veem como coisas úteis, enquanto que a utilidade de fato existe no suporte material na qual se expressam. Ou seja, elas confundem a forma da propriedade com aquilo que lhe dá suporte. A propriedade imaterial não é nada além de uma obrigação jurídica, que concede direitos de impedir terceiros de manipular as coisas úteis conforme seus interesses. Ela é um direito de monopolizar ideias e não um valor de uso como quer parecer.

Desvendado, desse modo, o enigma por trás da propriedade intelectual, já que vimos se tratar apenas da propriedade de ideias, resta-nos verificar como o imaterial assume uma função econômica no capitalismo. Esse é agora nosso principal objeto de análise: compreender como a produção intelectual se insere no ciclo de reprodução do capital. Nesse sentido resgataremos o ciclo do capital industrial e seu funcionamento para, em seguida, verificarmos como o imaterial surge enquanto propriedade dentro dessa dinâmica. Posteriormente veremos também como essa produção se desvincula do ciclo do capital industrial e parece funcionar de forma autônoma com sua própria lógica.

---

<sup>88</sup> De nada me serve a licença de um software se eu não tenho um computador. Ou a patente de uma vacina se eu não possuo a mão de obra especializada e os equipamentos necessários para produzi-la. São o trabalho e os objetos materiais que geram utilidade quando praticamos ideias. Práticas que, inclusive, sempre foram realizadas antes mesmo das ideias sobre elas se tornarem propriedades.

#### 4.4 O IMATERIAL NO CICLO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Lucro, esse é o objetivo máximo do dinheiro que circula como capital ( $D - M - D'$ ), buscando, a cada ciclo, terminar maior do que entrou. Ele se inicia com dinheiro ( $D$ ) e transforma-se em mercadoria ( $M$ ) apenas para voltar a ser dinheiro novamente ( $D'$ ), mas, dinheiro ( $D$ ) acrescido de mais dinheiro ( $\Delta D$ ). Encerra-se um ciclo para iniciá-lo outra vez, pois não há limites para a expansão do valor: afinal, o objetivo do capital é a pura e simples acumulação.

Ao contrário da circulação simples de mercadorias, ( $M - D - M$ ), cujo fim último é a simples satisfação das necessidades individuais, obtenção de um valor de uso distinto do que se tinha inicialmente, na circulação do dinheiro como capital ( $D - M - D'$ ), o valor de troca é a sua razão de ser<sup>89</sup>. Mas, a mercadoria não atua como uma simples intermediadora deste processo, já que não se trata de comprar para vender mais caro. Para obter o mais dinheiro ( $\Delta D$ ), o capitalista precisa vender uma mercadoria que já contém em si um mais-valor, respeitando, assim, a lei mercantil da troca de equivalentes. Essa mercadoria, ele obtém não com a compra, mas com o consumo produtivo daquelas outras que havia adquirido no início do processo. Vejamos com mais detalhes:

$$D - M \begin{matrix} FT \\ MP \end{matrix} \dots P \dots M' - D'$$

O capitalista inicia o ciclo com dinheiro  $D$  que utiliza para comprar mercadorias  $M$  necessárias para realizar sua produção. Adquire para isso, força de trabalho  $FT$  e meios de produção ( $MP$ ). No processo de produção ( $P$ ), esses elementos se confrontam, realizando o que o capitalista já tinha em mente no momento em que adentrou na circulação. Produzem, assim, novas mercadorias ( $M'$ ) que se diferenciam das anteriores ( $M$ ) não somente devido à seus aspectos qualitativos, mas em virtude de seus aspectos quantitativos:  $M$  é diferente de  $M'$

<sup>89</sup> “O circuito  $M - D - M$  tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo. Seu objetivo final, portanto, é consumo, satisfação de necessidades; em uma palavra, valor-de-uso. O circuito  $D-M-D$ , ao contrário, tem por ponto de partida o dinheiro e retorna ao mesmo ponto. Por isso, é o próprio valor-de-troca o motivo que o impulsiona, o objetivo que o determina”(MARX, 2003a, p. 180).

porque ambas têm quantidades de valor diversas e cada uma representa encarnações díspares de trabalhos sociais realizados. A segunda contém uma maior quantidade social de trabalho que a primeira, resultado da mais-valia encarnada durante seu processo de produção, isto é, da quantidade de trabalho realizada pelo trabalhador e que não lhe é paga. A força de trabalho mostra-se, portanto, como uma mercadoria capaz de acrescentar nesse processo mais valor do que custou, uma vez que ela é adquirida por seu valor-de-troca, mas empregada tendo em vista seu valor-de-uso<sup>90</sup>. O valor da força de trabalho, assim como todas as outras mercadorias, é dado pelo tempo necessário à sua produção e reprodução, mas seu valor de uso é determinado pela jornada de trabalho que se considera normal, uma jornada que contém mais tempo de trabalho do que a grandeza do valor que cabe ao trabalhador. Esse tempo a mais representa trabalho social realizado não pago, ou mais-valia, incorporado aos produtos que o trabalhador produziu, mas que não os pertence. Assim, as novas mercadorias ( $M'$ ) são lançadas ao mercado com mais valor do que aquelas que foram necessárias para produzi-las, sendo, portanto trocadas por uma maior expressão de valor ( $D'$ ), ou mais dinheiro. Esse processo repetir-se-á indefinidamente, como se movido por vontade própria. Observa Marx (2003a, p. 228):

Ao se converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho e ao se incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma-se valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia, um monstro animado que começa a “trabalhar”, como se tivesse o diabo no corpo.

O que move o capitalista é essa constante necessidade de ampliar o valor que possui na forma dinheiro, de fazê-lo valorizar-se<sup>91</sup>. Essa busca, essa paixão desenfreada pelo dinheiro, impulsiona-o o continuamente a procurar maneiras de obter mais valor, isto é, uma quantidade maior de mais-valia do que aquela que produz, levando-o com isso a modificar seus métodos de produção.

---

<sup>90</sup> “[...] O vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso [...]” (MARX, 2003a, p. 277).

<sup>91</sup> “Esse impulso de enriquecimento absoluto, essa caça apaixonada ao valor, é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto este é o capitalista enlouquecido, aquele é o entesourador racional. A expansão incessante do valor, por que luta o entesourador, procurando salvar, tirar dinheiro da circulação, obtém-na de maneira mais sagaz o capitalista, lançando-o continuamente na circulação” (MARX, 2003a, p. 184).

Existem diversas maneiras de se ampliar sua taxa de mais-valia. Do ponto de vista individual, uma delas se dá pela ampliação da produtividade do trabalho. Para isso, o capitalista realiza constantes inovações e mudanças no interior de seu processo de produção, possibilitando-o produzir no mesmo tempo de trabalho que antes, o dobro de seus artefatos. Por exemplo, se produzia 20 unidades de sua mercadoria em 8 horas de trabalho, consegue agora produzir 40 unidades nas mesmas 8 horas. Em um primeiro momento, poderíamos imaginar que nada se alterou, pois, como a magnitude do valor da mercadoria é determinada pelo tempo necessário para produzi-la, parece que o capitalista conseguiu somente reduzir o valor individual de suas mercadorias, obtendo a mesma magnitude de valor que antes. Será, então, que nada ganharia o capitalista ao conseguir duplicar sua produção realizada no mesmo intervalo de tempo que antes? Ganharia, mas esse ganho não se dá pelo aumento da produtividade em si, mas por fatores externos a ele. Vejamos.

A massa de produtos agora duplicou. Antes eram 20 unidades em 8 horas, agora são 40. Agora, cada uma delas representa a cristalização de 12 minutos do tempo de trabalho particular do trabalhador envolvido nesse processo de produção, enquanto antes representavam 24 minutos. No entanto, Marx (2003a, p. 368) nos alerta para um ponto fundamental: “O verdadeiro valor de uma mercadoria, porém não é o valor individual, e sim o social; não se mede pelo tempo de trabalho que custa realmente ao produtor em cada caso, mas pelo tempo de trabalho socialmente exigido para sua produção”. Eis a solução para nosso enigma: se um capitalista individual realiza inovações que o permitem elevar a produtividade do trabalho empregado na produção e, com isso, consegue produzir mercadorias cujo valor individual seja inferior ao valor social – isto é, possa dispender na produção de cada mercadoria um tempo de trabalho menor que a média da sociedade –, ele as venderá por esse último, conquistando, assim, uma mais-valia extra correspondente à diferença entre o valor individual de seus produtos e o valor social deles. Ele conseguiu com isso, elevar sua produção de mais-valia. É justamente essa incessante busca pela mais-valia extra que motiva a classe capitalista a realizar inovações em suas técnicas de produção.

Mas é preciso observar que a mais-valia extra obtida por um capitalista individual ao aperfeiçoar seus métodos de produção, desaparece quando assimilada pelos seus concorrentes, uma vez que ela é proveniente da diferença entre o valor

da produção individual e o valor social. Assim, quando os novos métodos de produção são conhecidos e aplicados por todos os capitalistas, aquele valor individual reduzido torna-se a nova média e a elevação da mais-valia extra se desfaz diante dos olhos do capitalista inovador. É o que observa Marx (2003a, p. 369) na seguinte passagem:

[...] essa mais-valia extra se desvanece quando se generaliza o novo modo de produção, desaparecendo, assim, a diferença entre o seu valor individual das mercadorias que eram produzidas mais barato e seu valor social. A mesma lei que determina o valor pelo tempo de trabalho e que leva o capitalista que aplica o novo método a vender sua mercadoria abaixo do valor social impele seus competidores, coagidos pela concorrência, a adotar o novo modo de produção.

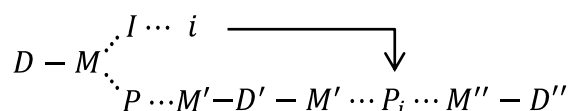
Assim, o desejo por ampliar seu capital, essa entusiasmada perseguição à mais-valia extra que induz cada capitalista a buscar novas técnicas para ampliar a produtividade do trabalho em suas próprias firmas, leva a uma generalização contínua do desenvolvimento da produtividade nos mais diversos setores<sup>92</sup>, fazendo desse, um movimento eterno da busca pela inovação. Esse é, portanto, um fenômeno imanente à própria lógica do ciclo do capital industrial.

Nesse sentido, vários autores já demonstraram como esse processo de geração de inovação se insere na lógica de produção industrial, gerando custos e convertendo-se num investimento, numa aplicação de capital. Theotonio dos Santos (1983, p. 76–81), por exemplo, se debruçou sobre esse aspecto do processo produtivo, analisando como os gastos com pesquisa e desenvolvimento (P e D), a despeito de representarem um custo, também geram um lucro adicional para o capitalista que realiza esse investimento, modificando com isso, o próprio ciclo do capital, conforme demonstramos a seguir<sup>93</sup>:

---

<sup>92</sup> Essa busca individual dos capitalistas pelo barateamento de suas próprias mercadorias em relação ao valor social delas, isto é, essa caça à mais-valia extra, pode resultar numa redução do valor das mercadorias que compõem os itens de subsistência do trabalhador, reduzindo desse modo o valor da força de trabalho. Isso gera para o conjunto dos capitalistas uma ampliação da taxa de mais-valia, através de uma mais-valia relativa, que consiste na redução do tempo necessário de produção do trabalhador e uma conseqüente ampliação do tempo excedente. Assim observa Marx: “A taxa geral da mais-valia só experimenta alteração relacionada com o processo por inteiro quando a elevação da produtividade do trabalho atinge ramos de produção, baixando preços de mercadorias que fazem parte do conjunto dos meios de subsistência que constituem elementos do valor da força de trabalho” (MARX, 2003a, p. 370).

<sup>93</sup> Essa é uma adaptação da equação apresentada por Theotonio dos Santos. Cf. (1983, p. 78)



Onde:

I : Produção de inovação;

i : inovação gerada;

P : Produção industrial;

P<sub>i</sub> : Produção industrial com inovação;

M'': Mercadoria produzida com inovação;

D'': Dinheiro obtido da venda de mercadoria produzida com inovação.

A empresa capitalista que investe em P e D além de adquirir as mercadorias necessárias ao seu processo produtivo padrão (P), também converte parte de seu capital em equipamentos, matérias-primas e força de trabalho voltada para a produção de inovação (I). Portanto, enquanto realiza sua produção industrial, também se destina à investigação de novos produtos ou processos para dinamizá-la. Descoberta a inovação (i), ela será agora aplicada na produção (P<sub>i</sub>) que permitirá a fabricação de mercadorias (M'') a um custo individual mais baixo que o social, gerando para esse capitalista um lucro extra (D'') proveniente de sua venda. Ele agora obtém uma taxa de lucro mais elevada que aquela verificada na produção que realizou sem a introdução da inovação  $\frac{\Delta D'}{D'} > \frac{\Delta D}{D}$ . Episódio que se manterá, até que essa inovação seja difundida entre os demais produtores.

Apesar de não tratar especificamente dos custos aplicados à produção de inovação, Marx não deixou de fazer menção ao trabalho do ato inventivo, em uma restrita consideração, denominando-o como “trabalho em geral” (ou universal) <sup>94</sup>.

<sup>94</sup> Com adverte Marx (1986, p. 80): “[...] é preciso diferenciar entre trabalho geral [allgemeiner Arbeit] e trabalho em comum [gemeinschaftlicher Arbeit] [...]”. Esse trabalho em comum, coletivo, total ou comunitário – denominado por Marx como Gemeinschaftliche Arbeit, Gesamtarbeit ou gemeinsamer Arbeit – refere-se à cooperação realizada pelos trabalhadores quando, juntos, desenvolvem suas tarefas num mesmo processo produtivo ou em processos interligados. Nele, as atividades de maior conteúdo intelectual se dissociam daquelas mais intensas no uso das qualidades físicas do trabalhador. Explica o autor: “enquanto o processo de trabalho é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que mais tarde se dissociam. Ao apropriar-se individualmente de objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde, ficará sob o controle de outrem. O homem isolado não pode atuar sobre a natureza sem pôr em ação seus músculos sob o controle de seu cérebro. Fisiologicamente, cabeça e mãos são partes de um mesmo sistema; do mesmo modo, o processo de trabalho conjuga o trabalho do cérebro e o das mãos. Mais tarde, se separam e acabam por se tornar hostilmente contrários. O produto deixa de

Segundo ele (MARX, 1986, p. 80), “[...] trabalho geral é todo trabalho científico, toda descoberta, todo invento. É condicionado em parte pela cooperação com viventes, em parte pela utilização dos trabalhos de antecessores [...]”. Ou seja, é o trabalho desenvolvido por um lado, a partir dos saberes universais, advindos da constante interação e cooperação entre os indivíduos. Por outro, através dos conhecimentos adquiridos a partir de inventos anteriores, de descobertas realizadas no passado. A constituição da linguagem é um perfeito exemplo de trabalho geral: cada geração se apropria livremente da linguagem construída por seus antepassados e, por meio da interação entre si, transformam-na, deixando-a como legado para as gerações futuras. O trabalho geral, portanto, resulta em um conhecimento livre e acessível a toda a sociedade.

Não obstante, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, os conhecimentos gerados no e para o processo de produção tornam-se propriedades de quem inova, e o trabalho que o desenvolve deixa de ser considerado um “trabalho em geral”, como denominava Marx. Isso porque, quando as inovações são reconhecidas como propriedades, todos os outros terão que pagar uma licença pela aplicação do método descoberto, desvanecendo o caráter universal que havia nesse trabalho. É justamente aqui que se insere a propriedade intelectual. Mas, como se determina seu preço<sup>95</sup>?

Primeiramente, poderíamos imaginar que o capitalista, por exemplo, que adquire uma licença para aplicação de uma patente, paga pelo seu custo de produção. No entanto, se isso ocorresse, todos os outros poderiam obtê-la

---

ser o resultado imediato da atividade do produtor individual para tornar-se produto social, comum, de um trabalhador coletivo, isto é, de uma combinação de trabalhadores podendo ser direta ou indireta a participação de cada um deles na manipulação do objeto sobre que incide trabalho [...]” (MARX, 1998, p. 577). Na passagem acima, Marx faz alusão específica ao trabalho intelectual de coordenação da atividade produtiva, mas é preciso ressaltar que existe uma ampla gama de “trabalhadores intelectuais” que se relacionam direta ou indiretamente com a produção e, por isso, constituem-se em órgãos do trabalhador coletivo. Já a atividade intelectual desenvolvida como trabalho geral ou universal distingue-se por não se vincular com o processo de produção propriamente dito, mas com a descoberta de novos valores-de-uso para as coisas.

<sup>95</sup> Trataremos aqui do papel do conhecimento no processo de produção, mas, cabe ressaltar que ele se encontra em outras etapas do ciclo de reprodução do capital. Ursula Huws (2014, p. 19), por exemplo, analisa como o conhecimento permite ganhos no processo de circulação em forma de rendas, advindas da transferência de mais valia entre setores: “Se elas não derivam da venda de mercadorias, como podemos entender os lucros feitos por redes sociais online ou companhias de mecanismos de busca? Há uma explicação alternativa, e que tem extensos antecedentes no mundo *off line*: elas derivam de rendas de aluguel [...] O valor que se reverte para a rede social e para sites de mecanismos de busca deriva, de fato, em última análise, da mais-valia produzida pelo trabalho. Mas esse é o trabalho de trabalhadores que produzem as mercadorias que são anunciadas nesses sites, não o trabalho das pessoas que usam os sites.”



gratuitamente. Segundo, pode-se pensar então, que o preço da propriedade intelectual resulta de seu custo de produção dividido pela quantidade de capitalistas que desejam adquiri-la. Mas, como descobrir quantos serão? Impossível. E mesmo que isso fosse determinado, se posteriormente aparecesse outro capitalista querendo utilizá-la, ele poderia adquiri-la sem custo? Ou o inventor da patente receberia mais valor do que o expresso pelo tempo de trabalho dispendido em sua criação? A solução é buscar outra categoria de remuneração relacionada com os fatores que entram na produção, mas que não possuam valor. Estamos nos referindo à renda da terra.

O próprio Theotonio dos Santos (2011, p. 386 grifo nosso) já havia percebido isso, em 1978, ao analisar os fenômenos da dependência entre os países<sup>96</sup>:

*El otro mecanismo por el cual se transfieren enormes cantidades de recursos producidos en los países dependientes a los dominantes son los pagos de servicios. Estos son básicamente los fletes, los seguros, los servicios técnicos y el pago de patentes. La cancelación de tales servicios parece ser algo “justo” y parte necesaria del moderno intercambio entre los pueblos. Pero de hecho no es así. Están supervalorados y en muchos casos o no existen o son simples resultados de un monopolio de marcas y patentes **que se asemeja a una forma moderna de la renta de la tierra**, o sea, de un derecho puramente jurídico a expropiar con una renta a los verdaderos agentes de la producción, es decir, una transferencia de excedentes generales en la producción a los ociosos que especulan con la propiedad monopólica del conocimiento humano.*

Recentemente, esse ponto também foi abordado de forma semelhante por outros autores, como Paulani (2001, p. 17 grifo nosso):

[...] a novidade que o capitalismo contemporâneo traz [...] é a existência de mercadorias feitas só de conhecimento [...] É algo que tem a forma de mercadoria, pois tem um preço (a menos, é claro, da pirataria), mas que não tem valor, pois o tempo de trabalho necessário à sua reprodução é zero. Qual o fundamento desse preço então? Seu fundamento é uma renda do saber, uma renda absoluta, **tal como a renda absoluta da terra que Marx diagnosticou**, fundamenta-se pura e simplesmente na existência da propriedade.

Assim como Teixeira (2009, p. 438 grifo nosso):

[...] quando a própria produção de conhecimento passa a ser efetuada como produção capitalista, os produtores de tal conhecimento só o produzirão se puderem auferir privadamente os ganhos deste [...] Aqui entram então os direitos de propriedade intelectual, patentes e direitos autorais [...] O acesso a este conhecimento será feito, **da mesma**

<sup>96</sup> Para uma análise mais detalhada das relações de dependência entre países, cf. Franklin (2012).

**maneira que a propriedade da terra**, apenas com o consentimento do seu proprietário, o que então lhe dará o direito de receber uma parcela do produto social produzido por aqueles que querem ter esse acesso. Surge então uma nova forma que chamaremos aqui de renda do conhecimento [...] Ora, como se determina essa renda? **Da mesma forma que a renda da terra**, como renda diferencial.

Para compreender, então, vejamos como funciona a renda da terra. A terra, assim como todas as outras coisas que não são fruto do trabalho do homem, não possui valor. No entanto, na sociedade capitalista ela assume a feição de uma mercadoria, podendo ser vendida e comprada relacionando-se economicamente com todas as coisas desenvolvidas pelo homem. Essa apropriação da terra enquanto mercadoria “[...] pressupõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com a exclusão de todas as outras” (MARX, 1983, p. 124). Esse privilégio, garantido através de uma força jurídica, permite que um pequeno grupo de proprietários concedam o direito de uso de sua terra para outros em troca do pagamento de uma renda: a renda da terra. Explica Marx (1983, p. 126):

O pressuposto no modo de produção capitalista, portanto é o seguinte: os verdadeiros agricultores são assalariados, empregados por um capitalista, o arrendatário, que exerce a agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa esfera específica da produção. Esse capitalista arrendatário paga ao proprietário da terra, ao proprietário do solo explorado por ele, em prazos determinados, por exemplo, anualmente, uma soma em dinheiro fixada contratualmente (assim como o prestatário paga juros determinados pelo capital monetário) pela permissão de aplicar seu capital nesse campo específico de produção. A essa soma de dinheiro se denomina renda fundiária, não importando se é paga por terras cultiváveis, terreno de construção, minas, pesqueiros, matas, etc. Ela é paga por todo o tempo durante o qual o dono da terra emprestou, alugou o solo arrendatário. A renda fundiária é aqui, portanto, a forma em que a propriedade fundiária se realiza economicamente, se valoriza [...].

O monopólio da terra possibilita o proprietário fundiário auferir uma renda – monetária – à medida que há a necessidade por parte da produção capitalista em utilizar essas porções do globo terrestre. Origina-se do avanço capitalista na utilização do solo. Portanto, o seu fundamento reside na subordinação das atividades agrícolas (e também todas as outras vinculadas à terra) ao capital, e não na propriedade da terra em si<sup>97</sup>. O dono da terra cede, e recebe pelo tempo de

<sup>97</sup> A propriedade fundiária, como ressalta Marx, é um pressuposto histórico que sobrevive e fundamenta a sociedade capitalista. Para atendê-la foi preciso transformar os vínculos que nela haviam à relações subordinadas ao capital. Ou seja, desfizeram-se os laços e transformaram-se as

cessão, um valor monetário, uma renda, que só pode derivar de uma transferência de valor gerado na esfera da produção, já que a terra não possui valor e nem mesmo é o seu aluguel um acontecimento em si capaz de transformá-la em fonte de valor. A renda fundiária, portanto, pressupõe uma transferência de mais-valia da esfera de produção capitalista para a classe de proprietários fundiários.

Ao analisar as formas de renda fundiária, Marx as divide em dois grupos: a renda diferencial e a absoluta. A renda diferencial é oriunda de atributos naturais existentes em determinados espaços monopolizados, como, por exemplo, em solos com fertilidades excepcionais, em quedas d'águas existentes em algumas propriedades, etc. Para entendê-la, suponhamos, seguindo o exemplo de Marx, que a maioria das fábricas de um país fossem impulsionadas por máquinas a vapor e apenas algumas por quedas d'águas existentes nas propriedades onde estão instaladas. Imaginemos ainda que, por isso, as mercadorias produzidas nessas últimas sejam elaboradas a um preço de custo individual inferior ao preço de custo social. Resulta então que, como o preço das mercadorias é determinado socialmente, os produtores que se estabelecem nas propriedades onde estão as quedas d'águas, poderiam vendê-las pelo preço social de produção adquirindo desse modo um sobrelucro.

Mas, uma questão se coloca: o que há de especial na queda d'água, se há também outros atributos da natureza que utilizados na produção, tornam mais produtivo o trabalho, como por exemplo, a propriedade da água em se transformar em vapor, e nem por isso garantem um sobrelucro àqueles que as empregam? A distinção, segundo Marx,

[...] Origina-se da maior força produtiva natural do trabalho, ligada ao aproveitamento de uma força natural, mas não de uma força natural que está à disposição de todo o capital na mesma esfera de produção, por exemplo, a elasticidade do vapor, cuja utilização não é, portanto, óbvia em todos os casos em que, em geral, se invista capital nessa esfera. Mas de uma força natural monopolizável que, como a queda d'água, só está à disposição daqueles que dispõem de certos trechos do globo terrestre e seus anexos [...] (MARX, 1983, p. 144).

Ou seja, o sobrelucro somente é possível devido a existência limitada de áreas terrestres com tais atributos naturais. E, assim, somente um número restrito de

---

antigas relações (suserania e vassalagem, por exemplo) em puras relações de troca monetárias e a terra passou a representar para seu proprietário, apenas um tributo em dinheiro, que devido ao seu monopólio, permite-o arrecadar uma quantia do capitalista industrial.

produtores poderá acessá-las, diferenciado seus processos de produção da grande maioria dos outros produtores. O monopólio desses espaços, por sua vez, permitirá que o lucro gerado com a diferenciação produtiva desse pequeno grupo de capitalistas, vá para os proprietários dos terrenos em forma de renda, de renda diferencial da terra. O lucro extra emana, assim, da diferenciação relativa que um espaço de terra monopolizável introduz na produção de um determinado capitalista individual.

Mas, Marx ainda chama nossa atenção para algumas importantes questões que derivam dessa análise. Em primeiro lugar, ele lembra que essa renda não emana de um emprego mais eficiente das forças produtivas, mas do fato de que alguns capitalistas podem produzir em áreas cuja natureza os favoreça, enquanto a maioria está excluída dessa possibilidade. Em segundo, que a força natural em questão não é fonte de lucro, mas apenas possibilita a sua geração. Em terceiro, não é a propriedade do terreno, cuja queda d'água se encontra, que gera o lucro excepcional, uma vez que esse lucro ainda existiria caso os terrenos fossem livres. O que a propriedade oferece, são as condições de o proprietário fundiário atrair para si o sobrelucro gerado. E em quarto lugar, ele lembra que, caso os produtores do país encontrassem um método que elevasse a produtividade do setor em questão reduzindo seus custos individuais para o mesmo patamar daqueles que utilizam a queda d'água, o sobrelucro desapareceria.

Compreendida as características da renda diferencial, avancemos para a forma de renda absoluta. Diferente de David Ricardo (1821), que também analisou a natureza das rendas fundiárias, Marx desenvolveu a análise de um tipo de renda oriunda do simples monopólio da terra. A análise de Ricardo parte do pressuposto que o solo de qualidade inferior não paga renda, de modo que seria unicamente determinada pela diferença de produtividade decrescente do solo de melhor renda até o pior, sendo que este último estaria isento do pagamento. O solo de pior qualidade determinaria o preço que regula o mercado agrícola, uma vez que os excedentes gerados devido às diferenças de produtividade nos outros solos, de qualidade superior, seriam convertidos em renda fundiária em favor do proprietário da terra. Uma hipótese é então levantada por Marx: se a produção agrícola avançar até o ponto que os solos de pior qualidade precisem ser cultivados, o proprietário agrícola as arrendará gratuitamente, visto que o preço de produção do mercado não

possibilita um sobrelucro para que esse produtor converta em renda? De forma alguma, responde Marx (1983, p. 221):

“[...] A circunstância de o arrendatário poder valorizar seu capital pelo lucro habitual se não pagar nenhuma renda não é razão para o proprietário de terra ceder seu solo de graça para o arrendatário e ser tão filantrópico ante esse parceiro, a ponto de introduzir um *crédit gratuit* [...]”.

O proprietário de terra somente a arrendará a partir do momento em que um arrendamento puder ser pago. Marx desfaz desse modo todo o pressuposto ricardiano de que o solo de pior qualidade não paga renda. E ainda lembra como fez quando analisou a renda diferencial, que a mera propriedade jurídica do solo não gera renda, mas apenas o poder que o proprietário tem de subtrair a sua utilização à exploração até o ponto que as condições econômicas permitam que ele possa auferir alguma renda.

Ora, mas o que é preciso para que isso ocorra, para que mesmo no solo de pior qualidade seja possível se gerar renda? Para isso, os preços de mercado dos produtos agrícolas precisam ter subido além do preço de produção, de modo que seja possível pagar uma renda para o proprietário de terra. Gera-se, portanto, uma renda que não é derivada das diferenças de produtividade, mas devida a circunstância ocasionada pelo instituto da propriedade privada. Isso significa que a propriedade privada da terra, que constitui monopólio por definição, interfere no processo de equiparação na distribuição intersetorial da mais-valia gerada pelo capital global. Isso porque os preços de produção das mercadorias que são formados pela concorrência intercapitalista se veem alterados mediante uma força que lhes é estranha – a propriedade fundiária - para a garantia de sobrelucros persistentes em um determinado setor e, com isso, a distribuição de mais-valia entre os setores deixa de ser realizada em sua integridade, pois parte dela, que seria transferida da agricultura para os demais setores, é transformada em renda fundiária. Marx (1983, p. 229) observa:

Decorre, igualmente, que só devido ao monopólio da propriedade fundiária o excedente de valor dos produtos agrícolas sobre seu preço de produção pode tornar-se fator determinante de seu preço geral de mercado. Decorre, finalmente, que nesse caso o encarecimento do produto não é causa da renda, mas a renda é a causa do encarecimento do produto.

Tanto a renda absoluta da terra quanto a diferencial consistem em formas de apropriação de mais-valia gerada na esfera da produção uma vez que a terra não é valor, pois não é um produto de trabalho humano. Entretanto, enquanto a renda diferencial se forma no âmbito de um determinado setor, não alterando, à primeira vista, os preços de produção deste, a renda absoluta origina-se fora dele, causando interferência no movimento de transferência de mais-valia entre setores, alterando por sua vez os preços de produção intersetoriais. Afirma Paulani (2001, p. 10):

[...] Assim, se podemos definir a renda diferencial como uma metamorfose do sobrelucro, podemos igualmente definir a renda absoluta como uma metamorfose da mais-valia agrícola, transformação de uma parte dessa mais-valia em renda fundiária, ao invés de seu envio para a retorta da nivelção geral que forma o lucro médio (PAULANI, 2001).

Agora, analisada as propriedades da renda fundiária, já temos condições de estabelecer uma conexão entre ela e propriedade imaterial. A partir do momento que o conhecimento torna-se monopolizável, seus proprietários passam a ter o poder de restringir seu acesso aos demais. É justamente esse poder que garante a eles rendimentos quando autorizam o acesso de alguns ao conhecimento que monopolizam. Entram aqui os direitos de propriedade intelectual, que asseguram rendimentos àqueles que detém o monopólio do conhecimento (ou ideias). Desse modo, “[...] o acesso a este conhecimento será feito, da mesma maneira que a propriedade da terra, apenas com o consentimento do seu proprietário, o que então lhe dará o direito de receber uma parcela do produto social produzido por aqueles que querem ter esse acesso [...]” (TEIXEIRA, 2009, p. 438).

A renda auferida pela monopolização do conhecimento chamaremos de renda da propriedade imaterial – uma vez que trata-se da monopolização de ideias. Essa renda se determina de forma semelhante à renda da terra: não é a simples propriedade que a cria, mas o poder de subtraí-la ao conjunto da sociedade que permite que seja paga uma renda ao proprietário desse bem quando o mesmo é acessado. Mas, por que um renda e não um valor? Porque, assim como a terra, a propriedade intelectual não é um produto do trabalho e, portanto não tem valor. Mas, diferente da terra, que é escassa, esse bem se caracteriza pela abundância, e por isso, deveria ser livre e não ter preço. Contudo, a força da lei garante seu monopólio e, portanto, sua escassez, de modo que uma renda seja juridicamente devida aos proprietários desses bens quando outros desejarem acessá-los. Assim, a

propriedade imaterial, ao fazer do conhecimento uma “mercadoria”, transforma parte do valor dos setores produtivos, em renda da propriedade imaterial.

Vejamos com mais detalhes essa relação. Para isso lembremos da figura do capitalista, cujo objetivo máximo é a busca pela ampliação de seu lucro. Como vimos, ele procura fazer inovações, melhoria dos métodos de trabalho, inserção de novas técnicas, etc., sempre buscando obstinadamente reduzir seus custos e ampliar sua lucratividade. Eis que então ele se vê diante da possibilidade de acessar uma patente industrial que o permitirá realizar sua produção de modo mais eficiente. Porém, para aplicá-la terá que pagar uma quantia monetária ao detentor desse registro intelectual. Então, ele compra o direito de acessá-la e organiza sua produção tendo em vista o modelo de utilidade sugerido, conseguindo com isso reduzir seus custos individuais perante aos demais produtores do setor de produção que atua. Seu preço de produção individual é agora menor que o preço de produção do setor, e esse capitalista vê surgir diante de si um lucro extra, um sobrelucro do qual poderia se apropriar. Ocorre que o acesso a essa patente só foi possível mediante um pagamento, que se funda justamente na quantia extra que formou seu lucro excepcional, que é então transformada em renda da propriedade imaterial. Ou seja, a aplicação de um determinado conhecimento na produção proporciona a certo capitalista produzir por um custo individual inferior ao custo social, originando daí um lucro extra. Todavia, como esse conhecimento é de propriedade de outrem, o sobrelucro gerado é agora metamorfoseado em renda devida ao proprietário do mesmo. Ela é oriunda do lucro diferencial que uma ideia confere à produção, convertendo-se em renda da propriedade imaterial em favor do detentor da patente. Eis que a renda em questão é formada de modo semelhante à renda diferencial da terra.

Logo, o ciclo de produção industrial,  $D - M \frac{FT}{MP} \dots P \dots M' - D' \frac{D}{\Delta D}$ , é visto, pelo capitalista que acessa a propriedade imaterial – aquele que paga direitos de propriedade intelectual – de acordo com a seguinte forma aparente:

$$D - M \frac{FT}{MP} \dots P_i \dots M'' - D'' \frac{D}{\Delta D'}$$

De modo que  $\Delta D' - \Delta D = \Delta D *$ . Sendo assim, o capitalista adquire a propriedade imaterial ( $i$ ) como um investimento, um custo de produção, visualizada por ele como uma máquina, um capital fixo, que aplicada na produção ( $P_i$ ), permite o aumento da produtividade de seu negócio, elevando a quantidade de mercadorias que produz no mesmo intervalo de tempo ( $M''$ ). Assim, ao vendê-las, o capitalista adquire um ganho adicional ( $\Delta D *$ ), acima daquele que recebia quando não empregado esse conhecimento em sua produção. Parece então, para ele, que a propriedade intelectual é a fonte desse lucro extra. Parece que dela emana valor, quando certamente é desprovida desse poder. Por outro lado, o lucro extra despontado (ou parte dele) será então subitamente convertido em renda em favor do capitalista que desenvolve a produção intelectual. Ela é o resultado do ganho diferencial entre a produção que faz uso da propriedade imaterial em relação àquela que não o faz.

Portanto, o conhecimento, assim como a terra, tem a capacidade de ampliar a produtividade do trabalho em diferentes graus e formas. Esta última devido à qualidades naturais excepcionais de alguns terrenos em relação aos outros, como fertilidade mais elevada do solo, localização privilegiada, assim como a existência de outros atributos naturais que, aplicados na produção, podem torná-la mais produtiva. O conhecimento, ao ser aplicado, também pode gerar resultados mais eficientes para determinadas produções. A diferença entre essas duas formas de propriedade é que a terra não pode ser reproduzida pelo homem<sup>98</sup>, sendo assim, existe em quantidades limitadas, enquanto o conhecimento pode ser reproduzido infinitamente, não havendo limites para ser acessado. À medida que barreiras são erguidas para se acessar o conhecimento, ele tende a se realizar economicamente de forma semelhante à terra<sup>99</sup>.

Ainda é preciso esclarecer uma questão fundamental desse fato. Da mesma forma que Marx verificou que a renda da terra não advém simplesmente de sua propriedade, a renda da propriedade imaterial também não é oriunda da instituição privada do conhecimento. Não é a sua mera propriedade que proporciona a geração de lucros excepcionais ao capitalista que o acessa. Esses sobrelucros seriam gerados mesmo se não houvesse propriedade do conhecimento. Aliás, foi

<sup>98</sup> Além da terra ser material e possuir valor-de-uso, características que, como vimos, o conhecimento em si não possui.

<sup>99</sup> Teixeira e Rotta (2009) associam às restrições criadas ao conhecimento aos cercamentos de terra, seriam formas modernas dos mesmos, ou “*new enclosures*”.



exatamente o que verificamos ao observar o fenômeno da formação da mais-valia extra. A propriedade capacita o titular de um registro intelectual a trazer para si o sobrelucro gerado na produção que emprega o conhecimento monopolizado. Lembrando que esse lucro extra desaparece assim que o custo médio de produção do setor atinge o nível conquistado pelo capitalista individual que acessou a propriedade imaterial.

Vejamos ainda uma questão paralela. Essa renda diferencial do imaterial somente se forma devido à possibilidade do conhecimento ser subtraído da sociedade, fazendo com que o advento da mais-valia extra esteja cada vez mais vinculado ao pagamento de uma renda para se introduzir inovações. Ou seja, o fenômeno espontâneo de ampliação e reprodução do capital encontra barreiras quando impede os capitalistas de se apropriarem de um possível lucro extra, que surgiria ao adotarem um novo método de produção, se para isso for necessário transformarem seu ganho adicional em renda em favor de quem agora é proprietário do conhecimento que aplicou.

Ainda, além da renda diferencial da propriedade imaterial, há outra possibilidade do conhecimento se realizar economicamente: através de uma renda absoluta. Vejamos como ela ocorre. Para isso, suponhamos que um determinado capitalista, do setor farmacêutico, por exemplo, decida produzir vacinas para gripe. Ocorre que o método de produção dessas vacinas foi patenteado e só poderá produzir vacinas para gripe quem pagar pela permissão de acesso a essa patente. O capitalista é, portanto, impedido de desenvolver a vacina, já que só a fará mediante o pagamento de uma licença ao detentor da patente, fenômeno que representa uma barreira para a produção capitalista. Suponha agora que ele decida pagar pela licença da patente e realizar sua produção. Mas, como fará? Ele elevará o preço da vacina que produz acima de seu preço de produção, obtendo com isso um excedente em lucro, que será convertido em renda absoluta da propriedade imaterial, em favor do proprietário da patente.

Perceba que a renda deriva de uma barreira que é erguida para impedir a aplicação de determinado conhecimento na produção, fazendo com que ela somente seja realizada se os preços das mercadorias aí produzidas sejam elevados acima do preço de produção, até o ponto que haja um excedente suficiente para convertê-lo em renda em favor do titular da propriedade intelectual.

Decorre desse fato que a propriedade do conhecimento é a causa do encarecimento do produto e não o contrário, pois não foi o fato de ser vendido acima do preço de produção, que a renda foi gerada. Portanto, distinta da renda diferencial, que se dá pelas diferenças entre custo individual e o custo médio numa mesma esfera de produção, a renda absoluta é determinada pela elevação do preço de venda em relação ao preço de produção em alguns setores específicos, ocasionados pela impossibilidade de produzir sem a licença de um registro intelectual. Ela é originada desse modo pela propriedade em si e não pela diferença de produtividade alcançado no interior de um setor produtivo. Logo, forma-se uma renda de monopólio: renda absoluta da propriedade imaterial.

Após analisada as duas possibilidades de remuneração da propriedade intelectual, vejamos ainda um importante ponto em toda essa dinâmica. Notamos que a remuneração dessa propriedade se forma a partir de uma renda que é apenas uma redistribuição de valor gerado na produção. Logo, entendemos que o imaterial não é fonte de valor, mas apenas possibilita sua apropriação quando tornado “mercadoria”, assim como também faz a terra. Ou seja, a inserção do conhecimento na produção dá condições para que o trabalho se desenvolva de forma mais eficiente – ou apenas permite que ele seja realizado –, no entanto, sobreviverá unicamente enquanto ideias se não forem executadas pelo trabalho. Isto é, o conhecimento fornece as condições que permite o capitalista obter uma maior lucratividade, mas jamais podemos afirmar que ele é fonte de lucro e, logo, de valor. Concordar com tais argumentos é como admitir que o capital, ou melhor, a maquinaria, seja capaz de ampliar o valor das mercadorias e assim contribuir na criação de valor da mesma forma que o trabalho<sup>100</sup>. Portanto, assim como no século XVIII havia o entendimento de que a terra criava valor e, no século XIX que a maquinaria seria fonte dele, hoje existe a ilusão de que o conhecimento gera valor<sup>101</sup>.

Nessas condições tornam-se equivocadas quaisquer argumentações que afirmem que devido à crescente inserção da ciência e tecnologia nos processos

---

<sup>100</sup> Para uma visão mais detalhada a esse respeito cf. Caffentzis (1997).

<sup>101</sup> Gorz, por exemplo, entende que o conhecimento desempenha o papel de um capital fixo na produção, sendo assim fonte de valor: “Mas a verdadeira novidade, ‘revolucionária’, está ainda em outro lugar: é que o conhecimento, separado de todo produto no qual esteve ou está incorporado, pode exercer em si mesmo, e por si mesmo, uma ação produtiva na forma de programas de computador. Ele pode [...] desempenhar o papel de um capital fixo, substituindo o trabalho vivo, material ou imaterial, por trabalho acumulado [...]” (GORZ, 2005, p. 37).

produtivos, a substância social do valor estaria se alterando, deixando de ser o trabalho abstrato para tornar-se o conhecimento. Note-se que não contrariamos nenhuma argumentação que afirme que há transformações no processo produtivo, sobretudo numa crescente informatização e ampliação do setor de serviços, todavia, não cremos ser possível ainda pensar que a forma valor, tal como posta por Marx, sofre de caducidade devido à grande aplicação do conhecimento na produção. Pelo contrário, entendemos ser completamente factível com essa teoria, analisar o processo de inserção do conhecimento na produção capitalista tal como hoje se estabelece. Em mais um passo nesse sentido, procuraremos na próxima seção compreender como a produção do conhecimento se autonomiza do ciclo do capital industrial.

#### 4.5 O CAPITAL DA PRODUÇÃO IMATERIAL

Do mesmo modo que Marx desenvolve a categoria de capital a partir do processo de produção das mercadorias, investigaremos a forma do capital que deriva da produção dessa pseudo-mercadoria intelectual. O “capital da produção imaterial” – valor que se valoriza no decorrer do circuito de produção do conhecimento – consiste, assim, no desenvolvimento independente da produção de ideias no circuito de acumulação do capital.

Como vimos anteriormente, o desenvolvimento da produção capitalista e sua eterna busca em acelerar seu processo de acumulação é movido, sobretudo, pela insaciável necessidade dos capitalistas individuais em ampliar sua taxa de lucro, que podem ser alcançadas, individualmente, devido a circunstâncias excepcionalmente produtivas de determinados capitais (excluindo os sobrelucros advindos das operações fortuitas de compra e venda). Circunstâncias essas que, segundo Marx, estão associadas ao emprego de “melhores métodos de produção, máquinas aperfeiçoadas, segredos químicos de fabricação, etc., em suma, meios de produção e métodos de produção que estão acima do nível médio” (MARX, 1983, p. 144). Ora, quando tratamos da propriedade intelectual, referimo-nos justamente às ideias que, empregadas no processo de produção, organizam-no de forma diferente, permitindo

a geração de resultados acima da média<sup>102</sup>. O que são ‘melhores métodos’ ou mesmo ‘segredos químicos’ se não ideias, conhecimento? É exatamente da produção intelectual que Marx refere-se ao mencionar as “circunstâncias excepcionalmente produtivas” que elevam as forças produtivas do trabalho, fenômeno esse que tende a se repetir das formas mais variadas no interior de cada ciclo do capital que se renova. Eis que desse processo dissocia-se o trabalho que antes era desenvolvido no interior de cada fábrica para tornar-se um ramo específico do processo de produção. Ou seja, quando essas circunstâncias excepcionais passam a ser apropriadas de forma privada, abre-se espaço para que ela surja como um ramo de produção autonomizado do capital.

O progresso da divisão do trabalho propicia o surgimento da produção intelectual como um campo específico da produção capitalista, porém somente o faz quando o resultado desse trabalho torna-se passível de apropriação pelo capital. Com isso, o desenvolvimento dessa forma de propriedade permite uma especialização produtiva nesse ramo, mas, ao mesmo tempo, a própria especialização impulsiona o desenvolvimento dessa forma de propriedade. Isto porque ambas, divisão do trabalho e propriedade privada, são faces de um mesmo movimento ocasionado pelo avanço da produção capitalista. Como diriam Marx e Engels (2007, p. 37): “[...] divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade” (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

Desse modo, assim como o capital de comércio de mercadorias, de comércio de dinheiro e portador de juros se autonomizam frente ao capital industrial, apresentando a partir daí seus próprios ciclos de acumulação (D-M-D’) aparentemente independentes deste último, assim também o faz o capital da produção imaterial. Expressamos de modo preliminar seu circuito peculiar, que gera uma “mercadoria” que não se consome com a venda, por meio da seguinte representação:

---

<sup>102</sup> Essa forma de se elevar as forças produtivas também foi destacada por Schumpeter: “Produzir significa combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance (cf. capítulo I). Produzir outras coisas, ou as mesmas coisas com métodos diferentes, significa combinar diferentemente esses materiais e forças (...). O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações” (SCHUMPETER, 1982, p. 49).

$$D - M \begin{matrix} MP \\ FT \end{matrix} \dots I \dots i \begin{matrix} / \Delta D^* \\ - \Delta D^* \\ \backslash \\ \vdots \end{matrix}$$

Nesse ciclo de acumulação, o capitalista da produção intelectual em posse de dinheiro ( $D$ ) compra no mercado os meios de produção ( $MP$ ), equipamentos, instalações, matérias primas necessária para realização de pesquisas e produção de inovações. Também adquire a força de trabalho especializada ( $FT$ ), que será consumida de forma improdutiva, isto é, realizando trabalho que não gera valor<sup>103</sup>. Uma produção direcionada à descoberta de novos processos que irão modificar o sistema produtivo é realizada ( $I$ ), gerando resultados que não são consumíveis: um novo conhecimento, uma inovação ( $i$ ). Ou seja, gera-se um produto que, para sua produção, é preciso amplos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (cujos resultados são incertos), mas que pode ser reproduzido com custos e tempo praticamente desprezíveis. Isso significa que qualquer um pode aplicar o conhecimento desenvolvido por outro sem dispêndio de trabalho e gastos para fazê-lo. Essa pseudo-mercadoria conferirá, portanto, ao capitalista, o direito de obtenção de uma renda ( $\Delta D^*$ ), que pode se dar de forma diferencial ou absoluta, toda vez que a ideia de sua propriedade for posta em prática. Mas, de onde ela vem? Note, que como já exaustivamente discutido por nós, não há geração de mais-valia nesse processo, mas somente apropriação de valor gerado no setor produtivo. Ou seja, uma vez produzido o imaterial, é possível obter rendas advindas de diversas fontes pelo tempo que perdurar o prazo da propriedade em questão, sem a necessidade de desenvolvê-la toda vez que alguém quiser acessá-la. Essa forma autonomizada reforça o que se chama de “processo de desmaterialização da riqueza capitalista”.

O desenvolvimento da sociedade capitalista e o aprimoramento de suas relações mercantis fizeram as relações de troca assumirem uma posição central no

<sup>103</sup> Da mesma forma que os trabalhadores do setor financeiro e comercial não produzem riqueza – apesar de envoltos em relações capitalistas de produção –, mas permitem que seus capitalistas se apropriem de parte da riqueza criada em outros setores, os trabalhadores do ramo de produção intelectual também não produzem valor, apesar de desempenharem uma atividade estritamente capitalista. Adverte Marx ao referir-se ao trabalhador alocado no comércio: “[...] Vamos supor que esse agente de compra e venda seja um indivíduo que vende seu trabalho [...] Trabalha como qualquer outra pessoa, mas o conteúdo de seu trabalho não cria valor nem produto [...]” (MARX, 2003b, p. 149).

seio dessa sociedade: a produção agora comanda o consumo da população. Nesse sentido, o valor de uso deixa de ser o foco do processo de produção que é, sobretudo, determinado pelo valor de troca das mercadorias produzidas: produz-se para vender e não para consumir<sup>104</sup>. O que o capitalista tem em vista é a constante ampliação de sua riqueza, é a perpetuação infinita de seu ciclo de acumulação, e não o produto em si que irá fabricar. O que importa é a venda e não o uso que farão dele. Isso permite ao capitalista buscar obter valor de troca sem mesmo produzir valor de uso. Segundo Reinaldo Carcanholo (2011, p. 72 grifo do autor):

Esse processo constitui o que chamamos de ‘desmaterialização progressiva da riqueza capitalista’. Isto por uma razão muito simples: a riqueza capitalista é mercadoria e está constituída pela unidade dialética mencionada. O valor de uso é o seu conteúdo material e fica determinado pelas características (conteúdo e forma) materiais de cada mercadoria. O valor é a sua dimensão social. O domínio deste sobre aquele implica a **desmaterialização** do conceito de riqueza capitalista, **desmaterialização** da mercadoria.

O valor-de-troca, ao se sobrepor cada vez mais ao valor-de-uso, parece tentar destruí-lo, numa tentativa de criar riqueza sem a necessidade de uma base material. Por um lado a crescente participação do setor financeiro na acumulação capitalista pode ser interpretada como realização dessa desmaterialização, como indicam autores como Carcanholo (2011). Por outro, sugerimos que a produção autonomizada do conhecimento seja uma outra face desse mesmo processo. Ora, não é justamente esse papel que cumpre o conhecimento a partir do momento que ele pode portar-se como uma mercadoria? À medida que a produção capitalista pode voltar-se para um segmento cujo produto não possui valor-de-uso, isto é, não tem materialidade, mas tem valor-de-troca, não seria esta a realização da desmaterialização da mercadoria? O processo de desmaterialização da riqueza faz com que formas como a propriedade imaterial sejam exploradas pelo capitalismo, embora a desmaterialização plena seja algo impossível de ser alcançado. Afinal, a produção material é insuperável. Isto é, jamais poderá deixar de existir em sociedades compostas por indivíduos reais<sup>105</sup>.

<sup>104</sup> “Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valores-de-troca”(MARX, 2003a, p. 220).

<sup>105</sup> Analogamente, adverte Huws (2014, p. 18): “[...] A internet não poderia ser acessada por ninguém sem a geração de energia, cabos, satélites, computadores, comutadores, telefones celulares e milhares de outros produtos materiais, sem a extração de matérias-primas que formam essas

Assim como as recorrentes crises financeiras sempre relembram os vínculos desse setor com a produção material<sup>106</sup>, há crises da produção imaterial que evidenciam a incapacidade das ideias criarem valor por si mesmo. Nesse sentido a crise das empresas “ponto com”<sup>107</sup>, é um exemplo claro de como se soluciona a contradição de se buscar ampliar a mais-valia reduzindo a geração de valor de uso.

Em suma, quando o conhecimento torna-se objeto próprio da produção capitalista, desenvolvem-se de forma ainda mais misteriosa as relações sociais, sobretudo porque é possível hoje se apropriar de algo que por natureza não é apropriável. Tal fenômeno esconde uma relação de valor que é verdadeira, uma vez que oculta a apropriação de mais-valia que realiza a propriedade do conhecimento. A autonomização da produção intelectual, assim como as diferentes formas de autonomização do capital de seu ciclo industrial – comércio de dinheiro, comércio de mercadorias – não contradiz o processo de reprodução do capital – pelo fato de ser remunerado sem participar da criação de valor – pelo contrário, expande e dinamiza a produção capitalista de forma cada vez mais mistificada. E como pondera Sabadini: “[...] Quanto mais a substantivação do valor e a autonomização do capital se ampliam, mais as conexões com o trabalho se tornam enigmáticas. Ao mesmo tempo, dialeticamente, reafirma-se o trabalho como criador de valor” (SABADINI, 2013, p. 605).

#### 4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da produção intelectual hoje torna ainda mais complexa a análise da dinâmica do processo de acumulação capitalista e seus desdobramentos, sobretudo porque essa produção não demonstra uma relação direta com a criação de valor, escondendo o que há verdadeiramente por trás desse movimento. A

---

mercadorias, sem o lançamento de satélites ao espaço para carregar seus sinais, sem a construção de edifícios nos quais essas mercadorias são projetadas e montadas e de onde são vendidas, e a manufatura e operação de veículos nos quais são distribuídas [...]”.

<sup>106</sup> Para uma análise aprimorada do fenômeno especulativo do mercado e as crises capitalistas cf. Sabadini (2013) e Carcanholo e Nakatani (1999).

<sup>107</sup> Essa crise foi caracterizada por uma valorização exacerbada das empresas de tecnologia em meados dos anos 1990, atingindo seu pico no ano 2000 (quando o índice Nasdaq alcançou uma pontuação nunca antes atingida), quando houve o estouro da bolha especulativa e diversas empresas desapareceram. O peculiar desse fenômeno foi que grande parte dessas empresas não passavam de simples ideias que se tornavam ultra valorizadas assim que estreavam na bolsa e desapareceram sem deixar rastros assim como o seu surgimento.

obscuridade das relações que então se estabelecem facilitam interpretações que levam em conta somente a forma aparente desse processo, como, por exemplo, aquelas que sugerem a derrocada da teoria do valor trabalho em virtude da alteração da substância do valor. O papel desempenhado pelo trabalho na sociedade capitalista estaria desse modo em vias de extinção.

Percebemos com isso a importância de realizar uma análise que procurasse descortinar uma série de relações antes imperceptíveis evidenciando os reais elementos que forjam as consequências desse processo. Para isso analisamos num primeiro momento o significado do conhecimento em si, suas características e origens. Descobrimos que ele é, por natureza, algo imaterial e, por isso, desprovido de valor, visto que não é a objetivação do trabalho humano e, de valor de uso, uma vez que não pode ser consumido. Desvendamos assim seu caráter fetichista. Depois, verificamos a sua inserção e seu papel na produção capitalista. Foi quando percebemos que a produção de conhecimento sempre esteve atrelada à dinâmica do capital: a descoberta científica possibilita o capitalista aumentar sua taxa de lucro ao lhe proporcionar um aumento de produtividade. No entanto, as inovações que antes eram descobertas e assimiladas como um bem coletivo (fruto do trabalho universal) tornam-se, num determinado momento, propriedade privada. Barreiras legais artificiais se erguem para restringir o acesso ao conteúdo dos bens intelectuais, visto que por sua natureza imaterial e abundante, esses bens não poderiam ser apropriados e terem preços. Nesse ponto, demonstramos como a remuneração da propriedade do conhecimento pode ser entendida de forma semelhante à renda da terra, ou seja, de algo que é desprovido de valor. E, já num terceiro momento, examinamos o processo de autonomização da produção intelectual. Vimos que ao se tornar uma propriedade privada, a produção do conhecimento pôde ser dissociada do ciclo do capital industrial, aparecendo como uma produção autônoma, procurando completar o processo (impossível) de desmaterialização da riqueza capitalista. Fenômeno que contribui para se tornarem ainda mais obscuras as relações econômicas atuais. Não obstante, após toda essa análise, compreendemos que é plenamente possível entender o papel do conhecimento na produção capitalista sem recorrer a noção da invalidade da teoria do valor. Ao contrário, é a teoria do valor que fornece as bases mais completas para a compreensão da produção imaterial no capitalismo contemporâneo.



Há, contudo, ainda uma série de análises que se fazem necessárias dadas as desconhecidas consequências de todo esse processo para a acumulação capitalista, principalmente quando verificado o crescimento das transações monetárias que envolvem a produção do conhecimento. Como vimos, essas novas propriedades aparecem, assim, como mercadorias que são produzidas e transacionadas por empresas que se inserem exclusivamente nesse ramo de produção. A crescente importância desse setor pode ser constatada quando se observa que entre 1994 e 2007 nos Estados Unidos os pagamentos de licenças de tecnologia, ou seja, direitos de propriedade intelectual, aumentaram de U\$ 33 bilhões para U\$ 157 bilhões (MCCLURE, 2011, p. 29). E também que, de 1980 a 2006, pagamentos de direitos de propriedade intelectual em tecnologia aos países do G8 cresceram em média por ano 10,7%, proporção essa maior que o crescimento do PIB mundial no mesmo período (MCCLURE, 2011, p. 30).

O que isso implica para o processo de acumulação do capital? Há nessa dinâmica, segundo Perelman (2003), uma série de implicações contrárias ao progresso tecnológico e científico no capitalismo. Em primeiro lugar, a privatização do conhecimento impede a circulação das informações, essência do avanço científico, além de incentivar as disputas entre empresas pela propriedade das patentes. Com isso, o trabalho dos cientistas é desviado para a compreensão das ramificações legais dos direitos de propriedade intelectual, dissipando os esforços que deveriam ser dedicados à criação de conhecimento. Há ainda corporações que se direcionam somente ao acúmulo de patentes, registrando-as no máximo de territórios possíveis e agindo de forma imperialista com os demais países ao impedi-los de acessar o conhecimento. Também, segundo Perelman, a elevação dos preços que resulta desses direitos de monopólios são responsáveis pela transferência de enormes quantias de renda e riqueza para um pequeno número de empresas que dispõem dessas propriedades. É nesse sentido que Theotonio dos Santos (2011) afirma que a propriedade intelectual aprofunda a relação de dependência entre os países<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> “La utilización de ciertas máquinas, procesos ya patentes trae consigo un sobrecargo que se expresa en un contrato de “asistencia técnica”. Estos extorsivos contratos son formas directas de expropiación de recursos de los países dependientes. Corresponden en general al que se puede llamar secreto tecnológico o industrial. Puede tratarse del diseño de una máquina o un mecanismo que se mantiene oculto y cuyo derecho de uso se reserva a ciertas firmas especiales; puede

Há ainda outro aspecto que deve ser levado em conta. Todas essas invenções e ideias novas que são hoje apropriáveis, não são de fato fruto da contribuição de uma única pessoa, mas do conjunto da sociedade que, a todo momento, descobre, transforma e inova. Como observou Perelman: *“By the time technology is mature enough to propose to the patent office, absolutely nobody could determine the relative contributions of the various people involved”* (PERELMAN, 2003, p. 306). E ainda acrescenta: *“[...] the first to make a claim with the patent system supposedly deserves the exclusive right to the discovery, while offering absolutely nothing to the others who have contributed to its creation”* (PERELMAN, 2003, p. 307). Não há, dessa forma, como designar o verdadeiro inventor de um conhecimento, uma vez que toda invenção carrega consigo informações desenvolvidas por outros. As concessões de patentes são, assim, a forma jurídica que permite a extorsão da sociedade daquilo que por natureza a pertence. É nesse sentido que concordamos com os teóricos do trabalho imaterial no ponto específico em que afirmam que o conhecimento é uma construção coletiva e que, portanto, seu tempo de produção é de fato incerto. Por outro lado, discordamos veementemente de sua interpretação de que a ampliação do conhecimento na produção anuncia o fim da era capitalista.

Afinal, as ideias que inovam os processos produtivos, permitindo a elevação da produtividade do trabalho, sempre existiram. Na forma de inventos, melhorias de métodos de produção, máquinas aperfeiçoadas, tais ideias eram guardadas como segredos industriais, até o momento em que eram assimiladas por toda a sociedade, integrando o chamado “trabalho em geral” do Marx. Hoje, essas inovações são apropriáveis e, a partir do momento que a produção capitalista se apodera delas e as monopoliza, garantem uma renda a quem primeiro registra a ideia como sua. O que era livre e disponível a todos tornou-se uma propriedade. E é a existência dessa nova propriedade privada, a propriedade do imaterial, que confere ao capitalismo atual uma aparência diferenciada – mas mantém sua essência inviolada.

---

*tratarse de una técnica determinada, conocimiento cualquiera cuya ocultación asegura a sus propietarios una renta determinada”* (SANTOS, 2011, p. 387).

## 5 CONCLUSÃO

Em nossa pesquisa, nos propusemos analisar os fundamentos de um intenso debate que se propagou a partir da década de 1970, à luz do processo de reestruturação produtiva do capital: a discussão sobre o trabalho imaterial. A necessidade de compreendê-lo justificou-se devido à perspectiva central sustentada nas elaborações sobre esse tema que refere-se à insuficiência da teoria do valor-trabalho de Karl Marx para compreensão da dinâmica capitalista atual. Para tanto, procuramos compreender os principais argumentos defendidos pelo conjunto de teóricos que se debruçaram sobre esse tema a fim de averiguar a real possibilidade de invalidez da teoria de Marx.

A fim de cumprir com nosso objetivo, adotamos então o seguinte procedimento. No segundo capítulo expusemos a teoria do trabalho imaterial, representada, sobretudo, pelas obras de André Gorz, Antônio Negri e Maurizio Lazzarato, em seus pontos convergentes e essenciais. A ideia de que caminhamos para hegemonia de um trabalho imaterial no capitalismo contemporâneo; o caráter imensurável desse novo tipo de trabalho, assim como de seus resultados; e a convicção de um potencial revolucionário presente nesse trabalho. Vimos assim que, para esses autores, essa atividade imaterial, sobretudo em virtude da intangibilidade dos resultados que gera e do elevado grau de intelectualidade da força de trabalho que a desempenha, teria deslocado o centro da criação de valor no capitalismo para o conhecimento, invalidando a centralidade do trabalho na sociedade atual. A subjetividade da força de trabalho imaterial, ao ser cada vez mais valorizada dentro do processo produtivo (em oposição à objetividade exigida do operário fordista), teria impossibilitado o cálculo do valor e do tempo de trabalho enquanto unidade de medida, uma vez que sua criação estaria agora determinada pelo conhecimento dispendido pelos trabalhadores durante um tempo de trabalho incerto. Assim, dotados de uma espécie de subjetividade revolucionária, o trabalhadores imateriais, na medida em que se tornavam hegemônicos, ameaçariam a vigência do próprio sistema capitalista. Isso por que ao não conseguir se apropriar inteiramente dos conhecimentos subjetivados nos trabalhadores e também por não ser possível produzi-los por conta própria, o capital se veria diante de um problema insolúvel, ocasionado por seu próprio desenvolvimento: a dependência de um tipo de

trabalhador que não poderia ser completamente subjugado, o proprietário da força de trabalho imaterial. Seriam essas as características que, segundo a teoria do trabalho imaterial, desestabilizaria o eixo teórico marxista, uma vez que este não seria mais capaz de subsidiar análises que contassem com a atualidade das categorias econômicas vigentes.

Assim, no terceiro capítulo apresentamos críticas a essa perspectiva. Dividimo-las em dois momentos. Num primeiro, expusemos principalmente as leituras que Ricardo Antunes, Henrique Amorim e Eleutério Prado realizaram dessas teorias. Suas análises demonstraram principalmente que as teorizações sobre o trabalho imaterial estão influenciadas pelo conjunto de transformações no capitalismo advindos de seu processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1970. Portanto, demonstram que a elevação da intelectualidade dos trabalhadores, longe de libertá-los, aprofundou ainda mais a lógica de exploração do trabalho pelo capital. Não haveria desse modo, segundo Antunes, uma lógica uníssona de transformação da classe trabalhadora, mas sim desarmônica e irregular. Ao mesmo tempo em que o capital demanda trabalhadores mais qualificados, desemprega, desqualifica e subjugam todo esse conjunto à sua própria dinâmica excludente e contraditória. Esses críticos então explicam que a teoria do trabalho imaterial, por estar ancorada numa leitura unilateral da teoria de Marx, não consegue captar as diversas artimanhas do capital para explorar ainda mais seus trabalhadores. Haveria, segundo Amorim, uma preocupação exacerbada com os aspectos quantitativos do valor por parte daqueles teóricos, que na visão de Prado os levam a tomarem o valor pelo valor de troca das mercadorias, análise essa advinda de uma compreensão vulgar dos fenômenos econômicos.

Num segundo momento apresentamos então nossa crítica à teoria do trabalho imaterial. O fio condutor de nossa análise percorreu, sobretudo, os elementos metodológicos presentes na teoria de Marx como forma de subsidiar nossa compreensão sobre os elementos teóricos determinantes do trabalho imaterial. Avançamos assim num aspecto central, que residiu na constatação de que há uma incompreensão acerca da noção sobre materialidade em Marx, aspecto fundamental de sua teoria. A não apreensão desse sentido levou os teóricos do trabalho imaterial a incorrerem em dois grandes equívocos. O primeiro foi classificar os setores produtores de serviços como parte da produção imaterial. Demonstramos que o método materialista de análise de Marx não vincula a materialidade das coisas

com sua tangibilidade e que, portanto, o valor enquanto unidade de medida ainda não perdeu sua capacidade mensurável. A força de trabalho (que em hipótese alguma pode ser considerada imaterial) e seus resultados (tangíveis ou não) ainda continuam perfeitamente calculáveis e possuindo um valor cuja substância é o trabalho. No entanto, revelamos que a ausência de compreensão da totalidade da teoria de Marx – como, por exemplo, no que diz respeito às categorias de trabalho produtivo e improdutivo, à formação dos preços de produção, entre outros elementos –, impediu que aquele conjunto de teóricos apreendesse o real significado das mudanças econômicas atuais. Comprovamos desse modo a atualidade das categorias marxistas para subsidiar as análises econômicas que contem com a diversificação dos graus de intelectualização da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que demonstramos a inviabilidade de uma análise que aponte para o fim do modo de produção capitalista em virtude da alteração da substância do valor pelo conhecimento.

O segundo equívoco resulta do fato de que, mesmo tendo apontado para um elemento de enorme pertinência na configuração econômica atual – a produção de conhecimento –, esses autores incorreram no grave erro de considerá-lo como fonte de criação de valor. Nesse sentido, apresentamos em nosso quarto capítulo uma forma pela qual essa produção autonomizada do conhecimento, tal como realizada no modo de produção capitalista contemporâneo, pode ser compreendida dentro do âmbito teórico do marxismo. Apresentamos, primeiro, uma compreensão sobre o que seria esse “conhecimento”, esse elemento imaterial e subjetivo. Em seguida, discutimos como esse imaterial se torna uma propriedade privada – propriedade intelectual – e adquire as feições de uma mercadoria, mesmo não tendo os requisitos necessários para ser considerada como tal (valor e valor de uso). Por fim, passamos a analisar a relação dessa produção do conhecimento no processo de valorização do capital, tanto no que tange à aplicação das ideias na produção de mercadorias quanto ao capital dedicado exclusivamente à geração da propriedade intelectual – a autonomização da produção do conhecimento na forma do capital da produção imaterial.

Vimos com isso que o capital, ao fazer do conhecimento uma propriedade, torna suas relações ainda mais contraditórias e dissimuladas, favorecendo o surgimento de interpretações superficiais dos fenômenos econômicos, como por exemplo, estas que anunciam o fim da centralidade do trabalho e a derrocada do

padrão de acumulação capitalista. As possibilidades oferecidas ao capital à apropriação do conhecimento estão longe de ameaçá-lo, na verdade alimenta-o ainda mais com novos domínios antes inacessíveis à exploração econômica. Assim, na medida em que desenvolve relações cada vez mais camufladas, o capital firma sua hegemonia e subjuga ainda mais o trabalho ao seu domínio.

Finalizamos, portanto nossa análise, percebendo a extrema vigência da teoria marxista do valor na atualidade, de modo que nossa hipótese pôde ser verificada. É a teoria do valor-trabalho de Marx que fornece as bases mais completas para a compreensão da atual dinâmica que se observa no capitalismo. Contudo, longe de esgotar o tema, ainda há importantes caminhos a serem trilhados no que se refere à compreensão da produção intelectual no capitalismo por parte do referencial teórico marxista. Da mesma forma que Marx apreende o real em seu constante movimento, devemos priorizar análises que busquem no concreto o caminho para formação das categorias e compreensão dos fenômenos reais. Desse modo, necessitamos ainda averiguar com mais profundidade os fenômenos concretos que permeiam as relações de produção e comercialização do conhecimento para entendê-lo enquanto categoria abstrata. Daí a necessidade e atualidade do método marxista para subsidiar as pesquisas que busquem compreender a essência das mutações na produção capitalista que se expressam nas relações de trabalho. Afinal, a mera crítica à teoria do trabalho imaterial não pode ser suplantada pelo marxismo se o mesmo não se empenhar em descortinar as novas relações econômicas que hoje se manifestam.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, H. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2009.

\_\_\_\_\_. As Teorias do trabalho Imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. **Caderno CRH**, v. 27, p. 31–45, 2014.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. A era da informatização e a época da informalização. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

APPLE. **Jobs at Apple**. Disponível em: <[www.apple.com/jobs/br/corporate.html](http://www.apple.com/jobs/br/corporate.html)>. Acesso em: 4 fev. 2015a.

\_\_\_\_\_. **Supplier reponsability**. Disponível em: <<http://www.apple.com/supplier-responsibility>>. Acesso em: 12 abr. 2015b.

BRASIL. LEI N 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei N 9.609, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. 1998.

CAFFENTZIS, C. G. Why Machines Cannot Create Value; or, Marx's Theory of Machines. In: DAVIS, J.; HIRSCHL, T.; STACK, M. (Eds.). **Cutting Edge: Technology, Information, Capitalism and Social Revolution**. London/ New York: Verso, 1997.

CARCANHOLO, R. A. **Elementos básicos da teoria marxista do valor**. In: 4º COLÓQUIO MARX E ENGELS. Centro de Estudos Marxistas, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Capital: essência e aparência**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. v. 1

\_\_\_\_\_; NAKATANI, P. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio FEE**, v. 20, n. 1, p. 284–282, 1999.

COCCO, G. M. **Trabalho e Cidadania: Produção e direitos na era da globalização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **O trabalho da multidão: império e resistências**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2002.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

\_\_\_\_\_; SILVA, G.; GALVÃO, A. P. (EDS.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

DAL-ROSSO, S. **Mais trabalho!**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. 1a. ed ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

EDWARDS, J. **Apple Employees Confess All The Worst Things About Working At Apple**. Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/apple-employees-confess-all-the-worst-things-about-working-at-apple-2014-4>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

FRANKLIN, R. S. P. **Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo**. Dissertação (mestrado em economia)—Porto Alegre: Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

\_\_\_\_\_. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HABERMAS, J. **Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: Guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOCH, D. J. (ED.). **Secrets of software sucess: management insights from 100 softwares firms around the world**. Boston: Harvard Business School Press, 2000.

HUWS, U. Material World: the myth of the “weighless economy”. **The Socialist Register**, n. 35, p. 29–56, 1999.

\_\_\_\_\_. Vida, Trabalho e Valor no século XXI: desfazendo o nó. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 13–30, 2014.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Acordo TRIPS: acordo sobre aspectos dos direitos de propriedade intelectual**. Brasília: INESC, 2003.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **ILOSTAT Database**, 2015. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilostat>>. Acesso em: 6 maio. 2015

ISAACSON, W. **Steve Jobs**. New York: Simon & Schuster, 2011.

KURZ, R. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAROUSSE CULTURAL. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.



LAZZARATO, M. O ciclo da produção imaterial. In: **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013a.

\_\_\_\_\_. Estratégias do empreendedor político. In: **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013b.

\_\_\_\_\_; NEGRI, A. Trabalho imaterial e subjetividade. In: **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013a.

\_\_\_\_\_; NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013b.

LEE, S.; MCCANN, D.; MESSENGER, J. C. **Duração do trabalho em todo o mundo: tendências de jornada de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada**. Brasília: OIT, 2009.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes Ltda, s/d.

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. III, Tomo 2

\_\_\_\_\_. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. III, Tomo 1

\_\_\_\_\_. **O Capital**. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a. v. I

\_\_\_\_\_. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b. v. II

\_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCCLURE, I. D. The value of IP as a commodity. **Intellectual Asset Management**, p. 29–37, jun. 2011.

NAKATANI, P. A questão metodológica na discussão sobre a centralidade do trabalho. **Revista Análise Econômica**, v. 19, n. 35, p. 127–144, 2001.

OFFE, C. **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

OSBORNE, C. Heráclito. In: **Filosofia pré-socrática**. Porto Alegre: L & PM, 2013.

PAULANI, L. M. O papel da força produtiva do trabalho no processo de produção: Uma análise dos dilemas contemporâneos. **Revista de Estudos Econômicos**, v. 4, n. 31, 2001.

PERELMAN, M. Intellectual Property Rights and the Commodity Form: New Dimensions in the Legislated Transfer of Surplus Value. **Review of Radical Political Economics**, v. 35, n. 3, p. 304–311, 2003.

PRADO, E. **Desmedida do Valor: Crítica da Pós-Grande Indústria**. São Paulo: Xamã, 2005.

\_\_\_\_\_; PINTO, J. P. G. Subsunção do Trabalho Imaterial ao Capital. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, p. 61–74, 2014.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RIFKIN, J. **A era do acesso**. São Paulo: Makron Books, 2001.

SABADINI, M. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 583–608, dez 2013.

SANTOS, L. G. DOS. **Alienação e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

SANTOS, T. DOS. **Revolução Científico-Técnica e Capitalismo Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SANTOS, V. O. **Trabalho Imaterial e a Teoria do Valor em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SHAIKH, A.; TONAK, E. A. **Measuring the wealth of nations: the political economy of national accounts**. 1st paperback ed ed. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 1996.

SILVA, R. A. DA; FERREIRA, P. P. Considerações acerca do trabalho imaterial e da produção de valor no capitalismo contemporâneo. **XXVII Congresso ALAS (Asociación latinoamericana de Sociología)**, 2009.

TABAK, M. **Dialectics of human nature in Marx's philosophy**. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

TEIXEIRA, R. A. A produção capitalista do conhecimento e o papel do conhecimento na produção capitalista: uma análise a partir da teoria marxista do valor. **Economia**, v. 10, n. 2, p. 421–456, mai/ago 2009.

\_\_\_\_\_; ROTTA, T. N. **Modern Rent-Bearing Capital: New Enclousers, Knowledge-Rent and the Financialization of Monopoly Rights**. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE EASTERN ECONOMIC ASSOCIATION. New York, 2009.

TERRANOVA, T. Free Labor: producing culture for the digital economy. **Social Text**, v. 18, n. 2, p. 33–58, 2000.

UNITED NATIONS (ED.). **Manual on Statistics of International Trade in Services 2010: (MSITS 2010)**. Rev. ed ed. Geneva ; New York: United Nations, 2012.

WHITE, H. **Who pays the price? The Human Coast of Eletronics**, 2014.

Disponível em: <<https://www.indiegogo.com/projects/who-pays-the-price-the-human-cost-of-electronics--4>>. Acesso em: 25 mar. 2015

WORLD BANK. **Services, etc., value added (% of GDP)**. Disponível em:  
<<http://data.worldbank.org/indicator/NV.SRV.TETC.ZS>>. Acesso em: 6 abr. 2015a.

\_\_\_\_\_. **GDP (current US\$)**. Disponível em:  
<<http://data.worldbank.org/indicator/BG.GSR.NFSV.GD.ZS>>. Acesso em: 4 nov. 2015b.